

n. 22 2020

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital



Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial	03
Alfabetização e Letramento nos Anos Iniciais do Ensino. Mendonça, Maria Izabel Lopes de. Págs. 4 – 11	04
Arteterapia: Uma Janela para Expansão de Sentimentos. Santin, Bruna; Bertola, Liliana Martinho. Págs. 12– 20	12
Assistência do Enfermeiro aos Cuidados com o Corpo Pós-Morte. Gomes, Elaine Cristina dos Santos; Souza, Cheila Mara de Sá. 21 – 34	21
Disciplina Positiva Pode Minimizar a Indisciplina em Sala de Aula: Uma Análise de Comportamento. Madeira, Fernanda Duarte. Págs. 35 – 45	35
Ensino de Biologia: As Dificuldades no Processo de Ensino e Aprendizagem. Pereira, Lorna Samantha. Págs. 46 – 55	46
Formação Continuada e os Relacionamentos Interpessoais na Escola. Silva, Maria Izabel Chaves. Págs. 56 – 64	56
O Aprimoramento da Leitura e Produção Textual Mediada Pelas Tecnologias de Informação e Comunicação. Soares, Nara Nelma de Oliveira. Págs. 65 – 90.	65
O Serviço Social e as Relações Sorodiscordantes como Expressão da Questão Social no Contexto HIV/AIDS. Feliciano, Fabiana Linhatti. Págs. 91 – 100	91
Percepções Sobre o Papel do Erro no Processo de Aprendizagem da Criança. Gonçalves, Daniela Cristina. Págs. 101 – 110	101
Reforma Trabalhista e Seus Impactos no Trabalho da Mulher. Azevedo, Tereza Cristina Souza. 111 – 121	111

Editorial

CERTIFICADO DIGITAL: INOVAÇÃO, E HABEAS DATA NO MUNDO DIGITAL

No processo de redemocratização do Brasil, a partir da Constituição denominada cidadã de 1988, o acesso à informação vem sendo desburocratizado pois antes dessa data havia uma grande dificuldade em acessar informações por parte do cidadão comum embora fosse uma constante reivindicação.

Com a Lei Nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, a lei do habeas data, direito à informação, há uma mudança significativa em relação a esse cenário de acesso à mesma pois a lei enfatiza em seu texto a legitimidade desse acesso e exige um cumpra-se em relação a esse direito para qualquer cidadão, o que pode ser comprovado nesse trecho inicial da referida lei:

Parágrafo único. Considera-se de caráter público todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam ou que possam ser transmitidas a terceiros ou que não sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.

Diante disso, o MEC Ministério da Educação publicou a Portaria nº 554 de 12 de março de 2019, que regulamenta o registro e a emissão de diploma digital pelas instituições de ensino superior que compõem o Sistema Federal de Ensino. Esta é a segunda portaria que trata sobre o diploma digital e visa proporcionar às mais de 2,4 mil instituições o passo a passo para implementar o novo formato.

Nesse sentido, a Faculdade Souza como instituição inovadora que é, prima pela comodidade, praticidade e respeito aos diretos do aluno, não só trabalhando com a emissão de certificados digitais prevista pelo MEC, como também se empenhando para oferecer esse documento com um layout totalmente remodelado e adequado para atender às exigências tanto estéticas quanto formais do competitivo mercado de trabalho contemporâneo

Marcos Alexandre de Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Mendonça, Maria Izabel Lopes de

RESUMO

O presente artigo pretende investigar e ampliar o conhecimento sobre as questões referentes ao processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais. Considerando-se que é fundamental valorizar o conhecimento que os alunos trazem consigo para então trabalhar os conhecimentos sistematizados e construídos pela humanidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar a continuidade do processo de alfabetização e letramento, quando a criança conclui a pré-escola e ingressa no ensino fundamental; Para responder a problemática abordada e atender a temática em estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo com materiais já publicados referentes ao tema escolhido. Assim para melhor esclarecer essas questões buscou-se o referencial teórico de Magda Soares e Regina Scarpa, entre outras estudiosas. Pretende-se destacar a importância de se utilizar a ludicidade para alfabetizar, os jogos, historinhas, filmes e músicas como instrumentos de aprendizagem, que contribui para o desenvolvimento e alfabetização, colaborando para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Letramento. Anos iniciais. Ludicidade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende investigar e ampliar o conhecimento sobre as questões referentes ao processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais. Tendo como objetivo analisar a continuidade do processo de alfabetização e letramento, quando a criança conclui a pré-escola e ingressa no ensino fundamental;

A alfabetização é um processo que começa muito antes da entrada da criança na escola, onde é submetida a mecanismos formais de aprendizagem da leitura e da escrita. Entende-se por alfabetização o processo pelo qual se adquire o domínio de um sistema linguístico e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja, o domínio das ferramentas e o conjunto de técnicas necessárias para exercer a arte e a ciência da escrita e da leitura. A alfabetização se ocupa da aquisição da escrita, o letramento se preocupa com a função social do ler e do escrever. A expressão letramento apareceu ao lado da alfabetização por se considerar o domínio mecânico da leitura e da escrita.

A leitura por sua vez proporciona a criança viajar pelo mundo do faz de conta, pois o universo infantil é cheio de ludicidade e por meio desta prática professor e aluno se integram para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça satisfatoriamente.

O presente estudo tem como principais objetivos, conhecer e estudar como acontece a alfabetização e letramento antes do Ensino Fundamental e o que isso contribui no desenvolvimento dos alunos. Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que a Alfabetização e o Letramento caminham juntos, busca um repensar da aquisição da língua escrita, baseado no alfabetizar letrando, que não deve ser trabalhado de maneira independente na realidade da Educação.

Esse artigo pretende por meio de uma pesquisa bibliográfica contemplar de forma sucinta, o tema abordado, considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos na área educacional, para no sentido de oportunizar ao pesquisador uma visão mais ampla no cotidiano escolar, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade de cada estudante no processo educativo.

O presente trabalho encontra-se organizado em quatro seções onde a primeira introduz a questão da pesquisa, objetivos e metodologia adotada, o segundo trata dos conceitos de alfabetização e letramento e os fatores que interferem no processo ensino aprendizagem, a terceira destaca os métodos de alfabetização mais utilizados, para em seguida, promover as considerações finais na qual pontuaremos alguns resultados e contribuições da investigação.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

A alfabetização e o letramento devem ter sua presença na Educação Infantil, de acordo com Magda Soares (2009), os pequenos, antes mesmo do ensino fundamental devem ter acesso tanto a atividades de introdução ao sistema alfabético e suas convenções, a alfabetização, como também práticas sociais de uso da leitura e da escrita, o letramento. Segundo Magda soares, alfabetização é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever, é o processo pelo qual a pessoa adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja, domínio de técnicas pra exercer a arte e a ciência da escrita, e também o desenvolvimento de novas formas de compreensão e interpretação e uso da linguagem de uma maneira geral.

Alguns educadores, Segundo Scarpa (2006) receiam a antecipação de práticas pedagógicas tradicionais e a perda do lúdico, em razão destes diferentes pressupostos.

Como se a escrita entrasse por uma porta e as atividades com outras linguagens (música, brincadeira, desenho etc.) saíssem por outra. Por outro lado, há quem valorize a presença da cultura escrita na Educação Infantil por entender que para o processo de alfabetização é importante à criança ter familiaridade com o mundo dos textos. (Scarpa, 2006, p.1)

Segundo os parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa (2001), para aprender a ler e a escrever é preciso pensar sobre a escrita, pensar sobre o que a escrita representa e como ela representa graficamente a linguagem. São atividades que exigem do aluno uma atenção, tanto quantitativa como qualitativa, da correspondência entre

segmentos falados e escritos, em que o aluno necessita ler, embora ainda não saiba ler e escrever.

Pode-se dizer que um aluno é alfabetizado quando ele sabe ler e escrever, quando o mesmo passa a fazer uso da leitura e da escrita e a envolver-se nas práticas sócias destes âmbitos. Existem tradicionalmente dois tipos fundamentais de método de alfabetização: os sintéticos e os analíticos. Os sintéticos são métodos que partem de elementos menores como palavras, fonemas, letras e sílabas, concebe a leitura como codificação, transcrição de unidade sonora em unidades gráficas, sendo essencial para alfabetização, a discriminação perceptiva tanto visual quanto auditiva e habilidades motoras. Podemos dizer que os métodos sintéticos propõem progressão das unidades menores para unidades mais complexas, privilegia a decodificação e a análise fonológica entre fonemas e grafemas. Esse método apresenta algumas limitações, pois não explora as semelhanças e as diferenças entre a fala e a escrita, descontextualizando a escrita, seus usos e suas funções sociais.

Os métodos analíticos, que partem de palavras, sentenças ou contos, se iniciam de uma unidade de significado, como as palavras, sentenças ou textos e trabalham sob a perspectiva de realidade e de análise das unidades linguísticas maiores, os elementos menores, cada sílaba e letra. Ela entende a escrita como um objeto a ser memorizado. Podemos afirmar que o método analítico propõe um progresso de unidade: palavra, frase, texto, junto a unidades menores como, sílaba, grafemas e fonemas, privilegiando assim a compreensão de sentido e aprendizagem audiovisual. Esse método considera essencial para a alfabetização: a discriminação visual, auditiva, e habilidades motoras. Nesse sentido, fica claro que o processo de construção da leitura e da escrita acontece de forma particular, cada criança tem seu tempo, passa por algumas etapas para as quais elas repetem em sua história particular, a história da escrita.

O conceito de alfabetização chama atenção não apenas pelo ato de ler e escrever (codificar e decodificar), mas na prática social, onde ler e escrever são necessários. Magda Soares define a alfabetização como: "ação de ensinar/ aprender a ler e escrever". Faz-se necessário o entendimento de que a criança entra em processo de letramento antes de ser alfabetizada, pois ela já faz a leitura de rótulos, gestos, emoções. Para formar cidadãos capazes de compreender os diferentes tipos de textos com os quais se defrontam, é necessário organizar o trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola. Principalmente quando os alunos não têm contato sistemático com bons materiais de leitura e com adultos leitores, quando não participam de práticas onde ler é fundamental para o exercício da cidadania, a escola deve oferecer materiais de qualidade, modelos de leitores excelentes e práticas de leitura eficientes. Não se formam, portanto, bons leitores de alunos que leiam apenas durante as atividades na sala de aula, apenas no livro didático, apenas porque o professor pede.

Segundo Magda Soares (1998, p.39):

Letramento é o resultado de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e escrita; é também o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. É necessário, portanto, oferecer-lhes os textos que circulam frequentemente na sociedade: o trabalho com a diversidade textual pode ser a mais importante estratégia didática para a prática de leitura.

No processo de alfabetização e letramento ainda há muitas lacunas na escola, instituição responsável em nortear esse processo, pois a mesma se preocupa em levar o aluno a escrever, deixando de lado o ato de ler. Conforme afirma Cagliari (2009, p.147), "na prática, ao longo do ano escolar, dá muito mais ênfase à escrita do que a leitura". Exige-se muito mais do aluno com relação à escrita do que com relação à leitura.

Partindo desse princípio, percebe-se que há uma dicotomia onde nos leva a entender que é dado mais importância ao ato de escrever e memorizar letra e sílaba, pois, a família, a professora, a diretora ou diretor criam muitas expectativas em relação ao processo de alfabetização e de letramento, onde sabemos que é um processo lento e se dá no cotidiano. Sendo assim, fica claro o entendimento que a alfabetização e o letramento são processos diferentes, mas complementares e inseparáveis.

MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

De acordo com Oliveira (2008), o primeiro e mais antigo é o método alfabético, que foi inventado pelos gregos há cerca de 2500 anos, junto com o alfabeto. Este método tem como ponto de partida a letra. Primeiro o aluno aprende as letras do alfabeto e as junta para formar as palavras. O método do bê-á-bá que ainda vigora de certa forma em alguns países é herdeiro desta tradição. Nesse método, supõe-se que o aluno aprende a fazer a junção $bê + a = ba$. No entanto, é necessário mais que saber o nome das letras ou seus sons para aprender a ler.

Oliveira (2008) afirma que a função de uma letra não é representar um som, mas um fonema, ou seja, unidades abstratas. Os fonemas nos permitem diferenciar mala de tala, por exemplo. Mas o fonema correspondente às consoantes não é pronunciável sozinho, sem uma vogal, e por isso não constitui um som.

Em função da insatisfação com o método alfabético, desde o século XVII alguns pedagogos começaram a utilizar o método global. A ideia subjacente não se baseava em conhecimentos psicolinguísticos, mas na importância atribuída à motivação, por isso tais métodos partiam de frases escritas com palavras conhecidas pelos alunos. Algumas variantes do método global admitem a focalização progressiva em unidades menores: palavras, sílabas e até grafemas. O método Paulo Freire, por exemplo, é herdeiro dessa tradição, e baseia-se no que chama de palavras-chave.

Segundo Magalhães (2005):

Os métodos globais são classificados em: de palavração, de sentencição, de historietas e de contos. Como o próprio nome indica, o método da palavração toma como unidade inicial as palavras, que são memorizadas por meio de repetitiva

visualização. Só depois a atenção é dirigida às sílabas, letras e sons. Segundo os defensores desse método, a vantagem de começar pela palavra é que ela é considerada, ao mesmo tempo, unidade da língua e do pensamento. O método das sentenças segue uma lógica parecida, mas começa a análise pela frase. Já o método de historietas utiliza como ponto de partida pequenas histórias, com sentido completas em si mesma. No caso do método de contos, os materiais didáticos trazem uma sequência de contos, com sentidos complementares, para serem trabalhadas ao longo do ano. Ambos os métodos têm como principais objetivos desenvolver no aluno a capacidade de compreensão, além de treiná-lo na habilidade de antecipar e seguir sequências de ideias, relacioná-las entre si e memorizá-las. Com histórias e contos, a leitura é estimulada como fonte de informação e de prazer. Posteriormente, o texto é analisado nas unidades linguísticas menores. A principal desvantagem apontada é que, muitas vezes, a aplicação dos métodos analíticos negligencia o desenvolvimento da capacidade de ler palavras novas e deixa em segundo plano a exploração de textos diferentes dos utilizados durante o processo de alfabetização (MAGALHÃES, 2005, p. 7).

Para dar um exemplo do método global ou analítico, indicamos o Método Paulo Freire. Esse método é constituído por três etapas, a saber: A primeira é a Etapa de Investigação na qual aluno e professor buscam, no universo vocabular do aluno e da sociedade onde ele vive as palavras e temas centrais de sua biografia; em seguida encontra-se a Etapa de Tematização, onde serão codificados e decodificados os temas inerentes à biografia do aluno, buscando seu significado social e, dessa forma, tomando consciência do mundo vivido; e, finalmente a Etapa de Problematização, em que aluno e professor buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica do mundo, partindo para a transformação do contexto vivido.

Oliveira (2008) aponta que os conhecimentos desenvolvidos inicialmente pelos linguistas, e posteriormente retomados pelos psicolinguistas, levaram ao desenvolvimento do chamado método fônico.

Segundo o autor, método fônico é todo aquele que ensina, de forma explícita, a relação entre grafemas e fonemas. Esse tipo de ensino permite que a criança descubra o princípio alfabético, e progressivamente, domine o conhecimento ortográfico próprio de sua língua. O autor afirma que todas as evidências científicas coletadas nos últimos 30 anos demonstram, de maneira inequívoca, a superioridade dos métodos fônicos sobre os demais. A maioria dos países do mundo, e todos os países desenvolvidos que usam linguagem alfabética, preconizam o uso desses métodos em suas diretrizes curriculares nacionais. No Brasil, nas décadas de 1960 a 1980, utilizou-se bastante o método fônico, que explora os sons, dando ênfase à menor unidade da fala, o fonema, e sua representação na escrita. Dessa forma, mantinha a atenção das crianças totalmente voltada para a decodificação, desprezando-a da apreensão das ideias. (MAGALHÃES, 2005, p. 8).

Capovilla (2002) por sua vez, considera e apresenta argumentos interessantes sobre por que a educação brasileira precisa do método fônico, tecendo dura crítica ao nosso atual sistema educacional. Esse autor afirma que a educação brasileira está sofrendo uma crise severa e sem precedentes, que pode ser percebida por meio da veiculação nos meios de comunicação do declínio do desempenho dos alunos nas escolas e também por meio dos baixos níveis alcançados pelos alunos no Sistema de Avaliação do Ensino Básico do MEC (SAEB). Frente a esses fracos resultados, o autor convoca os educadores a iniciar uma análise comparativa das práticas nacionais e internacionais, assim como avaliações, intervenções e pesquisas com o objetivo de buscar explicações claras e soluções efetivas para esse problema.

Capovilla (2002) propõe é a busca de um método adequado para que o aluno possa aprender e se desenvolver, e aponta que tal busca pode ser facilitada e enriquecida pela leitura das experiências de educadores de sucesso e de experimentos bem sucedidos que indicam que determinado método funciona. Em relação ao método estabelecido nas políticas públicas brasileiras, o autor deixa claro o seu descontentamento, como se pode perceber no parágrafo seguinte:

Infelizmente, no entanto, temos visto autoridades governamentais brasileiras em educação impondo políticas falhas e métodos mal testados, limitando a autonomia dos educadores de fazer suas próprias descobertas a partir de experimentos e de programar as descobertas mais animadoras de todo o mundo. Ao invés de conduzir pesquisas para descobrir como reverter o fracasso das crianças, tais autoridades desencorajam qualquer pesquisa e propõem respostas prontas e inconsequentes, baseadas em mera especulação, em senso comum ou em sua limitada experiência particular com alfabetização. É essencial ultrapassar a esfera do senso comum e conduzir pesquisas científicas capazes de identificar as causas dos problemas educacionais e de descobrir métodos comprovadamente eficazes em garantir que nossas crianças consigam aprender e desenvolver seu pleno potencial (CAPOVILLA, 2002, p. 10-11).

Capovilla (2002) apropriando-se da teoria piagetiana aponta que o limitado desenvolvimento teórico e científico da pedagogia é fruto do pouco contato com pesquisa científica dos professores durante seu processo de formação, assim como a falta da condução de pesquisas pelos próprios professores e a submissão desses profissionais a parâmetros e programas impostos pelas autoridades e baseados em circunstâncias, ideologias e palpites, mais que em pesquisas científicas. Para o autor, os baixos índices alcançados pelos alunos brasileiros no PISA são consequência da opção cega dos PCNs pelo método global e da insistência das autoridades educacionais em impingir-los sobre os alfabetizadores. O autor acredita que para chegar ao cerne do problema do fracasso escolar das crianças, torna-se necessário avaliar a forma como o ensino tem sido ministrado e os parâmetros que o norteiam (ou desnorteiam). Aliado a isso também é necessária uma análise do processo de formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar esta pesquisa fica claro quão difícil é o processo de alfabetização, principalmente quando se trata da compreensão do mesmo e seu desenvolvimento na educação infantil e no ensino fundamental. Neste sentido, alfabetizar é muito mais que dar aulas, é mais do que repassar conteúdos, é mais do que estar ali para atender as exigências legais do mundo escolarizado, é sim querer atuar neste espaço de forma interativa, mediatizado pela história, cultura e sociedade, é construir uma escola mais inclusiva, mais humana e solidária e querer estar no mundo e nele fazer história.

Não há dúvida de que a ludicidade contribui para melhor promover o desenvolvimento das capacidades cognitivas, procedimentais e atitudinais que se deseja serem construídas pelas crianças. Mas isso não significa deixar de propor um trabalho pedagógico estruturado para crianças que antes estariam apenas brincando. Neste sentido é importante planejar os momentos de brincadeiras, de histórias e de trabalho com outras linguagens, juntamente com a aprendizagem da leitura e da escrita.

Para que o processo de alfabetização e letramento, bem como o processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita possa ser trabalhado nas escolas de forma a acompanhar a realidade dos alunos é preciso que o professor esteja preparado. Essa preparação é adquirida e desenvolvida por meio das formações continuadas. Esses cursos têm por objetivo aperfeiçoar a prática docente. Sua importância está na elaboração de atividades práticas que aprimoram os métodos de ensino dos educadores e na aquisição e desenvolvimento de habilidades pedagógicas.

Conclui-se que o professor tem a sua disposição vários métodos de abordagem ao processo de ensino-aprendizagem. A leitura é uma importante ferramenta de cidadania, formadora de pensamentos críticos e reflexivos e se configura ainda como uma das principais formas de aquisição e desenvolvimento do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394/96 Brasília 1996.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística** / Luiz Carlos Cagliari – São Paulo: Sipione, 2009. (coleção pensamento e ação na sala de aula)

CAPOVILLA, A. G. S. **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2002.

FERREIRO, Emília e Teberosky, Ana. **Psicogênese**. 23 ed. São Paulo, Cortez, 1994.

MAGALHÃES, N. **Conhecer a história dos métodos de ensino para alfabetizar no presente. Letra A – O jornal do Alfabetizador.** Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Faculdade de Educação/UFMG, Belo Horizonte, ago./set., 2005, p. 6 a 9.

OLIVEIRA, J. B. A. **ABC do alfabetizador.** Rio de Janeiro: Instituto Alfa e Beto, 2008.

SCARPA, Regina. Alfabetizar na Educação Infantil. Pode? Revista Nova Escola. Ed. 189. Fev. 2006. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/4-a-6-anos/alfabetizar-educacao-infantil-pode-422868.shtml> Acesso em 08/09/2019

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: autentica 1998

ARTETERAPIA: UMA JANELA PARA EXPRESSÃO DE SENTIMENTOS

Santin, Bruna¹.
Bertola, Liliana Martino².

RESUMO

O presente artigo tem como foco promover e disseminar a importância do processo arteterapêutico na vida de pacientes de saúde mental. Pretende sugerir linguagens artísticas que podem ser desenvolvidas no processo de evolução psíquica. A arteterapia auxilia o indivíduo para que possa expressar seus sentimentos e emoções, mesmo que de forma subentendida por meio das linguagens artísticas que são disponibilizadas pelo maravilhoso mundo das artes. Mas principalmente, busca, através de uma pesquisa aprofundada, dar sustentação e credibilidade para esta valiosa ferramenta que é a arteterapia.

PALAVRAS-CHAVE: Arteterapia. Saúde mental. Expressão. Fazer artístico. Sentimento.

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge com a proposta de uma reflexão teórica da arte como viés terapêutico para o desenvolvimento e bem-estar da saúde mental. Vê e compreende a arte como recurso expressivo, assim como os efeitos e benefícios da mesma para o processo terapêutico que tem por objetivo auxiliar no reestabelecimento da saúde mental do sujeito. A partir de uma pesquisa bibliográfica e observadora e com base em teorias Jungianas, busca-se ressaltar a importância da arteterapia no processo de melhoria da saúde mental.

Estruturado de maneira simples e acessível, aborda questões históricas do processo arteterapêutico, as formas e linguagens de como a arte se apresenta e pode ser explorada neste processo fantástico que é a arte como terapia.

De acordo com Buoro (2000) refletir sobre a imaginação criadora na vida do homem é captar uma das funções centrais da produção da arte e da ciência. É buscar compreender como os processos criativos transformam a humanidade.

Dentro da necessidade e importância da arte na área da saúde, a arteterapia surge como a "mãe" revolucionária capaz de desmistificar por completo a ideia de que para se fazer arte é preciso ter dom, predisposição ou talento. É possível perceber uma grande evolução sobre a aceitação dos campos das artes em geral como forma de tratamento para resolução de problemas psíquicos. Para isso pode-se tomar como exemplo artistas que viveram de forma intensa e turbulenta seus conflitos

¹ Graduada em Artes Visuais – Licenciatura Plena – Unochapecó em curso: Especialização: Arteterapia – Faculdade Souza.

² Mestre em Educação . Orientadora.

internos, e encontraram na arte um refúgio para acalantar suas angustias, frustrações, sofrimentos e possíveis transtornos mentais.

A arte em sua diversidade, a pintura, a escultura, o teatro, a dança, a música, dentre tantas outras técnicas de expressões manuais e ou corporais, vem se destacando como ponto importantíssimo no auxílio de tratamentos diversos.

Por meio da arteterapia o indivíduo é capaz de elaborar frustrações, relaxar, se acalantar e se expressar de uma maneira natural, leve e espontânea, apropriando-se desta diversidade para uma melhora inconsciente no seu quadro clínico, de forma assistida e orientada pelo profissional em arteterapia.

O trabalho de um arteterapeuta é o de estimular o sujeito a criar até a finalização de sua obra, observando neste percurso, suas atividades, reações e expressões orais, durante a execução do trabalho. (URRUTIGARAY, 2003, p. 30).

Deste modo, fica clara e evidente a função da arte neste meio psíquico, auxiliando de forma intensa e positiva para a evolução de uma melhor saúde mental.

A arte é um instrumento que fortalece e potencializa a positividade do indivíduo, dando a ele uma maior liberdade e leveza, de acordo com Graciela Ormezzano (2005),

O ato criativo fortalece o ser humano a ter coragem e seguir em frente para superar a sensação de impotência, permitindo a fruição das ideias de modo original, tornando reais as virtudes e os valores, como forma de contribuir com o meio onde vivemos. Na arteterapia, a arte se coloca como possibilidade para chegar a criação; através dela, o ser humano pode liberar as angustias, arriscando-se e improvisando, buscando novas alternativas para a solução de seus problemas. (ORMEZZANO, 2005, p. 155).

Sendo assim, esta pesquisa surge com a intensão de reforçar a importância desta prática alternativa e busca constatar sua efetividade, de modo a observar os reais efeitos do processo arte terapêutico na vida do paciente.

ARTETERAPIA E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

De acordo com a história, a relação do homem com a arte surge nos primórdios da humanidade, nas representações pictóricas da arte rupestre, onde já era evidente a necessidade humana em se expressar.

A arteterapia é um termo relativamente novo no meio psíquico, de acordo com Ferraz (1998) esta ligação entre a arte e a psicologia apresentou um maior e real entrelaçamento nos últimos cem anos, com mudanças nos veios artísticos bem como nas áreas da ciência, estética, apresentando desta forma, um novo olhar sobre a arte e o ser humano.

Nas últimas décadas do século XIX, por exemplo, apareceram as teorias e as experiências artísticas que fizeram emergir os movimentos de vanguarda e marcaram o século XX por várias tendências artísticas e estéticas. São fatos que revolucionaram a cultura ocidental, indicando os caminhos da arte contemporânea,

principalmente ao expor formas inovadoras de compreender e representar o mundo com significado. Quando procuramos verificar o aparecimento de novas preposições em diversas áreas – psicologia, psiquiatria, psicanálise e arte -, percebemos que elas definiram suas bases renovadoras a partir de momentos históricos semelhantes, trazendo novas pesquisas teóricas voltadas para o campo de consciência dos indivíduos e suas manifestações, e transformaram o conhecimento sobre a articulação do pensar, do sentir, do imaginar e agir humano. (FERRAZ. p. 19).

Ferraz (1998) defende a ideia de que essa relação entre a arte com a psicologia e a psiquiatria datam do século XIX, quando se tem as primeiras informações de que foram introduzidas técnicas de arte e artesanato no tratamento de pacientes de hospitais psiquiátricos.

Ferraz (1998) traz como referência importante para a evolução da arteterapia, a obra de Fritz Mohr de 1906, *Über Zeichnungen von Geisteskranken und ihre diagnostische Verwertbarkeit*, que foi ilustrada, com “trabalhos de loucos”, segundo colocação do autor. O livro de Mohr (“A propósito dos desenhos de doentes mentais e da possibilidade de sua utilização para fins de diagnóstico”), segundo Ferraz (1998), foi de suma importância para as próximas duas décadas de estudo na área e serviu como base para a elaboração de novas obras bibliográficas que fundamentaram ainda mais o conceito.

Ainda de acordo com o autor em 1907, pode-se observar, nos trabalhos do médico Réja, um olhar diferenciado e inovador referente a produção artística daqueles que ele se referia como “ditos loucos”, passando a observar com maior atenção, interpretar e analisar esta expressão artísticas dos indivíduos de uma forma mais aprofundada. Ferraz (1998) refere-se a Réja da seguinte maneira:

Como crítico de arte, ele procura compreender a natureza da criação espontânea dos insanos, estudando-as em várias manifestações artísticas, tais como o desenho, a pintura, a escultura, a poesia, a música e a dança, ao mesmo tempo que as compara com trabalhos de crianças, dos primitivos e prisioneiros. Para alguns autores, Réja considerava os trabalhos dos loucos como “forma mais ou menos embrionárias de arte” – não obras de arte – e até certa medida elementares, pois, para ele, não existia intenção consciente na elaboração artística, e no geral a técnica era pouco desenvolvida. (FERRAZ, 1998, p. 21).

Andrade (2000) reafirma que a nível de mundo, foi em 1940 que a arteterapia conseguiu se estabelecer como campo específico do conhecimento, por meio dos trabalhos de Margareth Nauberg, considerada hoje a mãe da Arteterapia, recebendo influências da psicanálise freudiana. De acordo com Andrade (2000), no Brasil tudo se iniciou a partir de 1923, mas segundo o autor a psiquiatria vem se aproximando da arte como processo terapêutico desde o século XIX, por meio dos trabalhos de Mohr (1906), Simon (1876), Prinzhorn (1922)... etc., nos quais se buscava a ideia de associação dos trabalhos dos doentes mentais com suas histórias de vida e patologias.

Destaca-se principalmente na década de 1920 a psiquiatria de Jung, que

deu início a utilização do processo criativo em arte como terapia para pacientes, considerando e analisando o material produzido como simbolização e ressignificação do inconsciente pessoal e ou coletivo do paciente (ANDRADE, 2000).

De acordo com Valladares, (2003) segundo a teoria Junguiana, a arteterapia propicia um leque diversificado e adequado de materiais bem expressivos que permitem que o indivíduo possa criar símbolos presentes no seu universo imagético individual. Este universo que pode revelar, por meio das produções simbólicas, a estrutura psíquica interna do paciente, seja ela pessoal ou coletiva. Deste modo a arteterapia facilita o acesso ao psiquismo humano por meio das infinitas possibilidades que a arte apresenta, segundo Jung são esses símbolos artísticos que abrem caminho para o trabalho do arteterapeuta.

Andrade (2000) ainda faz apontamento ao autor Osório César e o trabalho de Nise da Silveira, como precursores do processo arteterapêutico no Brasil, entre os anos 1925 e 1952. Andrade cita que no período deu-se início a utilização de técnicas artísticas expressivas, aplicando-as e utilizando-as em pacientes psicóticos do Hospital do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, um marco para a época, o processo era chamado de Seção de Terapia Ocupacional, que era desenvolvido no Centro Psiquiátrico Dom Pedro por volta de 1952, em seguida, criou-se também o Museu de Imagens do Inconsciente, local onde estão guardados e expostos os trabalhos dos pacientes psiquiátricos do Centro.

Observando os pacientes Nise passou a ter contato com Jung e então, pensar neste processo como a "Emoção do Lidar", defendendo assim a ideia de dar forma as emoções por meio de imagens, representações e simbolizações de como o indivíduo vê o mundo, para então liberar e objetivar fortes conteúdos emocionais, com o intuito de reestabelecer a saúde mental, amenizando o caos interno da mente, Andrade (2000).

Surge então na década de 70 uma Reforma Psiquiátrica, dando ênfase a importância do uso da arte como finalidade terapêutica para a reabilitação e reestabelecimento da saúde mental. O que auxiliou de forma evidente em uma nova maneira de se pensar os violentos e ultrapassados métodos psíquicos utilizados como tratamento na época.

Para Nise da Silveira, precursora da Arteterapia no Brasil, além das produções artísticas trazerem consigo elementos esclarecedores acerca do processo psicótico, trazem também, em si mesmas, um valor terapêutico, "pois davam forma a emoções tumultuosas, despotencializando-as, e objetivavam forças autocurativas que se moviam em direção à consciência, isto é, à realidade" (2001, p.17).

Sem sombra de dúvidas o trabalho de Nise da Silveira transformou, criando um novo olhar da relação entre arte e loucura.

Segundo Valladares (2001) foi neste processo que surgiram as Oficinas Terapêuticas, com um foco interdisciplinar e com o intuito de flexibilizar e valorar a comunicação das relações interpessoais centradas no "eu" como

agente ativo na busca pela melhora de seu equilíbrio mental.

De acordo com os pesquisadores da área, a arteterapia é considerada mais que uma profissão, é vista como um compromisso com a vida e também como um resgate da saúde pela liberdade de expressão (VALLADARES, 2008).

AS LINGUAGENS ARTÍSTICAS

De acordo com Ormezzano (2005) a arte sempre foi uma aliada do ser humano, uma gigantesca ferramenta de expressão e um objeto de comunicação entre o homem e o seu meio:

O ser humano sempre utilizou a arte e seus símbolos como ferramenta de expressão, com finalidade mágica, de orientação religiosa, de decoração, de poder, entre outras. A arte constitui um objeto de comunicação entre o homem e o seu meio; por isso, sua utilização com fins terapêuticos pode auxiliar o indivíduo a reconhecer-se como pessoa, através da percepção sensorial e da materialidade da imagem interior. Acerca disso Alessandrini (1996, p. 32) afirma que o "trabalho, por meio de recursos expressivos artísticos, possibilita ao indivíduo concretizar sua imagem interna de modo significativo. Há uma disponibilidade nova e diferenciada que canaliza seus recursos cognitivos internos para um re-fazer transformador". (ORMEZZANO, 2005, p. 162)

Por meio das diversas formas que a arte se apresenta, o indivíduo se comunica e explora seus sentimentos. Para Valladares (2008) a arte é inerente ao ser humano e é um meio de expressão, comunicação e de linguagem.

De acordo com o pensamento de Honório (2009) a arte precisa ser compreendida como produto social e histórico, possuindo variâncias em consequência ao meio cultural, espaço e tempo no qual é elaborada.

Sendo o homem criativo e sempre tendo a necessidade de intervir na realidade que o rodeia, sua ação criadora interfere no espaço que ocupa, além de estar em consonância com o tempo que vive. Assim, a ação criadora do homem, que se materializa por meio das estruturas artísticas, varia e assume funções diferentes conforme o tempo e o espaço geográfico em que está presente. Além disso, em cada cultura a ação criadora pode apresentar um significado diferente. (HONORIO, 2009, p. 12).

Honório (2009) aponta que a arte pode ser pensada e "dividida" em quatro linguagens, são elas: as Artes Visuais – (a cor, a textura, as formas, as linhas...) que possibilitam meios para criar e estabelecer relações com o próprio fazer artístico, bem como, o do outro. A Dança – (movimento, força, espaço, tempo...) que compreende a estrutura e o funcionamento do corpo e os elementos que compõem o seu movimento. A Música – (som, intensidade, altura, timbre, duração...) que permite reconhecer e apreciar, interpretar, compor, por meio das próprias reflexões, emoções e conhecimentos. E o Teatro – (representação, texto, caracterização, dramatização...) que trata da linguagem dramática e expressiva.

Dentro das divisões propostas por Honório, é possível abrirmos um grande

leque das artes, para assim dar um enfoque mais profundo no seu viés terapêutico.

Sendo assim, é necessário e fundamental, utilizar-se das diversas modalidades expressivas da arte para desenvolver o processo arteterapêutico, dentre estas modalidades é possível citarmos recursos como o desenho, a pintura, a colagem/recorte, a modelagem, a construção, o teatro, a música, a história da arte, os contos, a fotografia, a literatura, a dança e a expressão corporal, passando estes, a se tornarem instrumentos terapêuticos e enriquecedores da qualidade de vida das pessoas.

De acordo com Urrutigaray (2003), o fazer artístico é terapêutico pois proporciona uma interação entre a personalidade do indivíduo com as técnicas, práticas e materiais utilizados. É um meio que permite ao sujeito se encontrar consigo próprio, desfrutar de si mesmo através da diversidade de modalidades expressivas.

As modalidades expressivas são geradas pelo uso de materiais plásticos, que por sua característica peculiar de flexibilidade, promovem habilitações simbólicas dos processos intrapsíquicos. A aquisição de maleabilidade de permuta ou modelagem, quebra lentamente com posturas comportamentais rígidas, formais e repetitivas. (URRUTIGARAY, 2003, p. 50).

Segundo Valladares e Carvalho (2008) cabe ao arteterapeuta, conhecer as modalidades e desenvolver um repertório próprio com o intuito de adequar as modalidades artísticas expressivas as necessidades e anseios específicos de cada paciente.

A EXPRESSÃO HUMANA POR MEIO DA ARTE

Segundo Valladares (2004), há muito sabe-se sobre o espaço especial que a arte encontrou e ocupa em casos de sofrimento mental, permitindo ao indivíduo expressar-se independente de sua liberdade física.

Ela permite ao ser "libertar-se" de sua "loucura", experimentando novas vivências e sensações, sem julgamentos, rompendo os limites do seu próprio interior.

Se a arte é a expressão humana da criação de sensações ou de estados de espírito de caráter estético carregados de vivência pessoal e profunda, como define a língua portuguesa, então ela está muito próxima da vivência da loucura, pois se relaciona com os sentimentos, emoções, vivência de caráter eminente pessoal, desprovida de uma lógica comum, de uma estética única, mas como representação de uma experiência singular e, por isso, não pode ser generalizada nem na essência, nem na abordagem. (VALLADARES, 2004, p. 73).

O ser humano é dotado de potencial criativo, todavia por fatores externos e internos, muitas vezes, não consegue desenvolvê-lo ou deixá-lo transparecer, fluir. Para Ormezzano (2005) "o ato criativo fortalece o ser humano a ter a coragem e seguir em frente para superar a sensação de impotência, permitindo a fruição das ideias de modo original, tornando reais as virtudes e valores...". (p. 155).

Para Urrutigaray o ser humano herda modos de se portar psicologicamente, chamados por ela de arquétipos. Os mesmos definem as expressões de padrões reais e impessoais de ideação, sentimentos e comportamento. O homem sempre teve a necessidade de se expressar por meio do fazer, para se fortalecer e reforçar em sua totalidade.

Quando observamos a cultura humana, verificamos que o fazer do homem, ao longo dos séculos, sempre revelou uma necessidade de expressão típica e comum presente em todas as sociedades. Como uma tendência à manifestação de algo diferente da realidade empírica experimentada, mas que revela outra coisa pertencente a uma outra dimensão mais envolvente, misteriosa, poderosa, sagrada. Essa necessidade pode estar vinculada à intenção de reintegração de suas ações executadas no ambiente com a de afirmação de seu ser; sentida como um retorno a um "estado paradisíaco" o estado de Criação. (URRUTIGARAY, 2003, p. 35).

Deste modo pode-se dizer que a arte tem função psicológica, pedagógica e também social. Segundo Ormezzano (2005) "a arte possibilita ao indivíduo deixar sua marca e dar a sua contribuição para a humanidade, perpetuando a história de cada cultura". É uma forma simples, básica, pura, sensível e criativa de se compreender como sujeito, de compreender a si mesmo e sua interação com o mundo.

Segundo Ciornai (1995), é possível afirmar que em muitos casos as linguagens artísticas expressam muito melhor nossas experiências interiores do que a própria linguagem verbal. É o uso da arte como meio à expressão da subjetividade.

Por meio das artes é possível alcançar emoções profundas. A arte tem o poder de mudar a forma como nos sentimos em relação ao mundo e a nós mesmos. A Arteterapia é uma ferramenta poderosa, pois consegue examinar a maneira como o indivíduo olha para si próprio e seu redor. Seja por meio da escultura, da música, da dança, da pintura... o "artista", criador da arte, constrói suas simbologias liberando ideias e emoções. Símbolos que representam sentimentos e pensamentos internalizados e que podem ser exteriorizados por meio da arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arte é um instrumento de criação e expressão desde o início da humanidade. Por meio dela, o homem externa e exprime seu mundo interior, seus sonhos, pensamentos, sentimentos, emoções, sua singularidade. Através de cores, traços e linhas o indivíduo se permite expressar a autenticidade do seu mundo subjetivo.

Por meio dela também é possível explorar a conexão com seu interior, fortalecendo e evidenciando uma maior aprendizagem sobre seu "eu" e sobre o mundo em que está inserido.

A Arteterapia vem sendo instrumento terapêutico a milênios, todavia a pouco aprofundaram-se os estudos e fundamentos científicos sobre sua importância e sua real utilização, bem como da gama de possibilidades que a mesma pode oferecer ao ser humano em seu processo de

autoconhecimento e expressão.

Rompendo padrões estéticos de beleza e perfeição, por meio da Arteterapia é possível criar sem preocupação, pois o autor “julgador” da obra será o próprio indivíduo que passará a se perceber em seu processo artístico criativo, de modo subentendido por meio de cores, formas, texturas, materiais, sentimentos e sensações. Permitindo assim ao mediador, interpretar a criação artística desenvolvida neste processo, para deste modo, elaborar uma melhor compreensão dos possíveis traumas que venham interferindo de maneira negativa na vida do sujeito, auxiliando em seu processo de “cura”.

Fica evidente na pesquisa acima a relevante importância da Arte como processo de criação, utilizada no tratamento de problemas mentais. A Arteterapia é uma importantíssima ferramenta e aliada a psicologia e outras áreas da saúde que tratam da mente e das emoções, pode promover verdadeiros ganhos na saúde do ser humano.

Faz-se um tempo novo, tempo de conexão com o EU interior, com as emoções e sentimentos, expressando-se por meio das artes, para que deste modo o sujeito passe a se compreender e aceitar, superando traumas e temores, se percebendo como indivíduo criador e autor de sua própria história! Tudo isso por meio desta ferramenta mágica que é a Arteterapia!

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Liomar Quinto. **Terapias expressivas arte terapia, arte educação, terapia artística**. Rio de Janeiro. Vetar, 2000.

CIORNAI, S. (1995). Arte-terapia: o resgate da criatividade na vida. In.: M. M. M. J Carvalho (Org.), **A arte cura?** Recursos artísticos em psicoterapia (pp. 59-63). Campinas-SP: Editorial Psy II.

FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. **Metodologia do ensino da arte**. Maria Heloísa C. de T. Ferraz, Maria F. de Rezende e Fusari. São Paulo: Cortez, 1999, 2 ed. (Coleção magistério. 2 grau. Série formação do professor).

HONÓRIO, Cintia Maria. **Arte & caminhos:** metodologia: 1º ao 5º ano. Curitiba: Base Editorial, 2009. 224 p.: il ; 16 x 23 cm.

ORMEZZANO, organizado por Graciela. **Questões de arteterapia**. 2. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005. 284 p.

SILVEIRA, Nise da. **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática, 2001.

URRUTIGARAY, Maria Cristina. **Arteterapia:** transformação pessoal pelas imagens. Rio de Janeiro: Wak, 2003. 152 p.

VALLADARES, Ana Cláudia Afonso; NOVATO, Ana Cristina Ribeiro dos Santos. Aspectos transformadores da construção em arteterapia com adolescentes. **Revista Eletrônica de Enfermagem – Goiânia**, v.3, n.1, jan-jun. 2001 - ISSN 1518-1944.

VALLADARES, Ana Cláudia Afonso. Arteterapia na Saúde. **Coleção Arteterapia**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2008.

_____. **A arteterapia humanizando os espaços de saúde**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

_____. **Arteterapia com crianças hospitalizadas**. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil, 2003.

_____. **Arteterapia no novo paradigma de atenção em saúde mental**. São Paulo: Vetor, 2004.

ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO AOS CUIDADOS COM O CORPO PÓS-MORTE.

Gomes, Elaine Crisina dos Santos
Souza, Cheila Mara de Sá

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é identificar como é realizada a assistência do enfermeiro aos cuidados com o corpo pós-morte. Por ser um procedimento operacional padrão, as etapas da técnica para os cuidados com o corpo do falecido faz parte do cotidiano da enfermagem, portanto o profissionalismo, os sentimentos e as emoções fazem parte integrante do processo. O estudo buscou motivos para a reflexão do grupo de profissionais da área, sobre o cuidado de enfermagem dispensado com a preparação do corpo antes de levá-lo ao necrotério. O trabalho foi realizado utilizando-se uma revisão bibliográfica, método dedutivo e abordagem qualitativa. As considerações finais permitiram concluir que a enfermagem, na qualidade de profissionais multidisciplinares da área de saúde, muitos até líderes da equipe de enfermagem precisam seguir protocolos operacionais padronizados, que são considerados seguros e eficazes na maneira de cuidar dos corpos de pacientes que vieram a óbito, porém necessitam de atenção biopsicosocioespirituais.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-morte. Procedimento. Corpo. Assistência ao enfermeiro.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a assistência do(a) enfermeiro(a) aos cuidados com o corpo pós-morte. E nesse contexto buscou-se estudar a morte e o processo de morrer e também entender a assistência de enfermagem neste caso, onde geralmente segue o Procedimento Operacional Padrão (POP) para encaminhar cadáveres. Esses cuidados são disponibilizados ao corpo somente depois do médico constatar óbito e com diversos objetivos, que são de preservar a aparência natural do corpo; apresentar o corpo limpo; prontificar a identificação do corpo; evitar a saída de gases, odores fétidos, sangue e secreções e preparar o corpo para o funeral.

Justifica-se tratar e estudar esse assunto por compreender que a profissão de enfermeiro(a) é uma arte e ciência do cuidado, onde se é necessário dar atenção às necessidades biopsicosocioespirituais, conservando ou reparando a qualidade moral que infunde respeito; consciência do próprio valor; honra do corpo em todas as esferas da vida. E ainda por acreditar que socialmente existe uma relevância, visto que o processo de morte entre os diversos autores ainda é pouco discutido e que todos, partindo dos familiares, paciente e profissionais da saúde procuram se distanciar do assunto, mesmo sabendo que é algo natural e esperado.

O corpo pós-morte pode seguir para diversos outros setores ou locais, como para a necropsia, funerária, Instituto Médico Legal (IML), velório e as equipes de enfermagem, por força dos inúmeros problemas a ser resolvidos acabam fazendo seus cuidados mecanicamente, ou se abalam de forma a mecher com o psicológico do profissional. Diante esse problema indaga-se quais as atividades que fazem parte do cotidiano da prática profissional do(a) enfermeiro(a), no momento do preparo de um corpo após a morte?

Hipoteticamente, embora muitos profissionais já fazem os cuidados mecanicamente, trata-se de um difícil procedimento que estende a validade de uma afirmação ou conclusão além dos limites em que ela é comprovável, ou seja a relação direta enfermeiro(a)/paciente, que na maioria das vezes expande-se à família, exigindo-se do profissional reformulação dos sentimentos a respeito da vida, ou sobre morrer. E com relação aos cuidados para com o corpo pós-morte acredita-se que já tenha um protocolo operacional padrão.

Dessa forma é objetivo deste estudo identificar como é realizada a assistência do enfermeiro aos cuidados com o corpo pós-morte ou sem vida.

A MORTE E O PROCESSO DE MORRER

O direito à vida é constitucional, e no art. 5º da Constituição a cláusula foi legitimada como pétrea, portanto é um direito que recebe proteção de toda a sociedade. Concomitantemente ao direito de uma vida digna está o direito de uma morte digna. E aqui é importante conceituar o termo morte, que simplesmente identificando é a interrupção definitiva da vida de um organismo.(PITON, 2019; p. 1).

Contudo Farias e Rosenvald (2017, p.392) mencionam que: "A morte completa o ciclo vital da pessoa humana. É o fim da existência humana... A morte, portanto, é um fenômeno inexorável, que completa a existência humana.

O processo de morrer vem e junto as cinco etapas a ser consideradas, que são: a negação, a raiva, a negociação, a depressão e finalmente a aceitação. Ribeiro (2011, p.1) explica cada uma dessas etapas:

1. **Negação** – Quando a vítima e/ou o doente não acreditam que as suas vidas estão em riscos. E não levam muito a sério a situação, até o momento que constatam que realmente estão correndo riscos mortais;
2. **Raiva /Fúria** – Quando a vítima e/ou o doente constatam que as suas vidas estão em riscos, a tendência é sentirem raiva e indignação contra o agressor ou a doença;
3. **Negociação (Barganha)** – Quando o sentido de sobrevivência bate na vítima e/ou no doente, eles buscam barganhar com o agressor ou com Deus as suas vidas;
4. **Depressão** – Quando eles notam que não haverá barganha e o quadro mortal não pode ser revertido, a vítima e/ou o doente entram em estado de depressão, chorando e analisando as suas fragilidades e os seus problemas pessoais;
5. **Aceitação** – Quando não há mais nada a fazer ou para sofrer, a vítima e/ou o doente atingem o estado de resignação, aceitando a morte, independente das suas vontades.

A morte didaticamente expressada pode se dividir em morte aparente, morte clínica, morte cerebral e morte real: a morte aparente é “quando são quadros diversos que aparentam ou simulam a morte catalepsia.” Já a morte clínica é aquela em que dado “momento ocorre a parada cardiorrespiratória”. E a morte cerebral é a “morte irreversível das funções cerebrais. Neste estágio, não há como reverter as funções cognitivas e funcionais”. E para finalizar a morte real quando existe a “parada da atividade biológica de todas as células que ocorre em média, oito horas após a parada cardiorrespiratória, não havendo a possibilidade de reanimação da pessoa”. (RIBEIRO, 2011, p.1).

A morte, geralmente é diagnosticada pelos médicos, nos hospitais, e os conceitos acima são influenciadores para o diagnóstico, principalmente a ausência de função cardiocirculatória e respiratória. Para Dr. Dantas Filho (2019, p.705): “o diagnóstico tradicional de morte baseia-se nos sinais abióticos (ou tanatognósticos)”. E estes são: imediatos, mediatos ou consumativos e os fenômenos tardios, destrutivos ou destruidores.

Os imediatos são aqueles cujo estudo sistematizado apontam como sinais imediatamente após a morte, que podem ser imobilidade, a ausência da consciência, parada cardiocirculatória e respiratória, flacidez, insensibilidade, arreflexia, relaxamento dos esfíncteres, inclusive a midríase. (DANTAS FILHO, 2019, p.705).

Os mediatos ou consumativos são os sinais que acontecem minutos, horas ou dias após a morte, que são: as manchas hipóstases que são manchas de sangue, mancha verde abdominal, hipotermia, rigidez, entre outros. (RIBEIRO, 2011, p.1).

Os fenômenos tardios, destrutivos ou destruidores são sinais abióticos que podem aparecer de quatro a cinco horas após a morte como a rigidez cadavérica, que é o sinal reconhecível de morte causado por uma mudança bioquímica nos músculos, causando um endurecimento dos músculos do cadáver e impossibilidade de mexê-los ou manipulá-los, ou depois de 24 horas até semanas após a morte, como a putrefação (apodrecimento) e dissecação da pele. (DANTAS FILHO, 2019, p.706).

Vistos esses diagnósticos, a reflexão sobre a morte ou sobre o processo de morrer é um assunto que enfermeiros têm que lidar, principalmente porque existem cuidados necessários a ser realizado por esses profissionais que estão associados à humanização, visto que a morte é o final da vida e está presente no cotidiano dos profissionais de saúde. Não se pode dizer que não existam desafios para lidar com a morte, pois são diversos a serem enfrentados pelos enfermeiros, inclusive, podem acarretar problemas em sua formação profissional, como as limitações em seus currículos, bem como na abordagem multicultural da morte. (LIMA, et. al., 2017, p.1).

Contudo, existe uma relação com o conhecimento profundo em tratar com a realização contínua e prolongada da morte ou morrer, a diferença básica entre leigos e os profissionais de saúde é que na vida destes, a morte faz parte do dia a dia e pode se tornar sua companheira de trabalho diário.

Porém perceber a morte pode constituir um acesso para o conhecimento sobre a morte e o morrer. (BORGES & MENDES, 2012, p.324-331).

Enfim, a morte é um vínculo rompido com a vida, de forma que não é possível inverter o sentido, impossível ressuscitar,

ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM NA MORTE

Nesse estudo busca-se compreender como a equipe de saúde, prioritariamente o (a) enfermeiro (a) assistem os cuidados com o corpo pós-morte, visto que essa situação fará parte integrante do cotidiano do profissional que atua em hospitais, embora a morte seja natural, inevitável e universal, a equipe de enfermagem quer evitar o acontecimento e tudo fazem para salvar uma vida. E quando acontece de um paciente morrer muitos ainda se sentem despreparados para lidar com a finitude humana. (HOENDORFF & MELO, 2009, p. 482).

Neste pensamento Sousa e Sousa et.al. (2013, p.235) diz que:

O surgimento de angústia, frustração, medo e a falta de preparo de alguns enfermeiros em lidar com a morte, muitas vezes, são mencionados como uma falha do ensino de graduação, que não apronta esses profissionais para a dura rotina dos hospitais, que é viver em comum com o sofrimento alheio. Esse sentimento de medo leva à reflexão, já que o enfermeiro cria mecanismos e formas para vivenciar a situação do processo de morte e morrer que podem ser positivas ou negativas, tanto para si mesmo, quanto na relação com os outros.

A assistência da enfermagem na morte e a humanização são duas variáveis que andam juntas, visto que a morte faz parte do ciclo da vida e a enfermagem está incumbida de dar assistência ao paciente em todas as fases da vida e vê-lo por inteiro, o que envolve a humanização, que é traduzida pelo cuidar do indivíduo com dignidade, respeito e principalmente qualidade até os últimos instantes de sua vida e pós-morte. (SOUZA, 2010, p.178).

Assim como a maioria dos autores que discutem esse tema, Silva, Campos e Pereira (2010, p.739) opinam sobre os cuidados da enfermagem:

O cuidar é uma prática inerente a condição humana e acompanha o homem desde os primórdios, da concepção até a morte, assim como todas as circunstâncias desencadeadas após ela. Nessa perspectiva, por conseguinte espera-se que haja uma mudança de paradigma a partir da conscientização de que o cuidado é fato imprescindível tanto ao longo da vida quanto no momento da morte.

Por essa razão e também para responder ao problema inicial deste estudo que gerou a pergunta: quais as atividades que fazem parte do cotidiano da prática profissional do (a) enfermeiro (a), no momento do preparo de um corpo após a morte?

Esse estudo veio comprovar como é realizada a assistência do enfermeiro aos cuidados com o corpo sem vida, que o responsável pela prescrição e pela execução da assistência. Que tem por finalidade o procedimento operacional padrão de "remover os dispositivos, limpar, tamponar e

identificar o corpo e colocar o corpo em posição anatômica para o sepultamento". (STACCIARINI, 2017, p.1).

E é neste ponto que a Semiologia da enfermagem torná-se muito importante. Alguns conhecem o termo como propedêutica, o que significa o estudo dos sinais e sintomas das doenças humanas. Santiago, (2019, p.1) diz que: "A palavra vem do grego semeion = sinal + lógos = tratado, estudo". A semiologia é muito importante para o diagnóstico e posteriormente a prescrição de patologias. E Santiago (2019, p.1) afirma que:

A realização do exame físico passou a ser uma questão crucial no cotidiano da prática assistencial do enfermeiro, independentemente dos níveis de complexidade e das diferentes manifestações clínicas eventualmente apresentadas pelo cliente. Tornou-se, então, preponderante e imperativo sua inserção no Processo de Ensino-Aprendizagem do graduando de enfermagem.

Assim sendo é importante conhecer todos os processos, mesmo porque é recomendado que cada instituição possua seus protocolos, de forma que os procedimentos sejam bem definidos e podendo ser realizado por qualquer profissional da área, respeitando a legislação vigente.

TANATOLOGIA E O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM

Tanatologia é estudo ou investigação científico sobre a morte, suas causas e fenômenos a ela relacionados, porém na medicina legal conceituam como rotina de realização de autópsias, também é "parceira das Ciências Humanas e Sociais, que contempla o ser humano nas suas relações com os outros, com o meio e consigo mesmo, expondo a condição de transitoriedade das realidades existentes". (FÄRBER, 2013; p.268).

A explicação de Machado, Medeiros e Alvarenga (2015, p.2) é que a tanatologia nasceu da religião, introduzida por Elisabeth Kubler Ross e mencionam que: "A tanatologia ainda é pouco trabalhada no meio acadêmico ou profissional, sendo considerada uma ciência interdisciplinar que estuda os eventos relacionados ao processo morte/morrer, e todos os aspectos biológicos e sociais vinculados a esse curso".

Já para Ribeiro (2011, p.1) "Na prática, a tanatologia consiste no estudo dos fenômenos cadavéricos, ou seja, da morte e seus fatores associados. Demonstra o que acontece com o corpo humano após a morte, fornecendo o tempo que ocorreu o falecimento, qual o seu motivo dentre outras coisas". Todavia para o (a) enfermeiro (a) existe uma associação com o preparo do corpo após o óbito e que só poderá ser realizado após constatação médica. (STACCIARINI, 2017, p.2).

Há também o conceito de que tanatologia é o "procedimento no qual o corpo do paciente que acaba de morrer é preparado para ser entregue aos cuidados dos serviços funerários e / ou familiares", cuja técnica vai assegurar aos familiares a condição de receber o ente querido pronto a ser entregue aos serviços funerários, de forma a promover o conforto à família que está emocionalmente abalada. (RIBEIRO, 2011, p.2).

E para ser fixada pela imagem ilustrar-se-á abaixo o posicionamento correto do corpo após os cuidados:

Figura 1 – Posicionamento do corpo pós-morte



Fonte: Stacciarini (2017, p.4)

E para finalizar e segundo as pesquisas de Azevedo (2011, p.1) a Tanatologia. Além de ser a ciência da vida e da morte é uma ciência interdisciplinar, também é:

Uma palavra de origem grega, derivada de duas palavras: Tanathos, o deus da morte e logia, ciência ou estudo. É, portanto, a ciência da morte e do morrer. O conhecimento e uma prática holística são as bases do cuidado interdisciplinar desta área. Inicialmente a tanatologia preocupava-se com o doente terminal, aquele hospitalizado, depois passou a preocupar-se também com a família deste doente, com os profissionais da área de saúde e com todos aqueles que, de uma maneira, ou de outra, estejam relacionados com ele.

Realmente a tanatologia é um estudo interessantíssimo que vai mostrar e falar a respeito do que acontece com o corpo após a morte, como a autodigestão (decomposição, temperatura do corpo, o ecossistema cadavérico), também da putrefação, colonização, purgamento e enterro, enfim possibilita a forma de resgatar o sentido da morte, bem como do processo desta e do morrer com dignidade.

O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM.

É aquele que convive frequentemente com a morte dentro dos hospitais, devido a ser este o cuidador dos enfermos hospitalizados. (OLIVEIRA, 2006, p.1), também é, quase sempre, o primeiro a ver o paciente hospitalizado morrer, principalmente quando o paciente se encontra em estágio final. Para esse profissional, embora conviva rotineiramente com a mortalidade, o sofrimento é aparente. Porém muitos ficam frios e fazem seus procedimentos mecanicamente. (AZEVEDO, 2011, p.1).

Constatam Ribeiro, Baraldi e Silva (1998), que o (a) enfermeiro (a) é o (a) primeiro (a) profissional a lidar e a sentir a morte, concordando com Azevedo (2011, p.1), todavia acrescenta que uma vez que o (a)

enfermeiro (a) presta desde os mais simples aos mais complexos cuidados, quando o paciente vem a óbito, muitas da vezes vêm a frustração, a sensação de tristeza e a impotência pela perda do paciente. Segundo Spíndola & Macedo (1994, p.107-114). "O (a) enfermeiro (a) que luta sempre pela preservação da vida às vezes sente-se incapaz e frustrado quando não obtêm sucesso em suas tentativas". Porém estes devem estar aptos a lidar com toda essa situação, devido ser ocorrências cotidianas da profissão. Sendo assim se conhecerá a seguir as ações da enfermagem na morte.

Considerando que a profissão de enfermeiro (a) tem compromisso com a saúde e tem por ideais o compromisso e a qualidade de vida do ser humano, a morte de um paciente pode causar angustia no profissional devido ser um fato difícil em diversos aspectos e também por ter lido e aprendido que deverão atuar na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde (BOUSSO et al., 2012).

Segundo Bizaia, (2015, p.1) a avaliação da situação atual é que: "As instituições de ensino não valorizam a humanização do serviço". Na concepção de Márcia Bizaia, os (as) enfermeiros (as) profissionais chegam aos hospitais "apenas com o conhecimento técnico e aprendem a se relacionar com os pacientes apenas na prática do dia a dia, acredita que as faculdades e cursos deveriam focar mais neste lado também".

AÇÕES DO (A) ENFERMEIRO (A) NA MORTE DE UM PACIENTE.

O estudo mostra que se faz necessário humanizar as ações deste processo, para que não se torne um procedimento mecânico, pois se houver a humanização com certeza haverá uma diminuição no sofrimento tanto para o cuidador como para quem é cuidado e o (a) enfermeiro (a) como líder e gestor de sua equipe precisa conscientizá-la de que mesmo quando a cura já não é mais possível, sempre há algo a ser feito de modo a minimizar o sofrimento. (SOUZA, 2010, p.187).

Porém está-se estudando sobre essas ações no corpo após morte e Borges e Mendes (2012, p.327) mencionam o seguinte:

Pode-se se deduzir, pela forte relação existente entre as classes 1 [paliar?] e a classe 2 [sentimento de fracasso], que o modelo curativo forja um tipo de saber/poder manifestado por uma assistência burocrática e uma linha de autoridade que desenha o mito do poder de salvar vidas. Não obstante, diante da morte, o profissional experimenta o sentimento de fracasso.

Diante esse pensamento, o estudo a seguir vai mostrar o passo a passo para se chegar às ações corretas quando da morte de um paciente. O primeiro passo é ter certeza da constatação do óbito pelo médico, ou notificar ao médico plantonista o óbito e preparar todos os materiais para o procedimento de cuidados do corpo pós-morte.

De acordo com Stacciarini (2017, p.2), os materiais utilizados pelo (a) enfermeiro (a) são: Equipamentos de Proteção Individual (EPI), composto de máscara cirúrgica, óculos protetor, avental e luvas de procedimento. Biombo. Bandeja. Sistema de aspiração montado (composto de cateter de

aspiração de 10 a 14 french, extensões de silicone, frascos redutor de pressão e de coletor intermediário e rede de vácuo), ainda, mesmo que nem sempre necessário, mas providenciar pinça longa, atadura crepe, tesoura ou bisturi, algodão e/ou gaze não esterilizada, fita adesiva/esparadrapo com os dados de identificação do paciente (nome completo, registro geral, data de nascimento, data e horário do óbito, setor e número do leito, nome do responsável pelos cuidados), compressa de banho, e ou bacia com água, papel-toalha, sabonete líquido, lençol, recipiente para o descarte dos materiais. (STACCIARINI, 2017, p.1).

Ao iniciar procedimento, o profissional deverá se atentar aos aspectos de biosegurança e ergonomia, portanto, realizará lavagem das mãos antes e depois do procedimento e durante o mesmo deverá utilizar luvas e capas protetoras, principalmente ao manipular secreções e excreções, bem como mucosas. Em seguida desligar todos os equipamentos, após a constatação escrita do óbito pelo médico responsável, avisar a família e solicita documento de identificação do cadáver e prosseguir preparando o corpo falecido em posição supina, ou decúbito dorsal e horizontal (o corpo quando deitado de face para cima), com bom alinhamento, para prevenir problemas com o rigor mortis (rigidez cadavérica) e livor mortis (manchas de hipóstase) da face e tórax superior. Retirar todos os dispositivos, drenos, sondas e equipamentos conectados ao paciente; realizando higienização nos ferimentos, curativos, punções, cobrindo-os com gaze e esparadrapo. O próximo passo será avisar o serviço social ou aos familiares presentes, o óbito, podendo perguntar se algum familiar deseja participar da arrumação do corpo. (RIBEIRO, 2011, p.2).

O Conselho Reginal de Enfermagem de São Paulo destacou em sua Orientação Fundamentada Nº 044/2015 que, com relação à constatação de óbito e de acordo com a Lei dos Registros Públicos, Lei 6.015 alterada pela Lei 6.216 (30/06/1975), no Capítulo IX Do Óbito no Artigo 77:

Nenhum sepultamento será feito sem certidão do Oficial de Registro do lugar do falecimento, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou, em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte, com isso, é admissível que outros profissionais da saúde (por exemplo: Enfermeiros) constatem a morte e registrem a data e hora do óbito em localidades sem médico (entenda-se por tal localidade, a cidade ou vilarejo onde não tenha nenhum médico atendendo, que necessite ser chamado médico de outra cidade ou região para tal declaração). Entretanto, esses profissionais não podem preencher a declaração de óbito; somente o profissional médico.

Os procedimentos mudam dependendo a causa da morte: morte natural (causa conhecida), morte por causa desconhecida e morte por causa agressivo-violenta. Em todos os casos devem-se seguir os primeiros passos do parágrafo acima.

Até porque o corpo sem vida começa a decompor logo, alguns minutos após a morte. O que é chamado de autólise (Processo de autodestruição,

autodigestão, comum em células danificadas (citólise)). Logo após a paralização do coração, “as células ficam privadas de oxigênio e a acidez delas aumenta, à medida que os subprodutos tóxicos das reações químicas começa a se acumular dentro delas. As enzimas começam a digerir as membranas celulares e vazam; assim, as células começam a se romper”. (COSTANDI, 2015, p.1).

NO CASO DE MORTE NATURAL

Protocola-se que o (a) enfermeiro (a) deva fazer o tamponamento, que é a “introdução de um tampão, seco ou embebido num fármaco, numa ferida ou cavidade natural, para sustentar uma hemorragia, por compressão, ou para absorver exsudados ou secreções excessivas”. (DICIONÁRIO INFOPÉDIA). De forma que o tamponamento seja realizado nas narinas, boca, ouvidos, genital e anal, com bolas de algodão e pinça Pean, é bom colocar fralda descartável e fechar a boca do mesmo, fixando-a com atadura amarrada no queixo, a fixação das mãos e pés com atadura ou esparadrapo também são feitas regularmente. Preparado o corpo e identificação, que deve ser colocada no pé do cadáver, em seguida faz o encaminhamento para a conservadora ou área de guarda de corpos. (AQUINO, 2011, p.1).

Também cabe ao enfermeiro orientar alguém da família do falecido para fazer o registro dos dados finais na declaração de óbito no serviço de registro do paciente, bem como registrar o óbito na Central de Óbitos do município e prover a funerária, só então depois de expedida a guia de liberação de corpo, emitida pela Central de Óbitos do município é que a enfermagem libera o corpo para a funerária. (LUZ, 2010, p.1).

Ao término do cuidado com o corpo sem vida, a equipe de enfermagem faz a retirada das roupas de cama, bombas infusoras, e outros materiais utilizados no cuidado, bem como os equipamentos do box, higieniza a régua de gases e retira os pertences do paciente e por fim solicita a desinfecção terminal do leito e após disponibiliza para novo paciente. (FARACO, 2018, p. 2).

NO CASO DE MORTE POR CAUSA DESCONHECIDA.

Neste caso o (a) enfermeiro (a) vai informar o óbito para Serviço de Verificação de Óbito (SVO) para necropsia (FARACO, 2018, p. 2), também conhecida por autópsia que é um procedimento médico que consiste em examinar um cadáver para determinar a causa e modo de morte feita por abertura e a inspeção detalhada e metódica dos cadáveres, de modo que se avalie qualquer doença ou ferimento que possa estar presente. E não fará a tamponação, somente a prapração do corpo que em algumas instituições a roupa trazida pelos familiares é vestida pela equipe de enfermagem, após é feita a identificação e encaminhará para a conservadora. O procedimento continua com a orientação do (a) enfermeiro (a) para familiares contatarem uma funerária, por meio da via Central de Óbitos do Município, que encaminhará o corpo para o Serviço de Verificação de Óbito. Assim a enfermagem entrega o cadáver e o Relatório

de Óbito para a funerária e passa a fazer a desinfecção do local onde procedeu os cuidados ao corpo sem vida. (AQUINO, 2011, p.1).

NO CASO DE MORTE POR CAUSA AGRESSIVA/VIOLENTA.

É feito os primeiros passos como já comentado anteriormente, não se esquecendo de fechar os olhos do corpo sem vida, se estiverem abertos, considerando todos os passos para não haver infecção, ou seja: lavagem das mãos, uso de capas protetoras e luvas; porém o (a) enfermeiro (a) deverá informar o óbito para o IML (Instituto Médico Legal), para necropsia. Não se esquecer de retirar todos os objetos de valor e guardá-los em um envelope identificado, para protocolar para a família.

É realizados os cuidados com o corpo pós-morte, identificado e encaminhado para a conservadora, bem como o (a) enfermeiro (a) orienta os familiares para realizar um Boletim de Ocorrência (Cadavérico) próximo ao local de residência ou do fato de ocorrência, só então o cadáver é entregue para o IML juntamente como o Relatório de Óbito. Uma vez terminado o cuidado com o corpo é solicitado a desinfecção terminal do leito e após disponibiliza para nova admissão. (FARACO, 2018, p. 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte e a vida deveriam ser recebidas e tratadas da mesma forma, ou seja, com naturalidade, porém falar de morte é complexo, mesmo num ambiente hospitalar, nas unidades de terapia intensiva, onde sempre tem óbitos, devido à fragilidade do corpo, com relação à doença, ou trauma. Embora a morte possa ser uma forma de acabar com o sofrimento, ninguém deseja a morte, mesmo que a realidade não seja esta e aqui identificada nesse estudo, que o entendimento da morte varia de acordo com a cultura de cada pessoa, o que deve ser respeitado.

Uma problemática foi levantada ao início desse estudo que indagava quais as atividades fariam parte do dia a dia da prática profissional do (a) enfermeiro (a), no momento do preparo de um corpo pós-morte, e foi possível aprender que para quaisquer dos tipos de morte, os primeiros passos são iguais e que só pode dar início ao procedimento após constatação médica do óbito. A seguir os procedimentos mudam conforme a necessidade de cada caso, ou seja, se for por morte natural de uma forma e se for por morte de causa desconhecida outra e por morte agressiva ou violenta geralmente é o IML que tomam todas as providências com o corpo pós-morte.

Embora visto, superficialmente, no presente estudo, o processo de humanizar a questão da morte mostra que haveria menor dor, sofrimento tanto para o cuidador quanto para quem é cuidado. No caso do cuidado do corpo pós-morte a humanização permearia o desenvolvimento de morte de forma parcial, principalmente com o relacionamento com a família do cadáver, uma vez que o profissional fica com o emocional abalado quando tem que abordar a família.

Os resultados encontrados nesse estudo foram com base no referencial teórico pesquisado e a avaliação dessa pesquisa com relação à assistência do (a) enfermeiro (a), viu-se que existe um padrão operacional para

executar o procedimento com o corpo após a morte, e que é um componente positivo trazendo uma assistência padrão e dentro dos conformes dos parâmetros técnico-científicos instituídos e bem aceitos pela comunidade científica. Ficou evidenciado a questão das necessidades biopsicossocioespiritual, onde a exigência é pela maior atenção com a gestão de pessoas, que quando se sentem o mal na alma se entristecem no espírito que vive e interage em cada ser humano.

Concluindo, foi possível atingir o objetivo geral deste trabalho, pois foi identificado como é realizada a assistência do enfermeiro aos cuidados com o corpo pós-morte e viu-se que o enfermeiro tem um papel importantíssimo dentro da equipe de enfermagem. Esse papel é destacado ainda mais quando o tema é humanização, pois conforme visto o enfermeiro, por excelência, já é humano, mas com o passar dos anos tem perdido alguns valores imprescindíveis sendo necessário relembrar alguns conceitos fundamentais para lidar com a morte.

Contudo, viu-se a necessidade de criar (algo), juntando materiais variados em determinada forma, seguindo determinado projeto, para que a classe de profissionais da saúde, aqui denominados enfermeiros, possa ser incentivada a pensar, levantar questões a respeito desse assunto, a fim de compreenderem melhor a morte e o processo de morrer. Este tema não é muito discutido na formação acadêmica, portando não são questionados de maneira afetada, de modo que venha realçar a importância das questões ligadas à emoção, visto que é primordial para o (a) enfermeiro (a) rever seus conceitos com relação à existência, para não encarar a morte dos pacientes como fracasso, impotência e frustração.

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. **Assistência de enfermagem após a morte.** (2011). Disponível em <<https://www.ebah.com.br/content/ABAAABk1cAK/assistencia-enfermagem-apos-a-morte>> Acesso em 23.05.2019: 15:25h.

AZEVEDO, D.P. **Tanatologia: o profissional enfermeiro frente à representação da morte e o morrer.** (2011). Disponível em <<https://www.webartigos.com/artigos/tanatologia-o-profissional-enfermeiro-frente-a-representacao-da-morte-e-o-morrer/80304>> Acesso em 22.05.2019: 13:19h.

BIZAIA, M. **O profissional de Enfermagem.** (2015). Disponível em <<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/colunistas/noticias/o-profissional-de-enfermagem/>> Acesso em 11.07.2019: 19:20h.

BORGES, M.S.; MENDES, N. **Representações de profissionais de saúde sobre a morte e o processo de morrer.** (2012). Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/reben/v65n2/v65n2a19.pdf>> Acesso em 10.07.2019: 15:00h.

BOUSSO, R.; POLES, K.; ROSSATO, L. **Desenvolvimento de conceitos: novas direções para a pesquisa em tanatologia e enfermagem.** Revista da Escola de Enfermagem da USP. v. 43, n. 2. 2009.

CONSELHO REGIONAL DE SÃO PAULO. **Câmara Técnica- Orientação Fundamentada Nº 044/2015.** Disponível em <https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/Orienta%C3%A7%C3%A3o%20Fundamentada%20-%20044_0.pdf> Acesso em 11.07.2019: 15:35h.

DANTAS FILHO, V.P.; SARDIINHA, L.A.C.; FALCÃO, A.L.E.; ARAÚJO, S.; TERZI, R.G.G.; DAMASCENO, B.P. **dos conceitos de morte aos critérios para o diagnóstico de morte encefálica.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/anp/v54n4/25.pdf>> Acesso em 21.05.2019:10:27h.

DICIONÁRIO INFOPÉDIA, de Termos Médicos [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível em <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/termos-medicos/tamponamento>> acesso em 22.05.2019: 14:12h

FARACO, M.M. **Procedimento Operacional Padrão (POP) Assistência de Enfermagem POP NEPEN/DE/HU - Cuidados pós morte.** (2018). Disponível em <<http://www.hu.ufsc.br/pops/pop-externo/download?id=303>> Acesso em 22.05.2019: 15:25h.

FÄRBER, S.S. **Tanatologia clínica e cuidados paliativos: facilitadores do luto oncológico pediátrico.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cadsc/v21n3/v21n3a06.pdf>> Acesso em 22.05.2019: 15:25h.

FARIAS, C. C. de; ROSENVALD, N. **Curso de Direito Civil: Parte Geral e LINDB.** 15 ed. Rev., atualizada e ampl. Salvador: Jus Podivm, 2017.

LIMA, R. de.; BORSATTO, A.Z.; VAZ, D.C.; PIRES, A.C.F.; CYPRIANO, V.P.; FERREIRA, M.A. **A morte e o processo de morrer: ainda é preciso conversar sobre isso.** Disponível em: <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1178>> Acesso em 09.07.2019: 09:35h.

LUZ, S. **Protocolos: cuidados com o corpo após a morte.** (2010). Disponível em:

<https://www.portaldaenfermagem.com.br/protocolos_read.asp?id=274>
Acesso em 23.05.2019: 19:55h.

MACHADO, L.O.C.L.; MEDEIROS, M.M. de.; ALVARENGA, M.R.M. **A Educação e a Morte: A formação de profissionais de saúde.** (2015). Disponível em: <<http://www.abrapecnet.org.br/enpec/x-enpec/anais2015/resumos/R0887-1.PDF>> Acesso em 11.07.2019: 16:45h.

OLIVEIRA, E.C. et al. **Percepções e sentimentos de acadêmicos de enfermagem sobre a morte e o processo de morrer.** Revista Científica da FAMINAS. Caratinga. (2006). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec01>> Acesso em 22.05.2019: 16:57h.

PITON, A.C. **O direito fundamental à morte digna: uma breve análise civil- constitucional da Eutanásia no Brasil.** Disponível em <https://amandapiton9.jusbrasil.com.br/artigos/705799609/o-direito-fundamental-a-morte-digna-uma-breve-analise-civil-constitucional-da-eutanasia-no-brasi?ref=topic_feed> Acesso em 20.05.2019: 17:12h.

RIBEIRO, E.E. **Assistência de enfermagem após a morte.** Disponível em <<https://www.ebah.com.br/content/ABAAABk1cAK/assistencia-enfermagem-apos-a-morte>> Acesso em 20.05.2019: 18:23h.

RIBEIRO, M.C.; BARALDI, S.; SILVA, M.J.P. **A percepção da equipe de enfermagem em situação de morte: ritual do prepare do corpo "pós-morte".** Revista da Escola de Enfermagem da USP. v. 32, n. 2. 1998.

SANTIAGO, L.C. **O ensino da semiologia na graduação em enfermagem.** Disponível em <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/551>> Acesso em 11.07.2019: 21:15h.

SILVA, R.S. DA.; CAMPOS, A.E.R.; PEREIRA, A. **Cuidando do paciente no processo de morte na Unidade de Terapia Intensiva.** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n3/v45n3a27.pdf>> Acesso em 11.07.2019: 13:25h.

SOUZA, A.G.S. **Humanização no processo de morte/morrer sob a perspectiva do enfermeiro de UTI.** Disponível em <<https://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/1185/1/artigo%2012.pdf>> Acesso em 23.05.2019: 18:25h.

SOUZA E SOUZA, L.P.; RIBEIRO, J.M.; ROSA, R.B.; GONÇALVES, R..R.; SILVA, C.S.O.; BARBOSA, D.A. **A morte e o processo de morrer: sentimentos manifestados por Enfermeiros.** Disponível em <http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v12n32/pt_administracion4.pdf> Acesso em 10.07.2019: 20:12h.

STACCIARINI, T.S.G.; **Procedimento Operacional Padrão: Cuidados com o Corpo após o Óbito.** Disponível em <<http://www2.ebserh.gov.br/documents/147715/0/POP+cuidados+com+o+corpo+ap%2B%C2%A6s+%2B%C2%A6bito-68wCSD39.pdf/9cf30f7e-38fb-4702-acc1-eb7aa89aa94b>> Acesso em 21.05.2019: 8:35h.

SPÍNDOLA T, MACEDO, M.C.S. **A morte no hospital e seu significado para os profissionais.** Revista Brasileira de Enfermagem. 1994.

DISCIPLINA POSITIVA PODE MINIMIZAR A INDISCIPLINA EM SALA DE AULA: UMA ANÁLISE DE COMPORTAMENTO

Madeira, Fernanda Duarte ¹

RESUMO

No mundo atual, um dos grandes problemas no contexto escolar tem sido a indisciplina. Destaca-se professores insatisfeitos com as responsabilidades que lhes são atribuídas que ultrapassam suas reais incumbências. Do outro lado, destaca-se alunos desmotivados e indisciplinados colocando em risco seu próprio aprendizado comprometendo assim, de certa forma sua vida profissional futura. Buscou-se identificar as causas da violação às regras da escola. Assim como identificar qual a motivação da indisciplina, onde pode ser familiar, permissividade por parte dos pais, falta de autoridade do professor, domínio do conteúdo por parte dele ou desmotivação do próprio aluno. Teve como objetivo identificar como a disciplina positiva pode minimizar esse aspecto negativo da indisciplina, visto que não há uma fórmula pronta para esse problema. Identifica-se que há esperança que um trabalho coletivo possa minimizar consideravelmente esse comportamento. Para isso, foi utilizada pesquisa bibliográfica e a análise de comportamento de 4 alunos da educação infantil (2º período) que apresentavam comportamento de indisciplina constante.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizado. Disciplina Positiva. Disciplina. Indisciplina.

INTRODUÇÃO

A atual situação educacional tem mostrado altos índices de violência nas escolas, e essa violência está atrelada a indisciplina. Sendo necessário que os professores conscientizem os educandos através de palestras desenvolvidas por órgãos responsáveis pela fiscalização do cumprimento de leis como a Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente e psicólogos. A busca por ajuda se faz necessária para escolher meios de diminuir os casos de violência e indisciplinas escolar.

O presente trabalho teve o objetivo de analisar como a indisciplina em sala de aula pode ser minimizada nos tempos atuais, visto que a cultura punitiva se tornou obsoleta devido a mudanças culturais ao longo da história.

A indisciplina escolar tem sido o tema de inúmeras discussões no meio educacional. É um fenômeno que não se limita apenas a alguma classe social, faixa etária, gênero ou cultura específica. Sendo assunto de diversas investigações devido a sua propagação nas escolas apresentar um crescimento alarmante. Segundo os professores, a indisciplina tem sido um dos problemas mais difíceis de se combater no sistema educacional.

O maior desafio hoje é incluir esse aluno num contexto globalizado. Entender que o mundo não possui mais fronteiras, assim como o conhecimento e intercâmbio de ideias, isso é sim um dos maiores desafios do professor. Independente do privilégio de acesso ao conhecimento que esse aluno venha a ter, de nada basta uma escola com professores empenhados se não são capazes de possibilitar que esse aluno entenda a dimensão de suas possibilidades através da tecnologia. Ensinar é criar um ambiente de aprendizado, logo, possibilitar que este aprenda.

Os problemas de indisciplina manifestam-se com frequência na escola, sendo um dos maiores obstáculos pedagógicos do nosso tempo. A maioria dos docentes não sabe como interpretar nem como enfrentar um ato de indisciplina. (PARRAT-DAYAN, 2008, p.7)

Neste contexto, emerge a proposta central deste estudo que surgiu através do estágio, observação e entrevistas. Foi notado que a maior queixa dos professores (escolas privadas e públicas) é a indisciplina. Esse problema afeta o aprendizado de forma negativa assim como todo processo pedagógico elaborado para aquele momento. A indisciplina desestabiliza o educador, prejudica o aprendizado dos que se comportam e compromete o próprio aluno que possui essa atitude.

Temos acompanhado o alarmante aumento de casos registrados acerca do aumento da violência em nossas escolas, fato este anunciado por diversos meios de comunicação, o que contribui para gerar um clima de angústia e insatisfação no ambiente escolar. A indisciplina leva à violência e surge quando ocorre o não cumprimento das regras impostas e normas sociais estabelecida. Refletir sobre suas causas, consequências e caminhar para a mudança envolve a participação dos diversos segmentos: pais, alunos, professores, equipe pedagógica, funcionários e comunidade. Precisamos ter clareza da parcela de responsabilidades de todos, o professor não pode ser o único culpado nesse processo; envolvendo todos na discussão e no enfrentamento do problema, podemos evitar a transferência de responsabilidades. (VAGULA, RAMPAZZO e STEINLE, 2009, p.84)

De acordo com Nelsen (2012), muitos professores não conseguem entender que os alunos têm poder pessoal e que irão usá-lo de uma forma ou de outra. Se não lhe são dadas oportunidade para usá-lo de forma produtiva, eles provavelmente irão usá-lo de maneira destrutiva.

A parceria entre escola e família é de fundamental importância para combater a indisciplina na escola. Essa relação deve buscar sempre o aconselhamento e orientação quando necessário, para contribuir com o melhoramento das práticas educativas.

O objetivo deste artigo é além da busca do aperfeiçoamento, da pesquisa acerca de temáticas de notoriedade na atualidade. Isto é, explorar possibilidades de possíveis soluções em prol da disciplina em sala de aula pode gerar revelações surpreendentes que contribuam para uma boa qualidade e vida e harmonia social.

Para este fim, o presente estudo segue uma lógica acadêmica elementar com a composição de uma introdução e sua problematização seguida do suporte de uma revisão de literatura que contempla pontos relevantes do tema proposto, e também pesquisa bibliográficas onde vários teóricos deram suas contribuições.

Os procedimentos metodológicos também são anotados onde as unidades de análise revelam a descrição de uma análise de comportamento que serão analisados na seqüência em função dos objetivos pretendidos. No final são feitas algumas considerações e a proposição de sugestões acadêmicas.

DESENVOLVIMENTO

A indisciplina é um comportamento que gera frustração no professor, nos alunos que não possuem tal comportamento e inconscientemente no próprio aluno, que provavelmente possui questões particulares alheias ao conhecimento da maioria. Esse comportamento impossibilita que o professor execute todo trabalho que foi

previsto e elaborado anteriormente para aquele momento específico. Não há aprendizado quando há indisciplina.

Em geral o conceito de indisciplina é definido em relação ao conceito de disciplina, que na linguagem corrente significa regra de conduta comum a uma coletividade para manter boa ordem e, por extensão, a obediência à regra. Evoca-se também a sanção e o castigo que se impõem quando não se obedece a regra. Assim, o conceito de disciplina está relacionado com a existência de regra. (PARRATDAYAN, 2008, p.18).

Para Aquino (1999) no século XX o conhecimento deu um salto expressivo, no entanto o saber perdeu seu grau de importância, bem como a valorização do professor enquanto detentor do conhecimento. Nesse contexto, o que resta é um clima de atrito entre os educadores frustrados que não conseguem alcançar seu objetivo de conseguir ao menos falar e os alunos que se sentem desmotivados e inconscientemente infrutíferos, pois uma vez que não está envolvido, não há interesse.

Com essa insatisfação vinda de ambas as partes, acaba por se fadar a um relacionamento professor aluno de desgaste e insatisfação. A insatisfação gera desinteresse da parte do aluno em se empenhar e automaticamente esse relacionamento prejudica diretamente o aprendizado. Para Tiba (1996) A disciplina escolar – “conjunto de regras que devem ser obedecidas para o êxito do aprendizado escolar” – constitui uma qualidade no relacionamento entre alunos e professores “em uma sala de aula e, conseqüentemente, na escola. Ou seja, os protagonistas do aprendizado é o professor e o aluno, logo, se esses dois não sentirem que há parceria nessa jornada, não há afinidade e conseqüentemente o aprendizado será severamente prejudicado, como afirma Novelli (1997), a sala de aula é a relação entre o professor e o aluno. Enquanto espaço de encontro é local de exigências e desafios e porque não dizer, de conflitos também, posto que seja isso que resulta do estar com o outro. Os conflitos gerados em sala de aula estão relacionados à indisciplina por parte dos alunos.

De acordo com Parrat-Dayan (2008):

Os conflitos em sala de aula caracterizam-se pelo descumprimento de ordens e pela falta de limites como, por exemplo: falar durante as aulas o tempo todo, não levar material necessário, ficar em pé, interromper o professor, gritar, andar pela sala, jogar papezinhos nos colegas e no professor, dentre outras atitudes que impedem os docentes de ministrar aulas com mais qualidade.

O motivador da indisciplina pode ser de toda ordem, como familiar, clínica e fatores internos da escola. Amado (2001) afirma que a disciplina escolar está relacionada a fatores como ordem social, familiar, pessoal e escolar. Logo, em cada sala de aula e em cada momento vale relevar cada situação não podendo ser um assunto conclusivo e rígido onde cada aluno carrega em si sua própria trajetória que pode ser de conhecimento ou não. É certo que uma série de fatores influencia, mas é necessário analisar que os inúmeros determinantes que a influenciam e determinam (VASCONCELLOS, 2000).

A escola não está de certa forma, preparada para tais complicações. Um único professor, com uma aula semanal, tendo que lidar com uma turma às vezes superlotada com pessoas das mais diversas culturas familiares. Segundo Nunes

(2008), a família constitui o berço do processo de ensino e aprendizagem de todo ser humano e nele o aprendiz está sujeito a ser influenciado decisivamente de forma positiva ou negativa. Pode-se dizer ainda, que de acordo com Garcia (1999) existem vários fatores que contribuem para a indisciplina, cada um com seu grau de importância.

Buscar o envolvimento da família através de palestras e ações educativas, pode ser uma oportunidade de descobrir a raiz do problema e as razões que podem motivar a indisciplina e a violência escolar. Quando o professor age pela “autoridade amada”, afetividade combinada à conscientização, desperta no aluno comportamentos dessa natureza, e amplia os sentimentos de justiça e segurança, fortalece o convívio harmonioso e retira da sala de aula os medos e os conflitos.

A família deve ser acolhedora e estar atenta a toda mudança de comportamento, fazendo com que a criança se sinta à vontade para se manifestar. Sendo exemplo principal, pois a criança aprende pelo exemplo. Demonstrar carinho, segurança e amor, favorecendo a comunicação, o comportamento afetivo e solidário.

A parceria entre escola e família é de fundamental importância para combater a indisciplina na escola. Essa relação deve buscar sempre o aconselhamento e orientação quando necessário, para contribuir com o melhoramento das práticas educativas.

Numa escola com aproximadamente 500 matriculados, é certo que se houver uma investigação, haverá casos de estupro, maus tratos, problemas financeiros, abandono e doenças, acometendo inclusive o próprio aluno. Além das dificuldades socioeconômicas e culturais, existem os problemas de alcoolismo, o divórcio, as drogas, a violência doméstica, a permissividade sem limite e, conseqüentemente, a desestrutura familiar que interfere negativamente no desempenho do aluno em sala de aula (Parrat-Dayan, 2008).

O art. 227 da Constituição Federal determina que: “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (BRASIL, 1988)

Há quem acredita que a indisciplina é resultado da precária educação recebida em casa e da permissividade dos pais (REGO, 1996; TIBA, 1996; 2012; ARAÚJO; TORRES; SANTOS, 2010; BAÚ; RUIZ, 2010; PRATA, 2011).

Há muitas explicações pelas quais as crianças de hoje não se comportam como as crianças de antigamente. As razões são explicadas pelas mudanças históricas e a tecnológicas. Assim como as mães não mais se submetem às ordens dos pais, essas também buscaram a independência financeira rompendo assim com a violência e abusos domésticos, mas por outro lado, observa-se uma família tendo a educação e rotina terceirizada na ausência dessa mãe.

A tecnologia trouxe consigo o entretenimento imediato liderado pelas redes de wi-fi e inúmeros canais das mais diversas diversões. Não só os pais se sentem aliviados por ganhar tempo colocando um aparelho eletrônico ligado à internet nas mãos de uma criança de 9 meses, como os próprios estão tão envolvidos com essa tecnologia que eles mesmos não viveriam hoje sem internet. Enquanto as crianças

se deslumbram com músicas e desenhos infundáveis, a parte adulta da família se deslumbra com as redes sociais.

Vive-se o ontem, o amanhã, menos o agora. Sendo assim, a estrutura familiar mudou muito.

Nesse cenário, o segundo lugar que a criança passa mais tempo é na escola, onde a mesma também sentiu essas mudanças. A disciplina do passado foi se perdendo ao longo dos anos, enquanto a criança que hoje cresce sem o acompanhamento dos pais, tem sido presenteada e superprotegida para compensar essa ausência. Logo, é muito compreensível aceitar que a mesma disciplina punitiva do passado é obsoleta nos dias atuais.

A estrutura familiar num geral foi moldada e modificada até aqui. A violência nas escolas tem aumentado significativamente nos últimos anos, assim como a indisciplina. O estudo desse artigo vem abordar através de pesquisas a Disciplina Positiva.

A disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas tanto pelos professores quanto pelos alunos para que o aprendizado escolar tenha êxito. Portanto, é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em uma sala de aula e, conseqüentemente, na escola. (TIBA, 1996, p.117) 27.

Parrat-Dayan (2008, p.8) afirma que: “ser disciplinado não é obedecer cegamente, é colocar a si próprio regras de conduta em função de valores e objetivos que se quer alcançar.”

A disciplina positiva busca desenvolver o respeito mútuo, a cooperação e a responsabilidade em sala de aula. Espera-se que o professor ao invés de punitivo seja gentil e firme, instigando no educando a capacidade de tomar decisões, ter responsabilidade, desenvolver a cooperação e habilidade de escuta. Disciplina Positiva é uma filosofia que não só afirma o que as crianças sentem e pensam, mas que também precisa ser reconhecida, direcionada e incorporada na estrutura regular da escola para que o aprendizado seja significativo.

Nesse contexto, é preciso resgatar a imagem do professor e valorizar o seu importante papel na escola e na sociedade. O professor deve ensinar o aluno a aprender a aprender, deve promover a formação de um aluno ativo, sujeito da sua ação. Para que isso ocorra, é preciso que o professor seja integrador, comunicador, questionador, criativo, colaborador, eficiente, flexível, produtor de conhecimento e comprometido com as mudanças do seu tempo. Entretanto, se a sua prática for conservadora, irá contribuir para a manutenção dos valores tradicionais da sociedade e pouco poderá avançar na formação de alunos críticos. Sendo o professor um agente de mudança, e sabendo que toda inovação encontra resistências que exige a organização, podemos nesse processo enfatizar a importância do planejamento de ensino, como fundamento de toda ação educacional, como forma de gerenciar as mudanças. (VAGULA, RAMPAZZO e STEINLE, 2009, p.23)

Segundo Nelsen (2012) a proposta da Disciplina Positiva é ter escola nas quais as crianças nunca experimentem humilhação quando falham, mas em vez disso se sintam imponderadas pela oportunidade de aprender com seus erros em um ambiente seguro. A cooperação baseada em respeito mútuo e responsabilidade compartilhada é mais eficiente que o controle autoritário. (NELSEN, 2007).

É importante lembrar que para haver aprendizado deve haver disciplina. O professor não opta por haver ou não. Se não houver, todo seu trabalho e empenho será comprometido.

Com base nesta perspectiva, a disciplina passa a ter um papel essencial para o processo de ensino aprendizagem, pois funciona como um dispositivo a ser utilizado pelo professor com o objetivo de assegurar os limites individuais e o controle dos impulsos de seus alunos, garantindo assim a ordem, a continuidade e o respeito à vida social (NOVAIS, 2004).

Promover consequências reforçadoras positivas para o comportamento do aluno [...] implica em avaliar não apenas o produto de seu comportamento (quantos problemas de aritmética ele conseguiu acertar, por exemplo), mas o seu comportamento, [...] que passos ele deve ter dado para chegar à solução, ressaltando ao máximo aproximações ao desempenho adequado/correto e criando condições para que ele aprenda o que ainda não sabe. Para aumentar as chances de o aluno ser positivamente reforçado, é necessário garantir que as tarefas sejam compatíveis com o que ele já sabe e aumentar a dificuldade delas gradativamente. (PEREIRA; MARINOTTI; LUNA, 2004, p.13)

Cabe à escola e educadores decidir qual método será adotado. O método já conhecido, voltado para o autoritarismo ou novas abordagens, que buscam a autonomia aliada ao respeito e diálogo com o aluno. Estimular a fazer o que é correto ou impor o que é correto. Nessa linha de pensamento Galland (2010) relata que na contemporaneidade a democracia está presente na sociedade, contestando-se que se aplique o sistema controlador na escola, sendo este repudiado por muitas pessoas.

É válida a reflexão sobre a cultura punitiva, pois seu uso excessivo não é eficaz a longo prazo. Segundo Nelsen (2012), “punições e recompensas não são eficazes para mudança de comportamento em longo prazo, mesmo assim os gestores educacionais continuam a incluir programas de disciplina baseados em punições e recompensas”.

Para novais (2004), ao estabelecer a relação professor-aluno no meio da punição, o professor pode conduzir o aluno a três tipos de reações. A primeira reação onde o aluno punido calcula os riscos envolvidos na ação e apresenta o mesmo comportamento. A segunda reação é a conformidade com a situação, onde o aluno obedece cegamente às ordens impostas pelo professor. A terceira possibilidade é a revolta dos alunos as regras pré-estabelecidas gerando indisciplina em sala de aula. Nelsen (2012) cita os três “R” da punição: Rebeldia- farei o que quero, retaliação- vou me vingar, recuo- baixa a autoestima e dissimulação. O uso da punição não é diferente de uma forma de abuso (NELSEN 2012).

O que importa é que o objetivo seja alcançado. Logo, deve-se traçar qual caminho será o que vai abraçar o propósito. O método usado há anos ou uma nova abordagem que valida o aluno e ouve o que ele tem a dizer como ser humano. Moço (2009) afirma que o professor deve trabalhar com conteúdos relacionados às questões morais, ao convívio social, à cooperação mútua, de tal forma que essas abordagens possibilitem o estabelecimento de uma relação de respeito mútuo o que, conseqüentemente, inibirá manifestações de indisciplina, pois o aluno se sentirá valorizado e pertencente ao processo ensino aprendizagem. Nelsen (2012) ainda atesta que a disciplina positiva é eficaz quando os professores estão dispostos a abrir mão do controle sobre os alunos e trabalhar com eles de forma

cooperativa. A disciplina positiva é composta por métodos que convidam os alunos a focar em soluções em vez de serem receptáculos de punições e recompensas.

A punição gera desgaste tanto para o professor quanto desgasto ao aluno. Não que esse não possa ser contrariado, mas a abordagem respeitosa pode sim gerar comportamento respeitoso. O afeto pelo trabalho gera frutos bons. Segundo Matos e França (2008) a concepção de pertencimento gera a sensação de vínculo. Estar vinculado significa reconhecer e ser reconhecido por um determinado grupo.

A punição por sua vez, desestrutura a cumplicidade. Segundo Sidman (2003) a utilização da punição ocorre, pois, há necessidade de controlar o comportamento ou desencorajar o infrator, para colocar um fim a conduta indesejável. No entanto deixa bem claro que a punição não é a melhor maneira de fazer as pessoas comportarem-se como é desejado. Apesar de parecer ser a melhor forma de controle, ela, a punição, é ilusória, pois controla momentaneamente. A punição depois de um tempo, terá desvantagem para a pessoa punida, inclusive para quem a aplicou.

De acordo com Nelsen (2012) comportamentos desafiadores são não escutar, retrucar, não ter motivação, usar linguagem chula, interromper, ter problemas com lição de casa, atrasar, dormir em sala de aula, brigar, reclamar, provocar, praticar bullying.

Segundo Vasconcellos (2000), o aluno pode contribuir para o combate à indisciplina por meio de uma participação consciente e interativa em sala de aula; respeitando os colegas, professores e demais atores escolares; participar, por meio de representantes, da elaboração de normas escolares. E assim, Nelsen (2007) compartilha que devemos ser gentis e firmes em nossas relações com as crianças. Firmeza é importante para mostrarmos respeito a nós mesmos e conforme a necessidade da situação. Aos métodos autoritários geralmente falta à gentileza, e aos métodos permissivos falta à firmeza. Gentileza e firmeza são essenciais para a disciplina positiva.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracterizou por um estudo exploratório utilizando o método do caso e análise de comportamento através da entrevista clínica como instrumento de coleta de dados para lidar com o problema da disciplina escolar, pesquisas em livros, revistas, artigos monografias e referências bibliográficas.

Segundo Marconi e Lakatos (2002), a entrevista clínica trata-se de estudar os motivos, os sentimentos, a conduta das pessoas. Para esse tipo de entrevista é organizado uma série de perguntas específicas.

O caso estudado em questão constitui-se de quatro casos envolvendo crianças da educação infantil (2º período). Isso praticamente sentenciará uma análise de casos múltiplos (análise multi-casos) que, segundo Lima (2008), reflete várias unidades objeto de estudo. Para a coleta das informações por meio de intervenções foi feito registro por escrito. O grupo de alunos se mostrou bastante homogêneo, inclusive em relação ao comportamento.

De acordo com entrevistas realizadas com os alunos do 2º período, aqui caracterizados como Aluno J, P, A e D, foi possível traçar o resultado da abordagem da disciplina positiva.

O Aluno J tem 5 anos de idade e possui comportamento regular. Tenta fazer exatamente o oposto que é solicitado, ex: “Vamos sentar e lanchar”. Nesse

momento ele quer apontar lápis, andar. Fala muito alto durante as atividades e chora jogando seus pertences no chão quando é contrariado. Mentira.

O Aluno P tem 5 anos de idade. Ele apresenta muita facilidade em realizar suas atividades e faz tudo com rapidez e precisão. Ele agride os colegas por motivos pequenos.

O Aluno A tem 6 anos de idade. Há relatos que esse aluno embora já estudasse na escola em 2018, no início das aulas em 2019 teve resistência em entrar para sala de aula até o mês de maio/2019. Não presta atenção nas atividades solicitadas, em silêncio faz birra quando contrariado, mostrando resistência em realizar as atividades, mesmo as executando posteriormente.

O aluno D tem 5 anos de idade e carece de muita atenção. Este questiona o tempo todo, toca no braço da professora muitas vezes a ponto de segurar seu queixo e move-lo em direção a ele quando quer ser ouvido e não tem atenção.

A turma do 2º período foi observada por 6 dias. Já no 1º dia foi possível abordar os 4 alunos em situações distintas diante a comportamento inadmissível, mas o objetivo era observar o comportamento dos mesmos, então a abordagem através da disciplina positiva foi feita posteriormente.

O objetivo foi abordar cada aluno 2 vezes. Sendo assim, houve observação por 2 dias baseado no relato da professora regente sobre o comportamento de cada um. Só então, após identificar características de cada um dos quatro alunos, iniciar a aproximação quando apresentassem indisciplina.

No terceiro dia, o aluno J queria uma peça de lego que o amigo estava usando, não conseguindo, jogou seus óculos na lixeira e chorou. O aluno cordialmente foi convidado a se retirar da sala e foi questionado porque estava chorando/ porque jogou seus óculos na lixeira/ qual a consequência desse ato/ qual sua sugestão para que esse problema fosse solucionado.

O aluno P facilmente se irrita. Não se sabe o motivo, mas bateu (tapa) na cabeça do colega, que automaticamente chorou. Ele foi educadamente convidado a se retirar da sala de aula e foi questionado porque bateu no colega/ questionado se aquela atitude foi correta ou errada/ porque foi errada/ quais as consequências caso tivesse o machucado gravemente/ como se explicaria para os pais da criança/ qual teria sido a atitude correta/ como reparar esse erro.

O aluno A estava fazendo uma atividade de outro conteúdo e quando solicitado a guardar, se chateou abaixando a cabeça e se recusando a iniciar a atividade proposta. Não foi necessário sair da sala. O aluno foi questionado porque aquela atividade deveria ser terminada naquele momento. Como notou-se que ele tinha certa ansiedade em guardar a atividade pronta na pasta naquele dia houve uma simples negociação: Finalizar a atividade proposta com capricho e seria aberta uma exceção para que ele terminasse a atividade anterior.

O aluno D estava fora da fila empurrando os amigos que estavam caminhando. Na hora o comportamento foi ignorado e ao chegar à sala de aula, este aluno foi educadamente chamado para conversar e questionado quais eram as regras de fila quando estão no pátio/ porque ele achava que existia essas regras/ porque ele estava incomodando os colegas/ como poderiam evitar esse comportamento numa próxima vez.

Todos os quatro alunos reagiram com surpresa a abordagem. O Aluno A menos, pois não foi retirado da sala.

Quando questionados, olhavam nos olhos da entrevistadora e respondiam com clareza e tranquilidade. Quando desviavam o assunto dando desculpas, a entrevistadora o buscava para pergunta original.

O Aluno J, P e D tiveram muita clareza em relação as perguntas e respostas. Não havia resposta correta ou errada, mas sim, respostas que respondessem o mau comportamento e o entendimento por parte deles que aquele erro poderia ser consertado sem danos e estresse. A professora regente relatou que o diálogo tem funcionado muito bem com os três.

O Aluno A, embora tivesse cumprido o acordo estabelecido, naquele mesmo dia, criou mais duas situações de birra quando se sentiu contrariado. Nesse caso, não há como forçar algo que tem que ser positivo, mesmo porque pode haver outros fatores que influenciam esse comportamento. A mãe desse aluno já foi convidada 5 vezes a participar de plantões, mas a mesma não comparece. A professora regente sugere uma consulta (anterior a observação da pesquisa), pois há outros comportamentos preocupantes.

Através das entrevistas realizadas com os alunos e a observação das aulas foi possível identificar os desafios, barreiras e pontos negativos.

Nota-se que a abordagem é de fato eficaz, pois é visível que o aluno se sente validado, confiante. Ele sente prazer em cumprir o que prometeu.

O grande desafio é uma só professora dar conta de metaforicamente falando equilibrar 10 pratos no ar e ainda tocar gaita. São muitas funções atribuídas a uma só pessoa, onde dia após dia, tem que cumprir cronogramas, ensaios, alunos muitas vezes superprotegidos em casa e esperam ter o mesmo tratamento em sala de aula com 15 colegas. A escola acaba tendo que ser uma extensão do comportamento e tratamento que tem em casa e essa realidade não existe.

Há sim possibilidade de aplicar a disciplina positiva em todos os momentos, desde que a escola estabeleça essa cultura e busque formas de interagir com essa nova postura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema acerca da indisciplina é amplo. Observa-se através dessa pesquisa que pode ser de ordem familiar, pedagógica, falta de limite em casa, problemas de saúde, desmotivação e inúmeros outros fatores. Devemos estar atentos que nenhum comportamento deve ser generalizado. Cada aluno tem uma motivação, que muitas vezes não tem a indisciplina como intenção. Sendo assim, a disciplina positiva vem permitir que esse aluno tenha a oportunidade de aprender e crescer perante um erro. Mas isso depende do primeiro passo do educador.

Esse artigo teve como intuito apresentar uma possibilidade eficaz de minimizar a indisciplina em sala de aula.

Os resultados obtidos permitiram concluir que embora a escola não tenha a disciplina positiva como discurso, nota-se que ela se aplica a diferentes situações e a todas as idades, pois não se trata de um manual pronto de perguntas, mas sim, de uma nova postura diante a insatisfação do aluno naquele momento específico. Essa postura pode ser adotada isoladamente pelo professor mesmo que a escola não a adote ou não a conheça, pois são atitudes que respeitam e enxergam o outro. Nesse caso trata-se de crianças, que não são menos por conta da idade. Muitas vezes o professor pune pela situação resultante, mas a motivação é que traz a clareza para a análise dos fatos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, João da Silva. **Interação pedagógica e indisciplina na aula**. Porto: Asa 2001.

AQUINO, J.G. (Org.). **Autoridade e autoritarismo na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1999.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

GALLAND, F.B. **A autoridade do professor e o prestígio da sua profissão**. 2010, Monografia. Licenciatura em Ciências Biológicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GARCIA, J. Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. Curitiba, 1999. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**.

L. M. MATOS, Elizete; MARIA FRANÇA, Cristiane. **A perda de vínculos familiares, escolares e sociais e suas consequências para o desenvolvimento educacional da criança**. **Contrapontos**, Itajaí, v. 8, n. 3, p. 395-404, set. 2008. Disponível em: <<https://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/viewFile/961/818>>. Acesso em: 13/10/2019.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOÇO, Anderson. Indisciplina. **Como se livrar dessa amarra e ensinar melhor**. Não há solução fácil. Nova Escola, n. 226, v. 24, nov. 2009, p. 78-89.

NELSEN, Jane. **Disciplina Positiva em Sala de Aula**: como desenvolver o respeito mútuo, cooperação e responsabilidade em sala de aula. 4. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

NOVAIS, E. L. **É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário?** Linguagem & Ensino, vol. 7, No. 1, Rio de Janeiro, 2004.

NOVELLI, Pedro Geraldo. **A sala de aula como espaço de comunicação**: reflexões em torno do tema. Interface- Comunicação, saúde e educação, v.1, n1, 1997.

PARRAT-DAYAN, Sílvia. Trad. Sílvia Beatriz Adoue e Augusto Juncal – **Como enfrentar a indisciplina na escola**. São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA, M. E. M.; MARINOTTI, M.; LUNA, S. V. **O compromisso do professor com a aprendizagem: contribuições da Análise do Comportamento**. In

HUBNER, M. M; MARINOTTI, M. (org). Análise do comportamento para a educação. São Paulo: ESEtec, 2004.

RAMPAZZO, Sandra Regina dos Reis; STEINLE, Marлизete Cristina B.; VAGULA, Edilaine. **Organização e didática nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 1 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

REGO, Teresa Cristina R. **A indisciplina e o processo educacional**: uma análise na perspectiva vygotskiana. In: AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Sammus Editorial Ltda., 1996.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. Campinas: Livro Pleno, 2003.

TAILLE, Yves de La. **A indisciplina e o sentimento de vergonha**. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Sammus Editorial Ltda., 1996. cap. 1, p. 9-24

TIBA, Içami. **Disciplina: o limite na medida certa**. São Paulo: Editora Gente, 1996.
VASCONCELLOS, C. **indisciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 13. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

ENSINO DE BIOLOGIA: AS DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Pereira, Lorna Samantha³

RESUMO

A Biologia é uma ciência em constante transformação, que está intensamente presente em nosso cotidiano e por isso é capaz de influenciar diretamente a nossas vidas e o modo de vida da sociedade. Sua importância enfatiza a necessidade de compreendê-la e conseqüentemente um ensino de qualidade, entretanto, muito se tem discutido acerca dos desafios que dificultam o processo pedagógico. Dentre os quais destacam-se: o despreparo ou a desmotivação do docente; a falta de entrosamento entre o professor e alunos; a falta de materialidade e desvalorização do profissional. Desta forma, o presente trabalho objetivou identificar as dificuldades encontradas pelo professor durante o ensino dos conteúdos, os motivos dessas dificuldades, além de identificar medidas que possam superá-la, resultando em melhor aproveitamento para os educandos. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, e através da análise de informações publicadas sobre o tema foram abordados a heterogeneidade destes obstáculos deixando claro a necessidade de reestruturação do sistema de ensino, de investimentos eficazes e a valorização do profissional. Entretanto, podemos concluir que as dificuldades podem ser superadas desde que o professor esteja disposto a aprimorar suas metodologias, concebendo ferramentas preciosas no processo de aprendizagem e desenvolvimento do pensamento científico.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Ensino de Biologia; Prática Pedagógica.

INTRODUÇÃO

O conceito de Biologia simboliza o estudo da vida, uma ampla área da ciência que busca conhecer a si e todo o contexto em que fazemos parte. Porém, para compreender a sua verdadeira importância em nossas vidas é imprescindível elucidar toda a história, de modo a explorar as descobertas passadas que conceberam os avanços atuais. Ciente de que esta é uma área em constante transformação, a metodologia de Ensino de Ciências e Biologia demanda didáticas dinâmicas que incitem o pensamento crítico e o potencial científico. O estudante precisa ser estimulado a compreender os conceitos da matéria, ser preparado para assimilar os conhecimentos previamente aprendidos com os novos saberes, e, concomitantemente, sabê-los empregar ao seu cotidiano.

³Bióloga, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Biologia, pelo Instituto Souza, Ipatinga/MG - Brasil, e-mail: lornasamantap@gmail.com

Ademais, existem grandes problemas da atualidade que trazem para o foco a importância de um ensino de qualidade. O crescimento populacional exacerbado aliado à evolução tecnológica e científica ocasionou o amplo desequilíbrio ambiental, afetando diretamente a flora, fauna e a vida do próprio homem.

Perante sua magnitude seria auspicioso afirmar que a Biologia, por si só, é uma temática encantadora e cativante, entretanto, muito se tem discutido acerca dos desafios que dificultam o processo pedagógico. Dentre os quais destacam-se: o despreparo ou a desmotivação do docente em inovar sua metodologia, optando por aulas massivas e enfadonhas; a falta de entrosamento entre o professor e alunos, resultando em indisciplina e apatia; ou mesmo a falta de materialidade e desvalorização do profissional no ambiente escolar.

Diante do presente cenário, torna-se imprescindível aludir sobre a realidade que o docente de Biologia vivencia em seu cotidiano, a melhor metodologia a ser utilizada, tal como, suas percepções e dificuldades para transmitir os fundamentos dessa área de conhecimento. Tencionando contribuir para o aprimoramento do trabalho realizado pelos profissionais da área, fez-se necessário uma reflexão, embasada em materiais publicados, assim como, na observação e experiência adquirida.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relação entre o homem e a natureza se transforma constantemente, o que conduziu à múltiplas ideologias ao longo do tempo. No decorrer da evolução, o homem sempre buscou compreender o meio onde habita e suas interações, como principal fator de progresso e desenvolvimento, imprudentemente, causando radicais alterações ambientais a fim de adequá-la às suas necessidades (SPAREMBERGUER & Silva, 2005).

Desta forma, a Biologia emerge como uma ciência que assume o papel de estudar essas relações, apoiando-se nos processos históricos como embasamento empírico para as atuais e futuras novas teorias, leis e modelos científicas (CICILLINI, 2010). Consequentemente, torna-se incontestável que aspectos relacionados aos princípios biológicos constitua o avanço da humanidade (COUTINHO, MORTIMER & EL-HANI, 2007).

Desta forma, parece coerente considerar que uma abordagem eficaz para o ensino da Biologia torna-se significativo para a formação do estudante. Ademais, excita a capacidade de ampliar o repertório conceitual e cultural dos estudantes, os auxiliando na análise crítica de situações reais e na tomada de decisões mais conscientes, formando cidadãos mais reflexivos e capazes de modificar sua realidade (DURÉ, ANDRADE & ABÍLIO, 2018).

Comprovadamente ineficiente, o método tradicional está submetido ao desuso, posto que se baseia num processo automatizado do conteúdo, sendo raras ou inexistentes as interações entre professor e

alunos e com os materiais instrucionais (FILHA, SILVA & FREITAS, 2016). Diante da complexidade da Biologia, tal metodologia torna o estudo confuso, invariável e desvinculado ao cotidiano do aluno, reforçando sua dificuldade no processo de assimilação e construção de novos conhecimentos (JUNIOR & BARBOSA, 2009).

De acordo com as premissas de Morin (2003) o método fracassa quando passamos a interpretá-lo como "um conjunto de receitas eficazes para chegar a um resultado previsto". Ainda de acordo com o autor:

[...] o método é entendido como programa aplicado a uma natureza e a uma sociedade consideradas como algo trivial e determinista. Pressupõe que se pode partir de um conjunto de regras certas e permanentes, passíveis de serem seguidas mecanicamente. Entretanto, se temos certeza de que a realidade muda e transforma; então, uma concepção do método como programa é mais do que insuficiente [...] (MORIN, 2003, p.18)

Embora ainda seja comum encontrar profissionais adeptos a essa estratégia, a implementação de uma nova visão de ensino busca abolir definitivamente o método tradicionalista (FILHA, SILVA & FREITAS, 2016).

A reformulação da metodologia de ensino busca promover uma aprendizagem mais ativa, dando mais autonomia ao aluno ao passo que o incentiva a interagir durante as aulas, favorecendo a contextualização e assim a aquisição do pensamento crítico (JUNIOR, SOUSA & CARNEIRO, 2011).

Constantemente recomendada e difundida nos regimentos de ensino, essa transição já pode ser contemplada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (1998) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000), nos quais a interdisciplinaridade e a contextualização foram estabelecidas como princípios estruturadores do currículo de ensino (DURÉ, ANDRADE & ABÍLIO, 2018).

Complementarmente, foram elaborados eixos direcionadores, denominado de Estatutos do Conhecimento Biológico, com o objetivo de estruturar e aprimorar os métodos de ensino para aquisição do conhecimento científico, rompendo as barreiras imposta pela visão mecânica e segmentada das estratégias tradicionalistas. Suas premissas propõem integrar os quatro componentes bases, os quais se identificam como ontológico, epistemológico, histórico-social e conceitual (JUNIOR, SOUSA & CARNEIRO, 2011).

A dualidade entre a natureza em sua infinita complexidade e as concepções científicas que se empenham em decifrá-la, compõem o ponto de vista ontológico. Nesse contexto, o aluno pode ser incitado a confrontar os saberes adquiridos no cotidiano com os aspectos relacionais da ciência, fazendo-o perceber as interações, adaptações e transformações sofridas pelos elementos (MORAES, OLIVEIRA & GOLDSCHMIDT, 2017).

Ainda que no momento atual a fundamentação teórica tenha se tornado banalizada, continua sendo um elemento essencial para a concepção de novos conhecimentos. Desta forma, o estatuto conceitual tem como finalidade discorrer sobre nomes, teorias ou expressões fundamentais que elucidam os princípios biológicos (MORAES, OLIVEIRA & GOLDSCHMIDT, 2017).

De acordo com os estudos realizados por Bachelard, para que o aluno assimile os novos conceitos científicos é preciso romper e superar os conhecimentos anteriormente adquiridos, o que pode se tornar uma barreira no processo de aprendizagem. Portanto, as aulas teóricas devem decorrer de acordo com a assimilação do conteúdo pelos alunos e não apenas enfatizar o acúmulo de conhecimentos (SANTOS, 2018).

Desta forma, para que o novo conteúdo se torne significativo os educadores assumem um importante papel de excitar motivações para a aprendizagem, tornar as aulas interessantes, trabalhar com questões relevantes para que possam ser compartilhados em outras experiências, além de tornar a sala de aula um ambiente altamente estimulante (PAULA & BIDA, 2008).

Já o elemento epistemológico dedica-se aos processos de construção do pensamento científico, estabelecendo relações entre descobertas empíricas, teorias e métodos. Sua abordagem promove uma compreensão dinâmica e contextualizada da ciência, abolindo definitivamente a concepção, imposta erroneamente, de imutabilidade e verdade absoluta (MORAES, OLIVEIRA & GOLDSCHMIDT, 2017).

Uma importante ferramenta na construção do conhecimento científico são as atividades práticas. A realização de experimentos permite que os alunos observem, discutam e interpretem os resultados, realizando a conexão com os conteúdos trabalhados (BERLEZE, 2013). No ensino médio os alunos comumente fazem uso de critérios materiais, como o microscópio (JUNIOR, 2010).

De acordo com Borges (2002, p. 16) é importante perceber que:

[...] As dimensões teóricas e empíricas dos conhecimentos científicos não são isoladas. Não se trata, pois, de contrapor o ensino experimental ao teórico, mas de encontrar formas que evitem essa fragmentação no conhecimento, para tornar a aprendizagem mais interessante, motivadora e acessível aos estudantes [...].

Por fim, o estatuto sócio-histórico reverencia o contexto político, social e ideológico das conquistas científicas que marcaram a história. A reflexão dos avanços científicos remete à profundas transformações sociais ao longo do tempo, justificadas pelas inovações tecnológicas que geram progresso e desenvolvimento. Logo, esse estatuto deixa claro que as percepções e idealizações mudam ao longo do tempo, mas são essenciais contextos de compreensão do passado e

indispensáveis pontos de partidas para futuras ideologias (MORAES, OLIVEIRA & GOLDSCHMIDT, 2017).

Conhecer os conhecimentos históricos acumulados no trajeto científico possibilita aos alunos a compreensão da organização social no qual encontra-se inserido assim como a si mesmo, permitindo-lhe atuar sobre sua realidade com discernimento em busca de mudanças (CICILLINI, 2010).

Fica evidente que os quatro estatutos precitados se complementam e por isso se tornam uma eficaz ferramenta referencial para elaboração de estratégias didáticas, direcionada às propostas inovadoras não reducionistas, não lineares e nem a-histórica (MORAES, OLIVEIRA & GOLDSCHMIDT, 2017). Entretanto as barreiras que cercam a aprendizagem de Biologia não se abstêm apenas a estrutura organizacional e aos métodos aplicados aos conteúdos programáticos. O professor desempenha um importante papel de influenciador, por isso, precisa dominar a matéria ensinada e saber transferir seus conhecimentos de forma dinâmica e interativa. Porém, o êxito depende de inúmeros fatores complexos, que transpõem os processos de conhecimento em sala de aula (OLIVEIRA, 2004). Sua responsabilidade pode ser assim descrita:

[...] a função do ensino é a de facilitar a construção de conhecimentos pelo aprendiz, por meio do levantamento de problemas e da busca de soluções para estes. Para que isto ocorra, o professor precisa criar um ambiente onde os alunos possam refletir sobre suas dúvidas, que eles possam participar de pesquisas e que sejam estimulados a querer aprender. Assim, o ensino pode ser compreendido como prática social, processo de transmissão de conhecimentos, que exige apreensão da realidade e que se articula à aprendizagem. Já a aprendizagem pode ser compreendida como processo interno de apropriação de conhecimentos (CUNHA, 2006, p.24).

Uma vez que o docente desenvolve um papel chave nessa rede de construção de saberes, investir nos profissionais faz-se um aspecto de extrema importância, como forma de valorização e motivação para que possam continuar a desempenhar seu papel com excelência. Todavia, a realidade se opõe a este princípio:

A baixa remuneração leva o professor a um aumento de sua jornada de trabalho, que, por sua vez, certamente diminui a qualidade de sua produção e atuação pedagógica: não há como preparar boas aulas, corrigir os trabalhos e investir em sua própria formação, pois não existe tempo hábil para isso, em função do acúmulo de trabalho. Junte-se a isso dois fatores de ordem material: a precariedade do espaço escolar e a falta de material pedagógico (livros, laboratórios, computadores, entre outros elementos imprescindíveis a um bom aprendizado) (MARTINS, 2005, p. 55).

À vista disso, os investimentos por parte do poder público são extremamente relevantes nesse processo, sendo igualmente

responsável por ofertar condições dignas de trabalho, como: espaço físico adequado, infraestrutura, materialidade e recursos didáticos. Fatores estes que além de favorecerem o trabalho do professor são essenciais no processo de desenvolvimento cognitivo, como forma de incitar a compreensão do conhecimento científico pelo discente (TEODORO, 2017).

Pode-se dizer que a relação que o professor desenvolve com seus alunos também é um dos elementos fundamentais no processo ensino-aprendizagem. A adoção de um olhar mais humanizado, permite que o docente perceba seu aluno como um componente importante, dotado de ideias, sentimentos, emoções e expressões. Nesse contexto, as atividades são elaboradas para desenvolver integralmente as habilidades científicas ao passo que permita-os expressar suas personalidades, emoções e pensamentos (LOPES).

A construção dessa parceria entre professor e aluno pretende impor limites à medida que um leque de possibilidades, permitindo que o aluno se enxergue nesse processo. Quando a construção de saberes e valores passa a ser encarada em conjunto, os conflitos abrem espaço para o respeito mútuo e valorização das singularidades, tornando as aulas mais prazerosas e produtivas. Freire reflete:

Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista. Nem tampouco jamais compreendi a prática educativa como uma experiência a que faltasse rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual (FREIRE, 1996, p. 146 apud LOPES, p. 8).

Como a Biologia é uma ciência complexa e ensiná-la exige muita tenacidade, inúmeros desafios cercam a vida profissional do professor, que por essa razão precisa estar constantemente preparado. Logo, torna-se indispensável uma formação continuada, posto que, para buscar metodologias e didáticas mais eficazes o profissional precisa adquirir um conhecimento profundo, flexível e qualificado do conteúdo disciplinar. Portanto o docente deve entender que suas qualificações e autonomia profissional são adquiridas continuamente, sem espaço para estagnação (MARTINS, 2005).

DISCUSSÃO

Como precitado o modelo de ensino atual possui diversas dificuldades limitantes que precisam ser superadas, cabendo ao professor empenhar-se para transpô-las, sem se conformar com o modelo tradicionalista. Embora seja difícil e trabalhoso opor-se a métodos impostos factualmente, demanda-se de profissionais inovadores que façam da consistência pedagógica e da clareza conceitual um caminho de estímulos e criatividade.

Todavia, o uso de equipamentos didáticos não são garantia de aprendizagem, sendo necessário refletir a necessidade e o objetivo de cada recurso.

Destarte, as aulas práticas precisam ser bem planejadas e correlacionar o conteúdo ao contexto de vida do aluno, como forma de garantir o envolvimento e entrosamento dos educandos. O contato com materiais biológicos e fenômenos naturais devem estabelecer a conexão com o conteúdo previamente passado e assim despertar o interesse pelo significado intrínseco do assunto e não apenas pela representação ou pela quebra da rotina (LEPIENSKI & PINHO).

O uso de equipamentos audiovisuais são recursos atrativos que auxiliam o processo de aprendizagem, contudo, para esse fim, requer do professor um direcionamento didático adequado. À vista disso, é proposto aliar o seu uso com outras atividades de fixação afim de que não se tornem mera ferramenta usada para ganhar tempo ou preencher espaços vazios (LEPIENSKI & PINHO).

A utilização da internet também pode ser utilizada como instrumento de aprendizagem e ao mesmo tempo dar nova finalidade para o uso de celulares durante as aulas. A introdução desse recurso em sala pode se dar por uma consulta rápida, em caso de dúvidas que surgem durante a aula, por uma pesquisa orientada ou mesmo na utilização de aplicativos direcionados (NASCIMENTO E VASCONCELOS, 2017).

Outra estratégia que pode ser adotada na problematização dos conteúdos são as saídas de campo e as visitas orientadas, que de acordo com Viveiro e Diniz, “facilitam na interação dos alunos com o meio ambiente em situações reais aguçando a busca pelo saber, além de estreitar as relações entre professor e aluno” (2009, p. 1).

São inúmeras as modalidades didáticas que podem ser usadas como atrativo e estratégias motivadoras, dentre tais opções ainda pode ser citado a aplicação de análises críticas baseadas em informações científicas veiculadas pela mídia, análises de casos polêmicos que permitam o aluno refletir sobre questões éticas e morais geradas pelo avanço da ciência, a implementação de projetos multidisciplinares, feiras de ciências, dentre outros (LEPIENSKI & PINHO).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não seja uma tarefa fácil ensinar Biologia, o professor deve ser capaz de refletir sobre suas intencionalidades pedagógicas e adequá-las quando for necessário. Desta forma, o presente trabalho objetivou identificar as dificuldades encontradas pelo professor durante o ensino dos conteúdos, as causas dessas dificuldades e identificar medidas que possam superá-la, resultando em melhor aproveitamento pelos educandos.

Com base nos referenciais estudados, pode-se afirmar que as dificuldades que o professor encontra em lecionar os conteúdos provêm de diversos fatores que corroboram com a complexidade de compreensão da matéria. Ao analisar a heterogeneidade destes obstáculos fica claro a necessidade de reestruturação do sistema de ensino, de investimentos eficazes e valorização do profissional.

Apesar de muitas questões serem responsabilidade do poder público, o professor tem a capacidade de realizar certas transformações. Logo, fica a cargo do docente avaliar, repensar e modificar sua prática docente, procurando achar maneiras de aprimorar suas metodologias, visando um ensino de qualidade, em benefício de seus alunos.

Dessa forma, as questões levantadas pelo presente trabalho favoreceram importantes reflexões acerca do ensino de Biologia, apontando as origens e causas dessas dificuldades que influenciam no processo de ensino-aprendizagem que dificultam a aquisição de conhecimentos científicos, que vem se tornando um quesito cada vez mais importante para uma atuação transformadora da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERLEZE, João Edison. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor: Produção didático-pedagógicas. Secretaria de Estado da Educação do Paraná [Versão on-line], cadernos PDE, vol. 2, 2013.

CICILLINI, Graça Aparecida. A História da Ciência e ensino da Biologia. Ensino Em Re-Vista, vol. 1, nº.1, agosto de 2010.

COUTINHO, Francisco Ângelo; MORTIMER, Eduardo Fleury; EL-HANI, Charbel Niño. Construção de um perfil para o conceito biológico de vida. Investigações em Ensino de Ciências, vol. 12, nº1, pag.115-137, 2007.

CUNHA, Francislene Moraes da. Pensamento e ação do professor: tendências no ensino de ciências. Dissertação de Mestrado em Educação para Ciência, Faculdade de Ciências, UNESP, Bauru, 2006.

DURÉ, Ravi Cajú; ANDRADE, Maria José Dias de; ABÍLIO, Francisco José Pegado. Ensino de biologia e contextualização do conteúdo: Quais temas o aluno de ensino médio relaciona com o seu cotidiano?. Experiências em Ensino de Ciências vol.13, nº1, pag. 259-272, 2018.

FILHA, Raimunda Trajano da Silva; SILVA, Artemisa Amorim da; FREITAS, Silva Regina Sampaio. Uma alternativa didática às aulas tradicionais de ciências: Aprendizagem colaborativa e modelização aplicadas ao ensino do sistema urinário. Cadernos de Educação, vol.15, nº 31, pag. 87-105, jul./dez. de 2016.

JUNIOR, Antônio Fernandes Nascimento. Construção de estatutos de ciência para a biologia numa perspectiva histórico- filosófica: uma abordagem estruturante para seu ensino. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2010.

JUNIOR, Antônio Fernandes Nascimento; SOUZA, Daniele Cristina de; CARNEIRO, Marcelo Carbone. O conhecimento biológico nos documentos curriculares nacionais do ensino médio: Uma análise histórico-filosófica a partir dos estatutos da biologia. *Investigações em Ensino de Ciências*, vol. 16, nº 2, pag. 223-243, 2011.

JUNIOR, Arildo Nerys da Silva; BARBOSA, Jane Rangel Alves. repensando o ensino de ciências e de biologia na educação básica: O caminho para a construção do conhecimento científico e biotecnológico. *Democratizar*, vol. III, nº 1, jan./abr. de 2009.

LEPIENSKI, Luís Marcos; PINHO, Kátia Elisa Prus. Recursos Didáticos no ensino de Biologia e Ciências. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/400-2.pdf>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2020.

LOPES, Rita de Cássias Soares. A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2020.

MARTINS, André Ferrer Pinto. Ensino de Ciências: Desafios à Formação de Professores. *Revista Educação em Questão*, v. 23, nº 9, pag. 53-65, maio/ago. de 2005.

MORAES, Carmen Júlia Carvalho; OLIVEIRA, Carol Mesquita; GOLDSCHMIDT, Andréa Inês. Elaboração de estratégias de ensino e uso dos estatutos do conhecimento: os obstáculos na construção do conhecimento de Ciências-Física. *Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemática*, vol.13, nº 28, pag.23-37, jul./dez. de 2017.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NASCIMENTO, Emerson dos Santos; VASCONCELOS, Carlos Alberto de. A utilização da internet nas aulas de Biologia. IV EECM – Encontro Alagoano de Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal de Alagoas, Fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, nº 89, pag. 1127-1144, set./dez. 2004.

PAULA, Gilma Maria Carneiro de; BIDA, Gislene Lossnitz. *A Importância da Aprendizagem Significativa*. Paraná, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1779-8.pdf>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

SANTOS, Lindomar Gomes dos. Obstáculos epistemológicos presentes nos livros didáticos de biologia do PNLD 2015: Um estudo sobre transporte celular. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Educação em Ciências e Matemática, Goiânia, 2018.

SPAREMBERGUER, Raquel Fabiana Lopes; SILVA, Danielle Aita. A relação homem, meio ambiente, desenvolvimento e o papel do direito ambiental. *Veredas do Direito*, vol. 2, nº 4, pag. 81-99, jul./dez. de 2005.

TEODORO, Natália Carrion. Professores de Biologia e as dificuldades com os conteúdos de ensino. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2017.

VIVEIRO, Alessandra Aparecida; DINIZ, Renato Eugênio da Silva. Atividades de campo no ensino das ciências e na educação ambiental: refletindo sobre as potencialidades desta estratégia na prática escolar. *Ciência em Tela*, vol. 2, nº 1, pag. 1-12, 2009.

FORMAÇÃO CONTINUADA E OS RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS NA ESCOLA

Silva, Maria Isabel Chaves⁴

RESUMO

Todo profissional independentemente da área que atua precisa compreender que a formação acadêmica inicial, como o próprio nome explica, é apenas o início da carreira. Nessa perspectiva avançar nos conhecimentos a fim de aprimorar as práticas precisa ter uma continuidade na formação do sujeito uma vez que a história e a sociedade estão em constante transformação. Esse trabalho tem por objetivo destacar como a formação continuada do professor pode fazer a diferença em sua prática e nas relações com os sujeitos na/da escola. Enquanto metodologia trata-se de um estudo de caso realizado em uma escola da rede pública de ensino em um município do estado da Paraíba. Durante a investigação realizamos revisão bibliográfica baseada nos estudos de Paulo Freire, dentre outros. Conclui-se que é uma necessidade do corpo docente procurar investir na continuidade de sua formação para que possa promover não apenas um ensino qualitativo, mas progresso em suas ações com os sujeitos nos mais diferentes contextos.

PALAVRAS – CHAVES: Formação inicial. Formação continuada. Relacionamento. Escola.

INTRODUÇÃO

Ao iniciar a vida acadêmica, o aluno tem um grande percurso a ser construído em meio saberes práticos e teóricos. No entanto, a formação inicial do docente não é completa em si mesma e por isso não há possibilidades de explorar sobre todas as problemáticas que emergem em sala de aula o que recai sobre profissional do ensino a constante busca pela atualização dos conhecimentos, sendo algo individual.

De acordo com os estudos de Paulo Freire (1996, p.43) “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Pensando sobre essa afirmativa do autor, acreditamos que cabe ao docente procurar sair de sua zona de conforto e procurar repensar sobre o que desenvolve em sala de aula para promover o ensino aprendido com sucesso.

Reconhecendo que o professor representa um lugar primordial no meio social e na vida do sujeito, Soares e Pinto, (2001, p. 7) explicam que seu papel “[...] será de incentivador, facilitador, mediador das ideias apresentadas pelos alunos, de modo que estas sejam produtivas, levando os alunos a pensarem e a gerarem seus próprios conhecimentos”.

Cabe ressaltar que, assim como qualquer outro profissional, o professor é um ser que se esgota e não é limitado em si mesmo. Necessita de

⁴ Graduada em Licenciatura Pela em ciências biológicas.

aprimoramentos para agregar novos saberes aos seus conhecimentos prévios e também aos dos alunos.

Os professores são também afetados por esta necessidade de atualização de conhecimentos e competências. A sua vida profissional deve organizar-se de modo que tenham oportunidade, ou antes, se sintam obrigados a aperfeiçoar sua arte, e beneficiar-se de experiências vividas em diversos níveis da vida econômica, social e cultural. (DELORS, 2003, p. 166).

De acordo com o autor supracitado, tanto as habilidades quanto as competências são adquiridos mediante a busca da atualização das ações. Assim, produções com essa justificam-se pela necessidade da abordagem da temática para que cada vez mais haja maiores pesquisas sobre a formação continuada para os professores.

Diante desses escritos, enfatizamos que o objetivo dessa pesquisa fundamenta-se em destacar como a formação continuada do professor pode fazer a diferença em sua prática e nas relações com os sujeitos na/da escola.

O percurso metodológico baseou-se em observações realizadas em uma formação continuada realizada em uma escola pública de um município paraibano. A pesquisa tomou como pressuposto os estudos de Freire (1996) Carvalho (2009), Weiss (1994) dentre outros. Nas análises e discussões dessa produção explicaremos como foi à abordagem realizada no evento e de que maneira os docentes de envolveram no decorrer dela. Logo após esse tópico segue-se o estudo da fundamentação teórica (desenvolvimento), metodologia, análises de dados e considerações finais (conclusão).

DESENVOLVIMENTO

Quando o aluno inicia seus estudos na academia acredita que sairá dela com uma caixinha pronta para atuar no mercado de trabalho. No entanto, vale salientar que esse pensamento é utopia. Na verdade, ninguém sai desse universo completamente pronto para atuar por que muitas situações que emergem no cotidiano profissional, os alunos só saberão resolver quando vivenciar.

Salientam os aspectos filosóficos que nenhum sujeito é considerado completo e que mediante essa incompletude, todos precisam uns dos outros em diversos aspectos, inclusive no que tange à esfera profissional que exige a extensão do conhecimento porque este nunca se esgota e está em constante mudança.

Nesse contexto, os saberes necessários à prática profissional carecem um contínuo investimento cognitivo. Cabe buscar atualizar os saberes que são iniciados na universidade, mas que requerem novos olhares para desenvolver a didática, uma vez que, em destaque ao trabalho do professor, as ações aplicadas em sala de aula se diferenciam de acordo com o público trabalhado.

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua

formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor económico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer (DELORS, 2003, p. 160)

De acordo com o autor supracitado fica evidenciado que a qualidade das aulas que são oferecidas aos alunos depende completamente da forma com o professor procurar desenvolver sua contínua formação. A formação inicial é importante, mas continuar a buscar novos saberes é uma necessidade decorrente dos sujeitos que estão envolvidos a ela.

Conforme é apontado pelos autores Gonçalves e Clemente (2014) a didática auxilia tanto na parte teórica quanto na prática tendo em vista que compreender a atuação do professor é bastante complexo e carece evidenciar estudos que viabilizem as soluções para as dificuldades na educação.

No entanto, apenas participar de formação continuada sem colocar em prática o que nela se aprende é perder tempo. A participação carece reflexão, conforme é pontuado por Freire ao explicar que "na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática". (FREIRE, 1996, p.44)

Essa formação é, portanto, progressiva e jamais acabada. E a cada formação realizada requer que o participante repense sua prática e reconheça-se com um sujeito que ora aprende e ora ensina e perceba que essa troca faz com que o profissional e o sujeito aprendente sintam-se realizados. Então, não há sujeito mais ou menos importantes, mas que se completam.

Considera-se, portanto, que o aluno tem muitos conhecimentos que podem ser compartilhados e agregados aos de outras pessoas. Seus saberes prévios devem ser destacados em sala de aula como algo que acrescenta aos conteúdos selecionados às ciências estudadas. Esse conhecimento do aluno será apenas lapidado para se aperfeiçoar.

A docência, portanto, é uma atividade complexa porque a realidade na qual o professor atua é dinâmica, conflituosa, imprevisível e apresenta problemas singulares que, portanto exigem soluções particulares. Exige mobilizações de saberes para o cumprimento do objetivo de educar que é: o desenvolvimento das diferentes capacidades – cognitivas, afetivas, físicas, éticas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal – dos educandos, que se efetiva pela construção de conhecimentos. (PEREIRA, 2011, p.69)

Com a aula não é algo pronto e está envolto a complexidades, o professor precisa viabilizar formas de estreitar o conhecimento científico e o aluno. Quanto mais as práticas pedagógicas forem atreladas a metodologias atrativas ao olhar do discente, melhores dividendos serão alcançados na aprendizagem.

Discutir sobre relacionamentos é algo bastante complexo, pois implica em falar da forma de lidar com o outro seja lá quem for professores, diretores, diversos profissionais da escola, alunos e pais.

Na escola, os relacionamentos interpessoais exigem olhar o outro com suas limitações, individualidade. Cada sujeito apresenta cultura e costumes que se diferem, mas que é preciso compreender que foram adquiridas e formadas ao longo da vida. De acordo com Carvalho et. al (1999, p.17), na "escola é uma unidade social de agrupamentos humanos, em que há uma interação entre indivíduos e grupos, distinta das demais organizações pela sua especificidade, pela sua construção social operada por professores, alunos, pais e elementos da comunidade".

Os pontos positivos advindos dos relacionamentos são inúmeros. Aprende-se pela experiência do outro e pelas experiências vivenciadas. Essa convivência diária na escola soma a construção da identidade pessoal. Concorda-se com Fritzen (1987, p. 73) ao destacar que "as relações interpessoais constituem a medula da vida. Elas formam e entretêm a nossa identidade pessoal. Em certo sentido, nós nos tornamos e ficamos aquilo que somos graças à atenção que nos é dispensada pelos outros".

Uma equipe funciona equilibradamente quando as pessoas do grupo de conversam e se respeitam mutuamente valorizando o saber de cada um em prol de um mesmo objetivo. Ao olhar de Weiss (1992, p.17) "uma vez que cada um aceita o outro como e pelo que ele é, torna-se possível empregar métodos para que o relacionamento se dê de maneira eficaz". Nesse sentido, compreendendo o jeito de ser e agir do outro é possível superar os desafios propiciando até a própria mudança individual. "o processo de mudança real inicia-se quando você reconhece que a única pessoa sobre a qual exerce algum controle significativo é você mesmo – e sabe o que é tentar mudar a si mesmo e sua personalidade". (WEISS, 1992, p.21).

Vale ressaltar que tudo aquilo que o outro pensa do sujeito, esse sujeito primeiro demonstrou através de suas atitudes e, portanto, cabe a cada ser humano desenvolver ações que influencie positivamente em um grupo. No que tange a escola, sabe-se dos variados profissionais que dela participa e é preciso respeito ao fazer do outro, pois todos se completam e são necessários no âmbito escolar. Em concordância com os estudos de Lück (2009, p.82) cabe compreender que, as pessoas que fazem diferença em educação, como em qualquer outro empreendimento humano, pelas ações que promovem, pelas atitudes que assumem, pelo uso que fazem dos recursos disponíveis, pelo esforço que dedicam na produção e alcance de novos recursos e pelas estratégias que aplicam na resolução de problemas, no enfrentamento de desafios e promoção do desenvolvimento.

Essas ações cabem reflexão não apenas por parte de funcionários, mas para com alunos também. Aceitar o outro como é e acolhê-lo na convivência diária propicia um ambiente com relações interpessoais

harmoniosas mesmo sabendo que é comum acontecer divergências e pontos de vistas diferentes, mas a troca de ideias é necessária.

Corroborando com Weiss (1992, p.75) "a maioria das pessoas não ouve muito o que os outros dizem, não porque não queira, mas porque não sabe como. Ao escutarem, ficam passivas, permitindo que muitas incompreensões saiam da sala com elas".

Seria maravilhoso se jamais tivéssemos que lidar com conflitos. Se as pessoas pudessem resolver suas discordâncias em paz e com boa vontade – poderiam discordar umas das outras, compartilhar diferenças de opinião e de valores, dividir entre si as raras recompensas e nunca brigar por coisa alguma. (Weiss, 1994, p.9)

Realizar pesquisas é de suma importância para a promoção de novas aprendizagens, pois instiga ao pesquisador passar por várias fases até evidenciar a problemática que o instigou na investigação e que conforme Gil (2007, p.17) essas etapas iniciam desde ao que foi instigado até a discussão dos resultados.

A investigação realizada é advinda de um estudo de caso no qual tomamos como análise um encontro de formação continuada realizada em uma escola da rede pública da Paraíba. Na ocasião, os sujeitos participantes foram os docentes e outros profissionais da escola em pauta. Ainda refere-se a uma pesquisa bibliográfica uma vez que realizamos aportes nos estudos de alguns pesquisadores como:

A pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades. (CHIARA, KAIMEN, *et al.*, 2008).

As observações foram realizadas no decorrer de um dia de encontro de formação ocorrida na própria escola. No tópico de análises e discussões desse trabalho teremos a oportunidade de discutir como se deu o processo da formação, a temática abordada na ocasião e a relevância do assunto para os profissionais envolvidos segundo a palestrante e os participantes.

Inicialmente, descobrimos que os professores do ensino fundamental I e educação infantil tinham uma coordenação geral que acontecia diretamente na secretaria de educação do município e que promoviam formação continuada para esses profissionais. Enquanto que as duas escolas de ensino fundamental II ficavam "desacobertadas" em relação a essa questão até porque não havia nenhuma coordenação geral na secretaria para esse segmento. Portanto, apenas as escolas apresentavam, em seu quadro, coordenadoras pedagógicas e supervisora. A falta de uma orientação e acompanhamento mais específico acaba muitas vezes influenciando ao professor repetir as características da Tendência Tradicional prevalecendo sempre os elementos externos às experiências dos alunos sem considerar seu saber. Notoriamente sabe-se

que essa falta de consideração do saber discente acaba repercutindo na relação professor e aluno fazendo com que ambos distanciem-se.

A supervisora pedagógica então se prontificou a oferecer a formação continuada para os docentes dessas duas escolas, mesmo esse não sendo competência sua, mas que por ver a necessidade, achou por bem propiciar esse momento.

A supervisora procurou a secretária de educação e falou de sua ideia em oferecer a formação para os professores e a mesma solicitou que fosse feito uma solicitação formalizada por escrito. A reação da supervisora foi de surpresa, mas não acharia que oferecer algo para a formação dos docentes caberia algo formalizado, uma vez que não haveria custo para a secretaria e nem prefeitura.

A formalização foi feita e com mais de um mês a resposta de que poderia ser feita. Nesse decorrer, a supervisora ficou investigando na escola qual a temática que abordaria mediante a real situação do ambiente. Percebeu que tinha que trabalhar sobre as relações interpessoais na escola e afetividade. Isso se deu ao fato de perceber que faltava respeito entre os funcionários que utilizavam determinadas colocações verbais que o outro não gostava, falar de determinado funcionário que não era docente como se este não fosse importante para a escola, e ainda, a falta de afetividade dos professores para com os alunos que deixavam evidente em seus discursos nos momentos dos intervalos a forma com os tratava ou se referiam aos mesmos.

As próprias políticas educacionais evidenciam a importância da cidadania e isso inclui o respeito ao outro e nessa escola em evidencia, esse aspecto precisava ser melhorado a começar pela própria gestão buscando consolidar as propostas de trabalho, o lugar do outro e o debate sobre elas.

A formação foi marcada para um sábado e boa parte dos professores participou. A supervisora iniciou com uma dinâmica com bolas no pátio enfatizando a importância da valorização do trabalho em equipe e que todos que faziam parte da comunidade escolar eram importantes, do gestor à cozinheira. Cada uma com sua função que complementava a do outro e que fazia com que houvesse harmonia e equilíbrio na escola.

Em seguida, levou os participantes para a sala de aula que ocorreria a formação. Diante do tema abordado, em todo o tempo, a palestrante destacava a valorização do outro seja colega da escola ou aluno e o quanto a palavra, modo de falar, tratar e direcionar contribui para as boas relações no âmbito escolar.

Esse encontro ocorreu por um período de 4 horas e os participantes não reclamavam de horário ou de cansaço. Muito contrário. Envolveram-se e reconheceram o quanto a forma como cada um age com o outro acaba sendo uma resposta do que eles mesmos fazem.

Toda a apresentação foi feita com slides, textos, dinâmicas e apresentações em grupo. Essa última foi realizada da seguinte maneira: com havia vários profissionais da escola participando da formação:

professores, porteiro, agentes de serviços gerais, cozinheiros, a palestrante distribuiu números em papel diferentes para cada um e pediu que os grupos fossem formados mediante os números que pegaram, a intenção seria que os grupos fossem formados por vários profissionais da escola. Cada grupo iria desenvolver uma ideia de como poderia trabalhar de forma prática a boa relação e o trabalho em equipe e apresentariam uma dinâmica que envolvesse todos da formação. Ao final, eles apresentariam as ideias e colocariam em prática as dinâmicas pensadas.

Os grupos se juntaram e discutiram as ideias propostas e chegaram a um senso comum de apresentar a melhor ideia. Todos apresentaram dinâmicas de valorização e afetividade ao outro.

Ficava claro nesses grupos que o relacionamento interpessoal é abrangente e social, ou seja, os comportamentos das pessoas devem servir de norte para promoção de interação entre os indivíduos. Assim, o relacionamento interpessoal no trabalho, e ainda mais na escola, precisa estar envolto a um espaço saudável com concordância e discordâncias, mas com respeito mútuo.

Por fim, foi feito um levantamento do que tinham achando daquele evento. Foi unânime a adesão de todos os envolvidos e queria já saber quando seria a próxima, pois momentos como esses não precisaria depender exclusivamente de alguém que viesse da secretaria de educação, mas o próprio profissional da escola tinha competência o suficiente para promover encontros significativos como aquele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os procedimentos metodológicos selecionados para fins dessa pesquisa foram satisfatórios para que o objetivo fosse alcançado. As leituras teóricas fundamentaram com base e sustentação a ciência produzida.

Em todo o trabalho enfatiza-se a importância da participação do professor na continuação de sua formação acadêmica e que esta se faz necessária para atualização dos seus conhecimentos de formação inicial e também para o bom relacionamento entre os sujeitos da escola.

Não foram encontradas nenhum tipo de resistência perante a escola e sua comunidade no que tange a coleta de dados dessa pesquisa e isso facilitou o seu bom andamento.

Evidentemente, ficou claro que mesmo não tendo um investimento maior por parte da secretaria do município em promover formações para os professores, a escola junto com sua supervisora pedagógica se dispôs a oferecê-la, uma vez que assim como os docentes de outros segmentos, os professores do ensino fundamental II também necessitam de formação continuada com temáticas que são pertinentes a realidade escolar.

Diante desse estudo evidenciou-se que os professores gostaram de participar da formação continuada e que se fez interessante perante a comunidade escolar e sujeitos participantes que outros momentos com aquele vivenciado ocorressem mais vezes, ou seja, perceberam que

dialogar sobre temáticas necessárias a sua atuação se faz emergente perante o corpo docente.

Ainda destacamos o quanto as relações interpessoais careciam de um olhar mais atento para que as ações de respeito mútuo fossem reais e constantes na escola para que todos reconhecessem a valorização profissional do outro e também enquanto ser humano.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Angelina et al. **Projecto Educativo**. Porto: Ed. Afrontamento, 1999

CHIARA, I. D. *et al.* **Normas de documentação aplicadas à área de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

FREIRE, P. **A Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRITZEN, Silvino José. **Relações Humanas Interpessoais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Juliana Brassolatti; CLEMENTE, César. **Metodologia do ensino de matemática**/Batatais, SP: Claretiano, 2014.

LEME, Maria Isabel da Silva. **A gestão do convívio escolar**. In: GARCIA, Agnaldo (org). *Relacionamento interpessoal – uma perspectiva interdisciplinar*. Vitória: ABPRI, 2010.

LUCK, Heloisa. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis: Vozes Editora, 2008.

PEREIRA, C. J. T. **A Formação do Professor Alfabetizador: desafios e possibilidades na construção da prática docente**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, RO, 2011. Disponível em: <http://www.mestradoeducacao.unir.br/downloads/1630_dissertacao_claudia_justos.pdf>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

SOARES, M. T. C., PINTO, N. B. **Metodologia da resolução de problemas**. 2001. In: 24ª Reunião ANPEd, 2001, Caxambu. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp1.htm#gt19>. Acesso em: 18 set. 2019.

WEISS, Donald. **Como resolver (ou evitar) conflitos no trabalho**. São Paulo: Nobel, 1994.

_____. **Convivendo com gente difícil**. 4ª edição. São Paulo: Nobel, 1992

O APRIMORAMENTO DA LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL MEDIADA PELAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Soares, Nara Nelma de Oliveira⁵

RESUMO

Este artigo está inserido na área de concentração dos Estudos Literários, aborda o seguinte tema: “O aprimoramento da Leitura e Produção Textual mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação”, ao estudar esta temática procura-se responder à seguinte situação-problema: diante das dificuldades decorrentes do modelo tradicional de ensino, a aplicabilidade de atividades desenvolvidas através dos aplicativos Snaptube e Du recorder pode contribuir de forma significativa para o aprimoramento da leitura e da escrita? Diante desse questionamento traçamos como objetivo geral mostrar que a utilização dos aplicativos SnapTube e Du recorder nas aulas de Língua Portuguesa podem contribuir para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II em uma Escola pertencente à rede de ensino do município de Urucará, especificamente no que concerne ao aprimoramento das habilidades de leitura e escrita. O respaldo teórico se fundamenta nos estudos de BOSSA (2005), COELHO (2009), MORAN (1995), FERNÁNDEZ (2009), MARCUSCHI (2003) e PRENSKY (2001). A metodologia utilizada é de natureza, quali/quantitativa, uma vez que busca identificar os fatores que explicam o déficit de leitura e escrita. A partir dos resultados obtidos mediante pesquisa, concluímos que “os aplicativo SnapTube e Du recorder” podem contribuir sobremaneira para o ensino da Leitura e escrita.

PALAVRAS-CHAVES: Aprendizagem. Leitura. Escrita. Tecnologias. Aplicativos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva demonstrar que a utilização dos aplicativos SnapTube e Du recorder nas aulas de Língua Portuguesa podem contribuir para o desenvolvimento do ensino aprendizagem dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II de uma Escola pertencente à rede de ensino do município de Urucará, especificamente no que se refere ao aprimoramento das habilidades para leitura e escrita. Este trabalho será respaldado pelas vertentes dos teóricos: Prensky (2001), Moran (1995), Fernández (2009), Marcuschi (2003), Bossa (2005), Coelho (2009) entre outros. Ao submeterem-se à avaliação da Prova Brasil realizada no município de Urucará em 2017, os alunos demonstraram um elevado déficit de aprendizagem nos quesitos leitura e interpretação textual. Dos 143 alunos avaliados, apenas 34 conseguiram resultado satisfatório. A escola em estudo obteve 4,6 pontos na avaliação do SAEB, um desempenho que é considerado insuficiente em relação à meta estabelecida pelo IDEB, deixando-a em estado de alerta. Diante disso, buscou-se uma metodologia diferenciada preconizando-se a utilização de recursos tecnológicos nas aulas de Língua Portuguesa, pois as constantes mudanças vivenciadas pela sociedade moderna exigem que os professores adotem novas experiências

⁵ Licenciada em Letras – Língua e Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

educacionais com vistas à prática de um ensino mais ajustado à realidade contemporânea.

Em virtude do quadro em que se encontram os alunos do Ensino Fundamental II, no município de Uruará, foram levantados os seguintes questionamentos: Quais os fatores que explicam o elevado déficit de aprendizagem na leitura e escrita do 9º ano do Ensino Fundamental II na escola em estudo? Quais os impactos provocados pela utilização das ferramentas Snaptube e Du recorder no processo do ensino aprendizagem da leitura e escrita? A aplicabilidade de atividades desenvolvidas através dos aplicativos Snaptube e Du recorder podem contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da leitura e da escrita?

Ao buscar respostas para essas questões, acredita-se que este trabalho demonstra relevância social na medida em que propõe inovações na forma de ensinar os conteúdos inerentes ao componente curricular Língua Portuguesa, no que concerne às habilidades de leitura e escrita. Em consonância com essa perspectiva, Villardi (1999, p.4) enfatiza que o ato de ler leva o indivíduo a compreender o mundo, bem como a sociedade na qual se encontra inserido, por meio de análise ele chega a um posicionamento crítico frente as informações colhidas no processo da leitura, isso constitui um dos atributos que o leva a exercer sua cidadania em plenitude.

Além disso, as reflexões desenvolvidas ao longo de seu percurso poderão servir de ponto de partida para um aprofundamento de futuros debates acerca do tema aqui abordado. Por fim, acredita-se que através da inserção das novas tecnologias nas atividades realizadas em sala de aula, especialmente através dos aplicativos SnapTube e Du recorder, o professor estará realizando inovações significativas em sua prática docente. Seguindo essa linha, Levy, (1993 apud BEHRENS, 2006, p. 73), retrata que o conhecimento pode ser exposto de três formas distintas a oral, a escrita e a digital, o surgimento de novos horizontes aproximados da realidade contemporânea, e das exigências advindas da sociedade depende da reflexão crítica do papel que ocupará as tecnologias no processo da aprendizagem em benefícios a essa nova geração como cidadão, a ponto de torna-los transformadores e produtores de conhecimento.

Nesse sentido, espera-se estar colaborando não só com os discentes, que ao desenvolverem suas habilidades para essa prática poderão estar conquistando autonomia intelectual, mas também com os professores e a comunidade científica que poderão contar com mais esta fonte de estudos acerca da temática aqui desenvolvida.

Com relação à metodologia, realizou-se uma pesquisa de natureza, quali/quantitativa, uma vez que buscou-se identificar os fatores que explicam o déficit de leitura do 9º ano do Ensino Fundamental II da escola em estudo, recorrendo-se a levantamento bibliográfico, à coleta de dados concretos registrados em documentos oficiais do governo e à pesquisas de campo.

Por fim, o presente artigo encontra-se dividido em três seções: na primeira, observaram-se os fatores que explicam o elevado déficit de leitura e escrita relacionando-os aos contextos municipal e nacional. Na segunda, analisaram-se os impactos provocados pela utilização das ferramentas Snaptube e Du recorder no processo de ensino aprendizagem da leitura e escrita. Na terceira e última, demonstrou-se a aplicabilidade de atividades desenvolvidas através dos aplicativos Snaptube e Du recorder e suas contribuições para o desenvolvimento da leitura e

escrita a partir de uma minuciosa análise dos resultados obtidos durante o percurso deste trabalho.

O DÉFICIT DA LEITURA E DA ESCRITA NO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO

É notório que um dos grandes problemas apresentados pela educação brasileira está relacionado ao ensino aprendizagem da leitura e escrita. Essa realidade pode ser evidenciada através das avaliações que são realizadas periodicamente pelos órgãos oficiais do governo. No caso da escola em estudo, pertencente à rede de ensino do município de Urucará, a avaliação da Prova Brasil – 2017 constatou que dos 143 alunos submetidos ao exame, apenas 34 demonstraram aprendizado adequado.

Esse déficit de aprendizagem está longe de ser uma exclusividade do ensino público urucaraense, na realidade está inserido num contexto muito mais amplo, como se pode constatar através do Instituto Paulo Montenegro - IPM – considerado referência na verificação dos níveis em analfabetismo funcional no Brasil e responsável pelo INAF – Índice de Analfabetismo Funcional, este informa a partir de dados coletados no ano de 2018 onde 29% da população brasileira, com idade entre 15 e 64 anos, são classificados como analfabetos funcionais. Para o IPM:

É considerada analfabeta funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever, não tem as habilidades de leitura, de escrita e de cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional. [...] Corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços etc.). (IPM, 2010, p. 5):

Diante desse conceito de analfabetismo funcional, nota-se que o problema da leitura e escrita vai muito além dos muros da escola, podendo inclusive comprometer o futuro profissional dos atuais alunos que não conseguem extrair do texto lido as informações em sua plenitude. Logo, essa problemática deve ser abordada com atenção especial por todos os atores interessados em mudar essa dura realidade educacional.

Bossa (2005, p. 27), afirma que os problemas da leitura e da escrita vêm sendo estudados há muito por pesquisadores, psiquiatras e filósofos, com o intuito de descobrir os fatores que explicam esse fenômeno. Corroborando com Bossa (2005), Coelho afirma que:

A leitura é um processo de compreensão abrangente que envolve aspectos sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos. É a correspondência entre os sons e os sinais gráficos, através de decifração do código e a compreensão do conceito ou idéia. (COELHO, 2009, p. 85).

Dentre esses aspectos destaca-se o cultural como fator preponderante que interfere diretamente na qualidade da leitura e escrita, pois os alunos de um modo geral demonstram que não foram devidamente motivados a desenvolver o hábito de ler, seja em casa ou na escola. Além disso, os altos custos dos livros e coleções literárias ainda representam um obstáculo que dificulta o acesso das camadas menos favorecidas a esse importante veículo de propagação cultural.

Diante desse quadro, o Ministério da Educação criou o Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB), cujo objetivo é investigar no final de cada ciclo escolar o nível de aprendizagem dos alunos no que concerne à leitura, interpretação de textos

e seus reflexos sobre a prática da escrita. A razão de ser desse tipo de investigação justifica-se pela constatação de que grande parte da população brasileira, mesmo tendo concluído o ciclo básico de estudo demonstram que não sabem ler, no sentido mais complexo e amplo do termo. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP):

Ler é uma atividade complexa que faz amplas solicitações ao intelecto e às habilidades cognitivas superiores da mente: reconhecer, identificar, agrupar, associar, relacionar, generalizar, abstrair, comparar, deduzir, inferir, hierarquizar. Não está em pauta apenas a simples decodificação, mas a apreensão de informações explícitas e implícitas e de sentidos subjacentes, e a construção de sentidos que dependem de conhecimentos prévios a respeito da língua, dos gêneros, das práticas sociais de interação, dos estilos, das diversas formas de organização textual. [...] Os testes de Língua Portuguesa do Saeb, cujo foco é a leitura, têm por objetivo verificar se os alunos são capazes de apreender o texto como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação. A alternativa por esse foco parte da proposição de que, “ser competente no uso da língua significa saber interagir, por meio de textos, em qualquer situação de comunicação”. (INEP, 1997, p. 53)

De acordo com essa perspectiva, a leitura deve ser considerada num sentido bem mais amplo que o tradicional, transcendendo à ideia de mera decodificação de signos gráficos. Assim sendo, cabe aos professores do componente Língua portuguesa a tarefa de orientar os alunos no sentido de buscar, de modo recorrente, a reconstrução de sentidos, a compreensão dos conteúdos explícitos e subjacentes aos textos propostos.

Diante do exposto, os professores da disciplina Língua Portuguesa precisam assumir atitudes menos atreladas ao tradicional conceito de leitura, permitindo que as novas experiências possam encontrar espaço em suas aulas, atendendo com isso à finalidade desse componente curricular de propiciar condições favoráveis ao bom desenvolvimento da proficiência da leitura e escrita, minimizando o problema do analfabetismo funcional que afeta milhares de brasileiros.

OS APLICATIVOS SNAPTUBE E DU RECORDER NA PRENDIZAGEM DA LEITURA E ESCRITA

Com o avanço tecnológico o estilo de vida das pessoas foi alterado drasticamente. Atividades que antes consumiam horas para serem realizadas, hoje realizam-se em frações de segundos, a partir de um simples clique. No que se refere à prática pedagógica, tais avanços caminham a passos lentos, como se vivêssemos em um mundo paralelo.

Em sala de aula é perceptível a ausência de aparatos tecnológicos sendo usados como recurso didático pedagógico. Em geral as aulas são monótonas, cansativas e desgastantes, os professores mostram-se impacientes diante da falta de atenção e concentração dos alunos, esses fatores também contribuem para o fracasso e a falta de interesse nas aulas de Língua Portuguesa.

Diante disso, é importante que o professor perceba que está trabalhando com uma geração composta por alunos familiarizados com as TIC's – Tecnologia de Informação e Comunicação, portanto caracterizam-se por realizarem atividades de forma rápida, já que têm às mãos celular, tablete, notebook, vídeo game de última geração, televisor de LED e 3D multifuncional com utilização start de wifi e internet móvel e banda larga.

Neste sentido, Prensky (2001), define como geração Z aqueles indivíduos que são capazes de realizar múltiplas atividades de uma só vez, num processo dinâmico, interagindo de forma rápida e precisa com os recursos tecnológicos existentes. Com isso, percebe-se o abismo que há entre esta geração e a equipe de profissionais que atuam em sala de aula.

Diante deste cenário, cabe ao professor criar e desenvolver ações que favoreçam o uso das tecnologias de informação e comunicação, promovendo de forma eficaz a aprendizagem da leitura e escrita, num ambiente em que professores e alunos interajam compartilhando experiências e informações mediadas pelas novas tecnologias. Portanto, o uso de vídeos, músicas e poemas, são alguns recursos que efetivamente auxiliam no processo de ensino aprendizagem. É nesta perspectiva que se decidiu fazer dos aplicativos Snaptube e Du recorder suportes tecnológicos nas aulas de Língua Portuguesa.

O Snaptube é um aplicativo gratuito para android que permite baixar vídeos e músicas do YouTube, Facebook, Instagram e outros serviços de vídeos com alta qualidade, porem pode ser utilizado no PC por intermédio de uma plataforma virtual, no android ou no PC, acessado em ([www.techtudo.com.br>snaptube-app](http://www.techtudo.com.br/snaptube-app)).

O recurso Snaptube é um aplicativo móvel gratuito criado em 2014 pela empresa Mobiuspace, este aplicativo funciona em praticamente todos os tipos de celulares com acesso a Internet. Permite ao usuário acessar serviços populares, variando de redes sociais como Face book, Twitter, Flickr, notícias, blogs, esportes e guias locais e recursos para entretenimento.

Quanto ao Du recorder é uma criação da empresa Du Global filiada a empresa Baidu, este foi lançado no ano de 2017, trata-se de um aplicativo bastante conhecido por sua função de gravar vídeos, músicas e discursos diretamente na tela do aparelho celular. Ao ser utilizado para fazer tutoriais ou vídeos, permite ao usuário a gravação de voz, adicionar música de fundo, editar vídeo e remover ou incluir outros sons. Este aplicativo pode ser baixado para iOS ou android.

Nessa perspectiva, (MORAN, 1995; FERNÁNDEZ, 2009) salientam que o uso de vídeos nas aulas de leitura e escrita agrega dinamismo às abordagens e despertam o interesse do aluno resultando numa postura mais participativa na medida em que permite o uso do aparelho celular, objeto que faz parte do seu cotidiano.

O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E ESCRITA A PARTIR DAS PRODUÇÕES DE POEMAS E VIDEOS EDITADOS NO APP DU RECORDER

É de fundamental importância priorizar os conhecimentos e habilidades dos alunos quanto ao manuseio das novas tecnologias, caminhando dessa forma ao encontro de novas experiências que poderão deixar os professores menos atrelados aos padrões de ensino tradicional, propiciando um ensino mais adequado aos tempos modernos.

Com isso, considera-se importante para o alicerce deste trabalho as ideias de MARCUSCHI (2003), ao afirmar que:

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para refletir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros (MARCUSCHI, 2003, p.22).

Nessa perspectiva, considera-se importantes as ideias desse autor, na medida em que serviram para embasar a metodologia desenvolvida a partir desse trabalho, associando literatura de cordel com ferramentas inerentes à realidade do aluno e que não raro são postas de lado por parte dos docentes e demais atores educacionais. Assim sendo, o educador como mediador do ensino aprendizagem deve possibilitar aos alunos contatos com a tipologia, e o gênero proposto, a fim de torná-los aptos a realizar o processo de leitura e escrita com criatividade e eficácia.

No que diz respeito à relação estabelecida entre os alunos e as novas tecnologias, tomamos como referência os pensamentos de Prensky (2001) que os denomina geração Z, ou seja, os que são capazes de realizar múltiplas atividades de uma só vez, num processo dinâmico, interagindo de forma rápida e precisa com os recursos tecnológicos existentes. Em virtude dos fatos mencionados, percebemos o abismo que há entre esta geração e a equipe de profissionais que atuam em sala de aula.

Frente a essa realidade, o desafio do professor consiste em agregar as novas tecnologias a sua prática pedagógica, de forma que favoreça o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Levando-se em conta o que foi observado, entende-se que os aplicativos SnapTube e Du recorder servem como uma luva para essa intenção de facilitar a aprendizagem da leitura e escrita, na medida em que permite o uso de vídeos, músicas, contos, peças teatrais, poemas entre outros, como auxílio no processo de ensino aprendizagem.

Corroborando com essa concepção Moran (1995, p. 27-35) declara que essas ferramentas possibilitarão aos alunos, gravar, reproduzir, criar e recriar com base naquilo que perceberem e que precisa ser aperfeiçoado, levando-os a refletir e auto avaliarem-se, analisando de forma crítica suas desenvolturas no decorrer das produções.

METODOLOGIA

Este artigo é de natureza quali/quantitativa, uma vez que busca identificar os fatores que explicam o déficit de leitura e escrita dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II de uma escola da rede municipal de Uruará, estado do Amazonas, conforme demonstra os resultados da Prova Brasil de 2017, para tanto recorre-se à consultas bibliográficas e à coleta de dados concretos registrados em documentos oficiais do governo e obtidos mediante pesquisa de campo realizada no âmbito da instituição escolar em questão.

Nessa perspectiva, iniciaram-se as atividades aplicando um questionário fechado direcionado aos alunos participantes da pesquisa. Após a coleta de dados realizou-se a análise e destacou-se as informações mais relevantes no que concerne ao propósito deste artigo de promover mudanças significativas no processo de ensino aprendizagem da leitura e escrita tendo as TIC's e seus recursos multimídias acessados por meio de celulares.

Na segunda etapa das ações, desenvolveu-se à execução das atividades pedagógicas propriamente ditas, apresentando aos alunos a Poesia de Cordel contidas em vídeos baixados da Internet por meio do aplicativo SnapTube. Assim que encerram as exibições dos vídeos, foi feita uma explanação minuciosa acerca dos principais aspectos estruturais e semânticos dos mesmos. Com vistas a uma participação mais efetiva dos educandos abriu-se espaço para que eles, de modo individual declamassem versos representantes dessa vertente poética.

Na terceira etapa, com a utilização de um aparelho Data Show apresentou-se os aplicativos SnapTube e Du Recorder e suas respectivas funcionalidades como suporte na gravação e edição dos vídeos.

Na quarta etapa, a turma foi dividida em quatro grupos de quatro componentes, onde estes produziram poesias inspiradas nos moldes da Poesia de Cordel a serem gravadas e editadas pelos próprios alunos no ambiente virtual de trabalho do aplicativo Du recorder.

Na quinta etapa, realizou-se a socialização dos vídeos na sala do 9º D, com outras turmas pertencentes à mesma série, onde todos puderam desfrutar das composições poéticas produzidas, oportunizando-os a revelação de futuros escritores.

Por fim, aplicou-se um questionário contendo 5(cinco) questões fechadas, no qual objetivou-se perceber os pontos positivos inerentes ao uso dos aplicativos SnapTube e Du recorder como recurso favorável no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Do universo de 16 alunos participantes, 100% foram favoráveis a inserção das tecnologias utilizadas nas atividades realizadas em sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início da execução do plano de ação percebeu-se que alguns alunos apresentavam dificuldades quanto a pronuncia e entonação de algumas palavras bem como a timidez no ato de ler. Acredita-se que todos esses entraves demandam um tempo que a brevidade da execução deste projeto de ensino não permitiu solucionar por completo. Contudo, a forma envolvente com que todos os educandos participaram permite a inferência de que essa metodologia é muito promissora, pois enquanto gravavam suas próprias falas percebiam seus erros e acertos e procuravam fazer melhor, regravando quantas vezes a situação exigisse resultando em mudanças significativas nos problemas apresentados inicialmente.

Outro aspecto relevante a ser pontuado diz respeito ao resgate de contos populares transmitidos pela oralidade e coletados pelos alunos de forma natural no convívio com seus familiares e demais membros de suas comunidades. Dentre os mais interessantes merecem destaque: O homem da calça molhada, A mulher vestida de noiva, O chupa cabra, O homem elástico, Lenda do boto, Cobra grande entre outros. Esse conjunto de narrativas foi expresso na forma de Poesia de Cordel. Dessa forma, os alunos tiveram a oportunidade de expressar de forma mais livre ao mesmo tempo em que prestigiaram acultura local.

Além da temática regional, as equipes abordaram temas atuais relacionados ao cotidiano dos adolescentes, tais como: a depressão, suicídio, ansiedade, drogas, alcoolismo etc. durante a composição dos poemas contendo essas temáticas percebeu-se o cuidado em escrever corretamente as palavras, empregando as devidas pontuações e aplicando as características do gênero selecionado, o que autoriza a concluir que essa metodologia implica numa mudança qualitativa no que concerne à escrita.

Quanto ao manuseio dos aplicativos SnapTube e Du recorder, os alunos foram desafiados a baixar e editar vídeos, ficando evidente que alguns deles já utilizavam os aplicativos com destreza, o que facilitou o desenvolvimento dessa atividade.

No andamento das produções poéticas, percebeu-se que os alunos ainda possuem muita dificuldade na ortografia de algumas palavras escritas com ss, ç, sç, rr entre

outras, e seus respectivos significados. Isso remete a ideia de que os mesmos necessitam exercitar a leitura e ir em buscas das palavras desconhecidas, afim de enriquecer o seus vocabulários. Quanto ao uso da narrativa abordada nas poesias, alguns demonstraram dificuldade em seu desenvolvimento. Contudo, com a ajuda do pesquisador conseguiram produzir boas poesias.

Com base nos objetivos propostos, o uso dos aplicativos SnapTube e Du recorder contribuíram para a proficiência da leitura e escrita dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II de uma escola da rede municipal de Uruará. Assim, acreditamos que esta atividade foi exitosa, pois, 100% dos alunos participantes da pesquisa conseguiram realizar as atividades propostas com êxito, resultando na melhoria da leitura e escrita. Contudo é evidente que essa proposta merece ser investigada por outros profissionais da educação em um tempo mais prolongado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que o objetivo deste trabalho foi atingido, pois na medida em que as suas etapas iam sendo cumpridas, evidenciava-se a eficácia dos aplicativos SnapTube e Du recorder como suporte para a aprendizagem da leitura e escrita de Poemas de Cordel.

Essa convicção resulta das inúmeras consultas às obras que fundamentaram este trabalho, às pesquisas realizadas In loco e, sobretudo através das atividades realizadas no âmbito da sala de aula com a participação ativa dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental II de uma Escola pertencente à rede de ensino do município de Uruará.

Diante disso, acreditamos que este trabalho traz uma contribuição importante para o desenvolvimento da pesquisa, porque não encontramos na literatura consultada nenhum registro ou referência acerca da ideia de promover o aprimoramento da leitura e escrita por intermédio de aplicativos como SnapTube e Du recorder tendo como base a Literatura de Cordel.

Desse modo, os professores que se inspirarem nas experiências aqui registradas e analisadas poderão desfrutar de aulas mais atraentes e prazerosas uma vez que evidencia-se um maior interesse dos educandos quando se permite a utilização de ferramentas que os mesmos dominam. Além disso, ao combinar a abordagem do gênero Literatura de Cordel com o manuseio desses aplicativos o professor estará oportunizando a construção de um saber que valoriza a cultura popular brasileira, a linguagem coloquial, o humor, a ironia, a rima e a métrica.

Levando-se em consideração esses aspectos, entende-se que as inovações trazidas pelas novas tecnologias podem auxiliar os professores de Língua Portuguesa no desenvolvimento de alternativas didático-pedagógicas mais ajustadas à contemporaneidade. Desse modo, os alunos poderão desfrutar de uma aprendizagem menos mecânica, pois seguindo essa perspectiva os alunos terão liberdade para acessar os seus conhecimentos de mundo enquanto estiverem construindo seus versos, podendo inclusive contribuir para uma educação mais comprometida com a transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, M. A. **O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BOSSA. N. A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática.** Porto Alegre, Artes Médicas, 2005.

BRASIL. MEC. PDE: **Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores.** Brasília: MEC, SEB; INEP, 1997.

COELHO. M. T. **Problemas de aprendizagem.** São Paulo: Editora Ática S. A., 2009.
IPM, INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. INAF Brasil 2009 - **Indicador de alfabetismo funcional: principais resultados.** São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/download/inaf_brasil2009._relatorio_divulgacao_final.pdf> Acesso em: 15 abr. 2010.

LEVY, P. (1993). **As Tecnologias da Inteligência - O Futuro do Pensamento na Era da Informática.** Rio de Janeiro: Editora 34.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura.** 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORAN, José M. **O Vídeo na Sala de Aula. Comunicação & Educação.** São Paulo, p. 27-35, abril/1995. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/vidsal.htm>>. Acesso em: 18 de março de 2011.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Práticas Pedagógicas e uso da tecnologia na escola.** 1.ed.São Paulo: Érica, 2014.

PRESNKY, M. **Nativos Digitais. Imigrantes Digitais.** De On Ihe Horizon. NCB University Press, Vol. 9, No. 5, out.d, 2001.

VILLARDI, Raquel. **Ensinando a gostar de ler: formando leitores para a vida inteira.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

ANEXO A PROJETO DE INTERVENÇÃO

PLANO DE AÇÃO ALINHADO

Professor: Nara Nelma de Oliveira Soares

Disciplina: Língua Portuguesa Série 9º Ano Quantidade de alunos 16

Período de Aplicação/Execução: 02/12/2019 à 09/12/2019

Nº da Aula/Ação: 01					
Duração:	2h	Local:	Sala de aula	Pré-requisito:	Ter noção de leitura e escrita, bem como ter estudado o gênero Poesia e possuir aparelho celular.
Conteúdos Curriculares:	• Gênero Literário: Poesia de Cordel				
Objetivo da Aula/Ação:	• Desenvolver as habilidades necessárias para a prática da leitura e escrita; • Desenvolver as habilidade necessárias para o manuseio dos aplicativos SnapTube e Du Recorder;				

Recursos:	<ul style="list-style-type: none"> • Projetor ; • Vídeos e tutoriais; • Celular; • Livro paradidático; • Pincel; • Quadro branco; • Apagador; 				
Tipo de Atividade:	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de slide: estrutura, linguagem e temas da poesia de cordel; • Leitura declamada de poesias pertencentes a obra “Literatura de Cordel” de César Obeid; • Tutorial dos aplicativos SnapTube e Du Recorder em vídeos; • Instalação dos aplicativos SnapTube e Du Recorder; 				
Resultados Pretendidos da Aprendizagem - RPAs	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a estrutura formal, linguem e temas abordados na poesia de cordel; • Desenvolver a proficiência para a leitura e escrita. • Desenvolver as habilidades necessárias para o manuseio dos aplicativos SnapTube e Du Recorder; 				
Atividades de Ensino – A. E. (Professor)	<ul style="list-style-type: none"> • Ensinar os alunos a identificarem as características formais e semânticas inerentes ao gênero Poesia de Cordel; • Explicar as funcionalidade e recursos dos aplicativos SnapTube e Du Recorder a serem utilizados na gravação e edição dos vídeos produzidos do decorrer das ações contidas nesse plano; 				
Atividades de Aprendizagem – A. A. (Aluno)	<ul style="list-style-type: none"> • Exercitar a identificação dos principais elementos formal e semânticos existentes na Poesia de Cordel através da leitura de Poesias selecionadas; • Aprender a instalação e o manusear os aplicativos SnapTube e Du Recorder; 				
Nº da Aula/Ação: 02					
Duração:	2 h	Local:	Sala de aula	Pré-requisito:	Ter habilidades quanto a estrutura do gênero poesia e do uso das rima; Saber manusear o célula, bem quanto os aplicativos propostos
Conteúdos Curriculares:	<ul style="list-style-type: none"> • Composição poética, tomando como referencia a Poesia de Cordel; • Produção e edição de vídeos. 				
Objetivo da Aula/Ação:	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir as habilidades de produção, correção e refacção textual; • Produzir e editar vídeos sobre a Literatura de Cordel, enfatizando suas peculiaridades literárias, bem como a sua importância para a Literatura Brasileira. 				
Recursos:	<ul style="list-style-type: none"> • Notebook; • Projetor; • Internet; • Aparelho Celular; • Pendriver; • Caixa de som; • Vídeos; 				
Tipo de Atividade:	<ul style="list-style-type: none"> • Exercitar a prática da leitura e escrita a partir do gênero Poesia de Cordel; • Exercitar a gravação e edição dos vídeos, via aplicativos SnapTube e Du Recorder, contendo a Poesia produzidas em sala de aula. 				
Resultados Pretendidos da Aprendizagem - RPAs	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir cordéis por escrito mantendo fidelidade às características do gênero; • Dominar a utilização de todos os recursos disponíveis nos aplicativos SnapTube e Du Recorder, com vistas a elaboração de vídeos; 				
Atividades de Ensino – A. E.	<ul style="list-style-type: none"> • Explicar os procedimentos técnicos para uma boa leitura e escrita; • Esclarecer eventuais duvidas acerca do manuseio dos aplicativos SnapTube e 				

(Professor)	<i>Du Recorder.</i>				
Atividades de Aprendizagem – A. A. (Aluno)	<ul style="list-style-type: none"> Exercitar por meios das atividade de produção, gravação e edição das poesias de cordel produzidas, utilizando-se das funcionalidades dos aplicativos <i>SnapTube</i> e <i>Du Recorder</i>. 				
Nº da Aula/Ação: 02					
Duração:	<i>2 h</i>	Local:	<i>Sala de aula</i>	Pré-requisito:	<i>Habilidades de produção textual quanto estrutura, semântica e linguagem; Desenvoltura na leitura; Habilidades de gravação e edição de vídeos.</i>
Conteúdos Curriculares:	<ul style="list-style-type: none"> <i>Aplicativos snaptube e durecorder;</i> <i>Literatura de Cordel.</i> 				
Objetivo da Aula/Ação:					
Recursos:	<ul style="list-style-type: none"> <i>Aparelho Celular;</i> <i>Livro Paradidático;</i> <i>Caderno;</i> <i>Lápis;</i> <i>Borracha;</i> 				
Tipo de Atividade:	<i>Descreva aqui o tipo de atividade que será desenvolvida nesta aula/ação.</i>				
Resultados Pretendidos da Aprendizagem - RPAs	<ul style="list-style-type: none"> <i>Trabalhar em grupo;</i> <i>Manuseio dos aplicativos SnapTube e Du Recorder;</i> <i>Produção de poemas;</i> <i>Baixar musicas com facilidade pelo SnapTube;</i> 				
Atividades de Ensino – A. E. (Professor)	<ul style="list-style-type: none"> <i>Produção de poemas (cordel);</i> <i>Gravação e edição do poema utilizando os aplicativos SnapTube e Du Recorder</i> 				
Atividades de Aprendizagem – A. A. (Aluno)	<ul style="list-style-type: none"> <i>Utilização dos aplicativos snaptube e du recorder;</i> <i>Produção de Video;</i> <i>Gravação e edição de vídeos.</i> 				

ANEXO B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PAIS

Projeto de Pesquisa: O aprimoramento da leitura e produção textual mediado pelas tecnologias da informação e comunicação

Acadêmica: Nara Nelma de Oliveira Soares

Questionário direcionado para os pais de alunos

1) Ao realizar a atualização de seu Projeto Político Pedagógico, a escola costuma convidar os pais para participarem ativamente das discussões propostas, esclarecendo a importância do mesmo para o aprimoramento educacional?

Sim

Não

2) Você gostaria de ser convidado para participar da atualização de um Projeto Político Pedagógico, que discutisse, entre outros assuntos importantes, a presença e utilização de recursos tecnológicos como aparelho

celular, internet, notebook, reto projeto entre outros, nas aulas frequentadas pelos seus filhos?

Sim

Não

3) Você é a favor da utilização dos chamados recursos tecnológicos, ou seja, celular, internet, notebook, reto projeto entre outros, nas aulas frequentadas pelos seus filhos?

Sim

Não

4) Você considera positiva a utilização das novas tecnologias como recurso capaz de agregar algum ganho ao processo de ensino-aprendizagem?

Sim

Não

5) São inúmeros os benefícios que os recursos tecnológicos podem oferecer para o ensino-aprendizagem de seus filhos, você recomendaria a sua utilização, deixando de lado eventuais preconceitos?

Sim

Não

ANEXO C - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

Projeto de Pesquisa: O aprimoramento da leitura e produção textual mediado pelas tecnologias da informação e comunicação

Acadêmica: Nara Nelma de Oliveira Soares

Questionário direcionado aos alunos

1) Os professores utilizam recursos tecnológicos existentes na escola em sala de aula?

Sim

Não

Alguns

2) Em sua opinião, quando um professor lança mão de recursos tecnológicos, como o aparelho celular, para tornar as aulas mais atraentes você se sente envolvido por esse tipo de iniciativa e procura participar das atividades?

Sim

Não

3) Você concorda que os recursos tecnológicos se forem utilizados de forma inteligente e criativa podem render bons frutos no sentido da ampliação do conhecimento do aluno?

Sim

Não

4) Você possui aparelho celular com acesso a Internet?

Sim
Não

5) Você conhece os aplicativos SnapTube, Du Recorder outro similar?

Sim
Não

ATIVIDADE I – APRESENTAÇÃO DE SLIDE: LITERATURA DE CORDEL

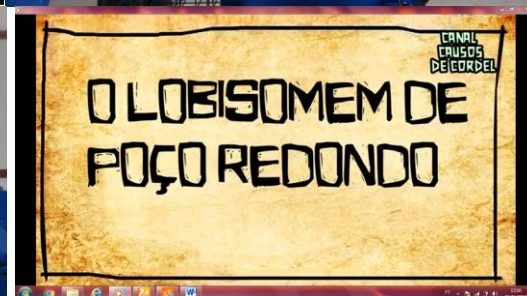




ATIVIDADE II – APRESENTAÇÃO DE AULA VIDEO: TUTORIAIS DO SNAPTUBE E DO RECORDER.



ATIVIDADE III – APRESENTAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE VIDEOS BAIXADOS (POESIAS E HISTORIAS DE CORDEL)



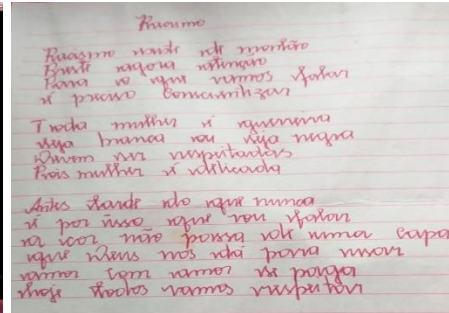
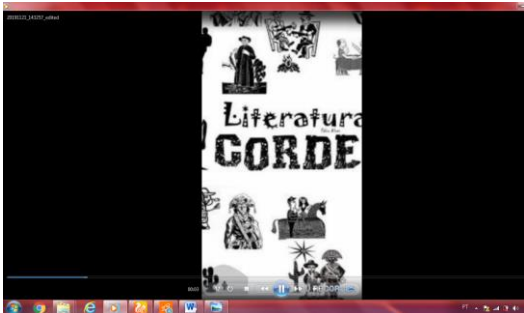
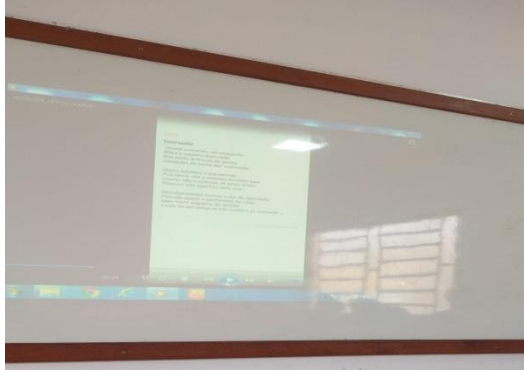
ATIVIDADE IV – AULA PRÁTICA (USO DOS APLICATIVOS)



ATIVIDADE V – PRODUÇÃO DE POESIAS E GRAVAÇÃO DOS VIDEOS



ATIVIDADE VI – SOCIALIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES



CULTURA DE URUCARÁ

Tem um povo muito querido;
E também é nesse quente clima
Que agora vou lhe levar
Pra conhecer nossa história
Do povo de Urucará.

É um lugar bonito;
Uma cidade de clima quente;
Minha gente venha ver agente;
Nossa diversidade em mente
Nossos jogos, nossas festas
Orgulho de ser urucaraense.

Princesinha do baixo Amazonas
Como ela é conhecida
E há muitos habitantes
Aqui nessa cidadezinha
Um lugar muito atraente
Você nem pode imaginar

Culturas de nossas quadrilha,
Contradança, São José,
Santa' Ana e Aparecida
E nossos quadrilheiros a dançar
Com amor e alegria.
Para homenagear a cidade
De Urucará.

E assim com nossa cultura
É imensa a alegria
Do povo de Urucará
Que se divertindo contagia
A todos que a conhecem
Com tamanha alegria

tema: acontecimentos em urucama

Ritmo de Boi

A cidade de urucama
tem muita história pra contar
acontecimentos verdadeiros
que vamos fazer retratar
uma montanha atrás da outra
todo mundo vai protestar.

O hospital está na mídia
não podemos contestar
pois só sabe a dor que sente
quem já perdeu seu familiar
essa dor atemorizante
todo mundo vai passar.

Crises no Atestado

A Crise de Condição
Não é humilhação não
também tem a depressão
Deu dura a palavra no chão.

Quando falamos de ajuda
Não é remédio que queremos não
O que queremos é um amigo
e muito carinho e dedicação.

Um suicídio pode ser evitado
Faça a sua parte
Nã sua mãe a seu irmão
Para salvar uma vida, unidos em união.

ATIVIDADE VII – QUESTIONÁRIO

Projeto de Pesquisa: O aprimoramento da leitura e produção textual mediado pelas tecnologias da informação e comunicação

Acadêmica: Nara Nelma de Oliveira Soares

Questionário direcionado aos alunos após o uso dos aplicativos SnapTube e Du Recorder

- 1) A proposta de ensinar os conteúdos da disciplina Língua Portuguesa lançando mão de recursos tecnológicos tornou as aulas mais interessantes?

Sim
Não

- 2) A partir dessa experiência envolvendo a utilização do aparelho celular no processo de construção do conhecimento, você concorda que a escola

deveria incentivar os demais professores a empregarem esse recurso de forma mais recorrente?

Sim

Não

3) Quanto aos aplicativos SnapTube e Du Recorder, contribuem de fato para que você se torne um aluno mais ativo ao gravar e editar seus próprios vídeos?

Sim

Não

4) Você aproveitou os seus conhecimentos de mundo ao manusear os aplicativos que foram instalados em seu celular com o propósito de tornar as aulas mais agradáveis?

Sim

Não

5) As aulas sobre a Literatura de Cordel ao serem realizadas com o apoio dos aplicativos SnapTube e Du Recorder facilitaram seu aprendizado no que se refere a Leitura e a Escrita?

Sim

Não

FOTO DA ATIVIDADE VII – QUESTIONÁRIO



APÊNDECE
APÊNDECE A – (PERMISSÃO DO GESTOR)

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Valmir dos Santos Ramos, gestor(a) da Escola Municipal Maria Dulciney dos Santos Cunha venho por meio desta, informar a Vossa senhoria que autorizo o(a) pesquisador(a) Nara Nelma de Oliveira Soares, aluna do curso de Pós-Graduação em Letras: Português e Literatura do Instituto Souza, a desenvolver a pesquisa intitulada: “O aprimoramento aa Leitura e Produção Textual mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação”, em Urucará - Amazonas.

Urucará, 29 de novembro de 2019.



GESTOR(A) ESCOLAR

APENDECE B – (TABELA INAF)

Tabela 2 - Níveis de alfabetismo no Brasil conforme o Inaf (2001-2018)

Nível	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2007	2009	2011	2015	2018
BASE	2000	2000	2001	2002	2002	2002	2002	2002	2002
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%	4%	8%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%	23%	22%
Elementar	28%	29%	30%	31%	32%	35%	37%	42%	34%
Intermediário	20%	21%	21%	21%	21%	27%	25%	23%	25%
Proficiente	12%	12%	12%	12%	13%	11%	11%	8%	12%
Total ²	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Analfabeto Funcional*	39%	39%	37%	37%	34%	27%	27%	27%	29%
Funcionalmente Alfabetizados*	61%	61%	63%	63%	66%	73%	73%	73%	71%

Fonte: Inaf 2001-2018

http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf

APENDECE C – (GRÁFICOS SAEB- INEP)

Português, 9º ano

24%

É a proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede municipal de ensino.

Dos 143 alunos, 34 demonstraram o aprendizado adequado.

URUCARÁ

O Ideb 2017 nos anos finais da rede pública atingiu a meta e cresceu, mas não alcançou 6,0. Pode melhorar para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.



SITUAÇÃO DAS ESCOLAS

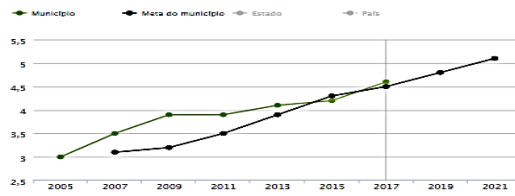
Análise do Ideb 2017. Entenda esta classificação

- Manter: 0,0%
- Melhorar: 20,0%
- Atenção: 40,0%
- Alerta: 40,0%



Veja a situação em cada escola

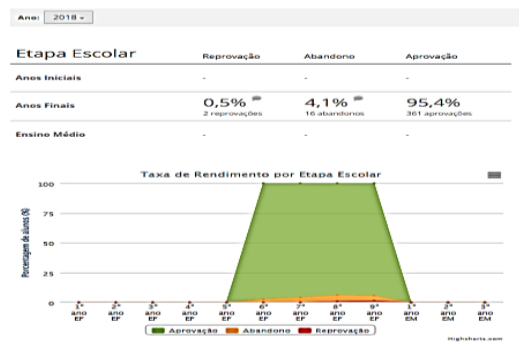
EVOLUÇÃO DO IDEB



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017).

	Atingiu a meta	Cresceu o Ideb	Alcançou 6,00
Manter	✓	✓	✓
Melhorar	✓	✓	✗
Atenção	✓	✗	✓
Atenção	✓	✗	✗
Atenção	✗	✓	✓
Atenção	✗	✓	✗
Atenção	✗	✗	✓
Alerta	✗	✗	✗

Conheça o conceito de Taxas de Rendimento



Anos Finais	Reprovação	Abandono	Aprovação
6º ano EF	0,0% nenhuma reprovação	2,8% 4 abandonos	97,2% 105 aprovações
7º ano EF	0,0% nenhuma reprovação	4,2% 5 abandonos	95,8% 97 aprovações
8º ano EF	1,0% 1 reprovação	5,1% 5 abandonos	93,9% 93 aprovações
9º ano EF	1,4% 1 reprovação	4,3% 4 abandonos	94,3% 67 aprovações

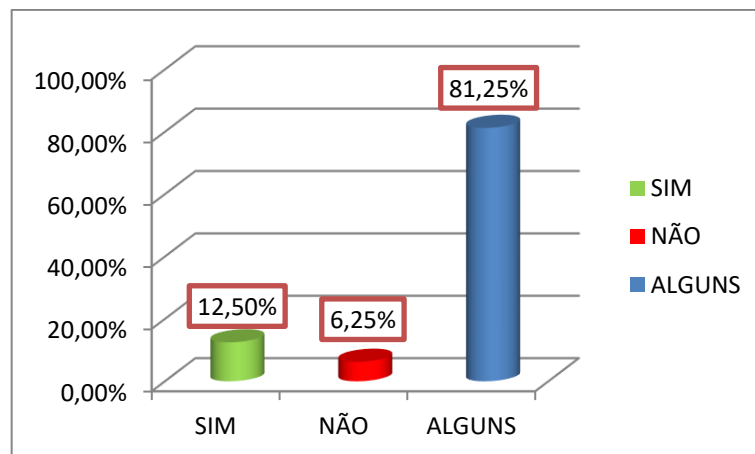
Ensino Médio	Reprovação	Abandono	Aprovação

Fonte:

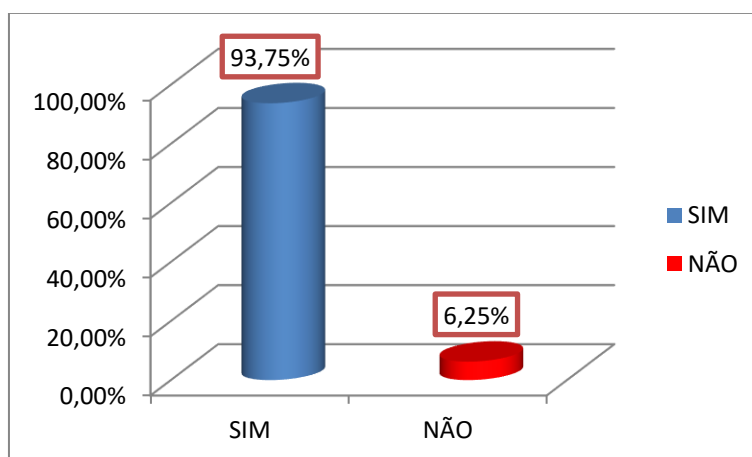
<https://qedu.org.br/escola/277182-esc-mun-professora-maria-dulciney-dos-santos-cunha/taxas-rendimento>

APENDECE D – (GRÁFICO - QUESTIONÁRIO APLICADOS AOS ALUNOS POS APLICAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

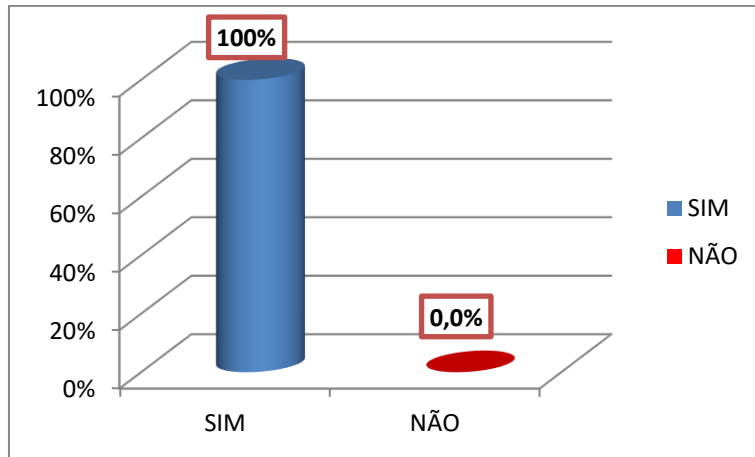
- 1) A proposta de ensinar os conteúdos da disciplina Língua Portuguesa lançando mão de recursos tecnológicos tornou as aulas mais interessantes?



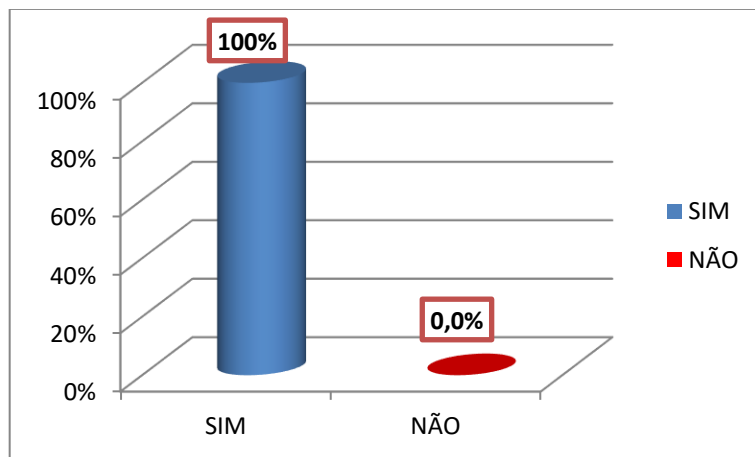
2) A partir dessa experiência envolvendo a utilização do aparelho celular no processo de construção do conhecimento, você concorda que a escola deveria incentivar os demais professores a empregarem esse recurso de forma mais recorrente?



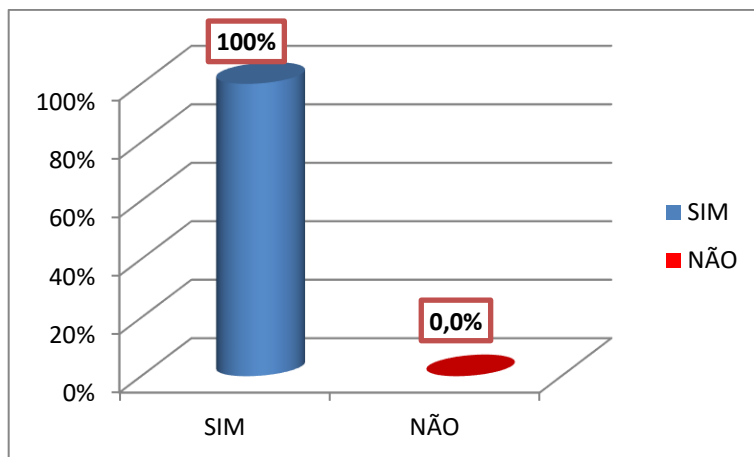
3) Quanto aos aplicativos SnapTube e Du Recorder, contribuem de fato para que você se torne um aluno mais ativo ao gravar e editar seus próprios vídeos?



4) Você aproveitou os seus conhecimentos de mundo ao manusear os aplicativos que foram instalados em seu celular com o propósito de tornar as aulas mais agradáveis?



5) As aulas sobre a Literatura de Cordel ao serem realizadas com o apoio dos aplicativos SnapTube e Du Recorder facilitaram seu aprendizado no que se refere a Leitura e a Escrita?



O SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES SORODISCORDANTES COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO HIV/AIDS

Feliciano, Fabiana Linhatti

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de abordar uma das expressões da questão social do cotidiano do Serviço Social da área da saúde: as relações sorodiscordantes. Trazendo ao conhecimento e reflexão, a práxis do assistente social no enfoque à população que vive com o HIV/Aids e em relação sorodiscordante, buscando conhecer melhor sobre a conjuntura do tema bem como as demandas e intervenções para o profissional de Serviço Social. As relações sorodiscordantes acontecem quando um dos parceiros é soropositivo e o outro não. Pessoas que vivem com o HIV/Aids, possuem uma doença crônica, que necessita de tratamento para toda a vida, porém, a doença não lhes retira as perspectivas de relacionarem-se e serem felizes. No ano de 2016, estimou-se que 36,7 milhões de pessoas estavam infectadas pelo vírus HIV/Aids, neste mesmo ano, mais de um milhão de pessoas morreram por doenças relacionadas à Aids. No Brasil, são estimados 827 mil pessoas infectadas e mais 112 mil ainda não sabem seu diagnóstico. Não existe barreira contra esta epidemia tão eficaz quanto os métodos de prevenção e a informação. Visando estes eixos, a elaboração deste trabalho também pretende contribuir para a produção de conhecimento para o Serviço Social, ainda carente de material de pesquisa neste seguimento. A metodologia aplicada nesta pesquisa foi de natureza básica, de abordagem qualitativa exploratória com procedimentos técnicos bibliográfico, documental, experimental e de levantamentos a partir das observações realizadas durante o estágio curricular obrigatório na graduação de bacharel em Serviço Social, no ano de 2017, no município de Tramandaí/RS. A bibliografia utilizada teve embasamento em livros e artigos científicos que discutem a temática em questão, respaldando o referencial teórico necessário ao objetivo deste tema.

PALAVRAS-CHAVE: HIV/Aids – Serviço Social - Sorodiscordantes

INTRODUÇÃO

A Aids, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, é uma epidemia mundial, estimada no ano de 2017, em cerca de 36,9 milhões de pessoas infectadas, conforme base de dados da UNAIDS. Esta doença teve os primeiros casos identificados nos Estados Unidos, em 1978 e no Brasil, a partir de 1980. Porém, é de consenso entre os

pesquisadores, que a Aids ainda antes, já estava entre nossa sociedade e acometendo muitas vidas.

Enquanto pouco se sabia da doença, inicialmente, a partir das observações do perfil dos pacientes que apresentavam os sintomas de Aids; na maioria homossexuais, bissexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis ilícitas, criando o conceito de grupo de risco, que desencadeou o aumento na contaminação, pois as pessoas que estão fora deste perfil, tornaram-se indivíduos vulneráveis, uma vez que acreditavam estar imunes a esta doença.

A peste gay, como foi considerada a Aids no início da década de 80, tomou proporções de pandemia devido ao estigma social, que associava a doença ao grupo de risco. Aliado ao estigma, o Estado também não atuava no enfrentamento da doença com a ênfase necessária, sendo necessária que muitas mortes ocorressem para chamar a atenção, além da mobilização da sociedade civil para a pressão contra o Estado em favor da elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao combate da Aids.

As décadas de 80 e 90 foram cruciais quanto o conhecimento da Aids, desde sua origem, passando pela descoberta e isolamento do vírus, identificando o processo de infecção até chegar às primeiras drogas de supressão do vírus. Já o novo milênio trabalha com a diretriz dos métodos de prevenção combinada.

Este trabalho visa trazer ao conhecimento e reflexão, a práxis do assistente social que atua na área da saúde e no enfoque à população que vive com o HIV/Aids, com ênfase nas pessoas que vivem em relação sorodiscordante, buscando conhecer melhor sobre o que esta condição e as demandas de intervenção para o assistente social.

Este tema é desafiador, pelos estigmas e preconceitos que permeiam muito do que se refere ao HIV, pois vivemos em uma sociedade ainda deficiente de informação. O referencial teórico e pesquisas acadêmicas também são poucos, o que torna ainda mais relevante este tema para desenvolvimento de um trabalho acadêmico.

Na saúde pública, os assistentes sociais atuam em quatro grandes eixos, a saber: 'atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social, investigação; planejamento e gestão e assessoria, qualificação e formação profissional (CEFESS, 2009, p, 23).

O assistente social que trabalha com as políticas de combate ao HIV/Aids, é um profissional que perpassa as ações cotidianas pertinentes ao exercício da profissão, ele vai além, tendo seu olhar ampliado no que se refere à saúde e bem-estar do ser humano e também comprometido com a equidade da assistência, a acessibilidade, o respeito e a garantia da execução da política pública de saúde. As demandas da população que vive com o HIV são carregadas de reflexos de uma sociedade capitalista, permeada de desigualdades e falta de oportunidades para quem vive com o HIV.

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, é preciso explanar que o Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas expressões da "questão social". Isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho.

A gênese da "questão social" encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. Trabalho e acumulação são duas dimensões do mesmo processo, fruto do trabalho pago e não pago da mesma população trabalhadora, como já alertou Marx (1985). (IAMAMOTO, 2013).

Segundo base em pesquisa realizada no site do CRESS/RJ, os assistentes sociais são profissionais que se inserem nas mais diversas áreas: saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça etc. Com papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, atuam nas relações entre os seres humanos no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços.

A profissão de assistente social surgiu no Brasil na década de 1930. O curso superior de Serviço Social foi oficializado no país pela lei nº 1889 de 1953. Em 27 de agosto de 1957, a Lei 3252, com o Decreto 994 de 15 de maio de 1962, regulamentou a profissão. Em virtude das mudanças ocorridas na sociedade e no seio da categoria, um novo aparato jurídico se fez necessário para expressar os avanços da profissão e o rompimento com a perspectiva conservadora. Hoje, a profissão encontra-se regulamentada pela Lei 8662, de 7 de junho de 1993 que legitima o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais.

O tema escolhido para a elaboração deste artigo são as relações sorodiscordantes, como uma das demandas e expressões da questão social na ótica do Serviço Social. As relações sorodiscordantes ocorrem entre pessoas heterossexuais ou homossexuais, em que um dos parceiros vive com HIV/Aids e o outro não. Também podem ser chamadas de outras maneiras como, sorodivergência, sorodiferença ou parcerias com sorologias distintas.

A Aids é considerada uma expressão da questão social muito presente no cotidiano dos profissionais do Serviço Social. Desde sua descoberta, a partir do início da década de 80, esta doença esteve sempre muito associada às minorias historicamente excluídas,

chamadas "grupo de risco", que são os homossexuais e dependentes químicos. Porém, esta doença não acomete apenas as classes mais empobrecidas ou tão somente os gays e usuários de drogas, ela está no meio de nossa sociedade, independente de gênero, situação financeira ou tipo de relacionamento.

A atuação do assistente social frente a esta questão se faz por diferentes meios. O profissional atua nas ações de dimensão de prevenção, acompanhamentos e incentivos à adesão ao tratamento, nos pré e pós-aconselhamentos, revelação de diagnósticos, na viabilização do acesso aos direitos, na escuta e no acolhimento aos usuários individuais, em grupos, ou com as famílias e na garantia do acesso aos demais direitos concedidos às pessoas com doenças crônicas.

Neste momento revela-se a postura profissional frente à realidade da epidemia no sentido de acompanhar o processo social da doença não através de práticas prontas e acabadas, mas sim construídas de acordo com a demanda, carência e necessidade social, reconhecendo que este público exige dos profissionais conhecimentos específicos para fazer acompanhamento social, o que requer investigação e adoção de estratégias pensadas com base no cotidiano, resgatando identidade, autonomia e emancipação no sentido de promover o fortalecimento humano e social. (RAMOS, 2015).

A Aids é uma doença que envolve questões de ordem psicológica e principalmente social, com destaque para aquelas que envolvem o convívio familiar, a aceitação, o preconceito, estigmas e as diversas manifestações da "questão social".

Nos serviços de saúde, o assistente social desempenha um papel relevante no atendimento especializado para pessoas que vivem com HIV/Aids, que, conforme Clementino reflete:

[...] o assistente social é um profissional requisitado para o trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, procurando dentre outras funções desenvolver ações de prevenção e aconselhamento; acompanhamento do tratamento dos usuários; orientação social; informação acerca dos direitos e deveres e elaboração e execução de projetos sociais que possam contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/Aids. (CLEMENTINO, 2014, p. 15).

Segundo Marilda Villela Iamamoto, acerca da questão social, esta é a base do trabalho do Serviço Social e cabe ao profissional interferir nas suas diferentes expressões através da garantia ao acesso a direitos sociais. Desta forma é necessário um posicionamento crítico inerente da sociedade capitalista como cita a autora:

O Serviço Social tem na "questão social" a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. "Questão social" apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a

apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2006:176).

No prisma do Serviço Social, a questão social é o objeto da prática profissional do assistente social, como define Iamamoto (1999 p 27):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] .. a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (IAMAMOTO, Marilda V. apud MACHADO, Ednéia, 1997).

A questão social, como objeto da prática do assistente social, está no cotidiano do exercício profissional e o embasamento teórico a partir de Marx, capacita para a compreensão crítica acerca da contradição fundamental do modo capitalista de produção. Esta contradição está fundada na relação desigualdade entre a produção e a apropriação da riqueza pelos capitalistas. Não enxergamos a questão social unicamente, mas sim, suas variadas expressões, que se manifestam sob vários pontos de vista, como o político, econômico, trabalho e renda, ambiental, justiça, liberdade, proteção social, relações familiares, entre tantos.

A questão social representa uma perspectiva de análise da sociedade. Isto porque não há consenso de pensamento no fundamento básico que constitui a questão social. Em outros termos, nem todos analisam que existe uma contradição entre capital e trabalho. Ao utilizarmos, na análise da sociedade, a categoria questão social, estamos realizando uma análise na perspectiva da situação em que se encontra a maioria da população – aquela que só tem na venda de sua força de trabalho os meios para garantir sua sobrevivência. É ressaltar as diferenças entre trabalhadores e capitalistas, no acesso a direitos, nas condições de vida; é analisar as desigualdades e buscar forma de superá-las. É entender as causas das desigualdades, e o que essas desigualdades produzem, na sociedade e na subjetividade dos homens. (Machado,2009).

No que se refere às expressões da questão social refletidas na saúde, cita-se a falta de estrutura hospitalar, sucateamento e corrupção do dinheiro destinado à gestão da saúde, insuficiência ao acesso a tratamentos, terapias, exames e medicações, também a falta da

qualidade na prestação do serviço dentro do SUS, as doenças mentais e ocupacionais, a população com doenças crônicas, idosos, HIV/Aids, por exemplo.

O termo 'aidético', apesar de cair em desuso há algum tempo, ainda é muito usado de uma forma pejorativa devido a historicidade da Aids, que esteve muito tempo vinculada à questão da promiscuidade, uso de drogas injetáveis ilícitas e sexo desprotegido.

No contexto do HIV/Aids, as manifestações da questão social são ainda mais abrangentes, pois envolvem questões de ordem psicológica e social, com destaque às que envolvem o convívio familiar, a aceitação, preconceitos e as diversas reações que a condição de soropositivo reflete na saúde, trabalho e processo natural da doença.

[...] o HIV/Aids se apresenta como expressão da "questão social", considerando as problemáticas que envolvem o processo de saúde doença, e no caso específico da Aids, as problemáticas sociais que repercutem na vida social dos sujeitos e adquirem expressão no aumento considerável da doença no contexto brasileiro, sobretudo com o processo de interiorização e pauperização da doença. (CLEMENTINO, 2017).

Segundo o Ministério da Saúde, a Aids é a sigla em inglês do vírus da imunodeficiência humana adquirida. Causador da Aids, o vírus HIV ataca o sistema imunológico, que é responsável pela defesa de nosso organismo contra doenças. As células atingidas são os Linfócitos T CD4+ e é alterando o DNA dessa célula que o HIV faz cópias de si mesmo. Depois de multiplicar, rompe os linfócitos em busca de outros para depois continuar a infecção. O vírus da Aids é transmitido por via parenteral, por via sexual, e da mãe para o filho no curso da gravidez, durante o parto e pelo aleitamento materno. Toda evidência epidemiológica acumulada indica que alimentos, água, insetos e contatos casuais não transmitem o HIV.

No Brasil, a atuação do SUS em todo o território nacional e dos programas e políticas nacionais visando combate de doenças e prevenção em saúde, transformaram a vida da população em diversos contextos. Um desses segmentos, são as pessoas que vivem com o HIV/Aids, que tem-se modificado ao longo dos anos, principalmente pelo fato do progresso relacionado ao surgimento da terapia antirretroviral (TARV) e de seu fornecimento gratuito pelo SUS, que tem resultado no prolongamento da vida, na diminuição de internações por causa das doenças oportunistas e na queda da mortalidade. Porém foi necessária a implantação de políticas públicas e ações governamentais para essa demanda, sendo assim, criados os Centros de Testagem e Aconselhamento, determinando o

compromisso do Programa Nacional de DST e Aids como a promoção, prevenção e acesso ao tratamento na rede de saúde pública.

Na área da saúde, os assistentes sociais se deparam com demandas e expressões da questão social que se somam as expressões provenientes da ótica econômica, política, de trabalho e renda, da seguridade social, de habitação, de justiça, entre tantas.

O Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da "questão social". Isto é, no conjunto de desigualdades que se originam do antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Assistentes sociais se inserem nas mais diversas áreas: saúde, previdência, educação, habitação, lazer, assistência social, justiça etc. Com papel de planejar, gerenciar, administrar, executar e assessorar políticas, programas e serviços sociais, atuam nas relações entre os seres humanos no cotidiano da vida social, por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços. (CRESS/RJ 7ª região).

Atualmente, o Serviço Social atende as demandas com comprometimento em relação aos usuários, valendo-se da autonomia para realizar sua intervenção. O profissional do Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social, onde, em suas diversas expressões, provoca a necessidade da atuação profissional, que é a matéria-prima do trabalho do assistente social.

Na atenção as pessoas que vivem com o HIV/Aids, uma das expressões da questão social mais evidenciada é a dificuldade de adesão ao tratamento antirretroviral. De acordo com dicionário Aurélio, significa constituir o ato de aderir, assentir, aprovar, concordar. Já o termo "aderência", significa a manifestação de solidariedade a uma ideia, a uma causa.

Em relação às atribuições do assistente social no trabalho junto às pessoas que vivem com o HIV/Aids, o sistema Qualiaids³ (2016, p.14), também faz referência à importância das seguintes recomendações:

1. O acolhimento, o fornecimento de informações, o aconselhamento e o desenvolvimento de atividades educativas para as pessoas que vivem com HIV, parceiros, familiares e comunidade.
2. A identificação e o suporte para o enfrentamento de situações sociais e familiares geradoras de sofrimento.
3. O desenvolvimento de atividades de orientação e aconselhamento relacionadas:
4. Ao impacto do diagnóstico na vida afetiva, social e profissional.

5. Às dificuldades no uso dos medicamentos e na adesão ao tratamento relativa aos desafios do cotidiano e às condições sociais objetivas: situações de vulnerabilidade individual e social como o uso de álcool e de outras drogas, desemprego, desestruturação familiar, entre outras.

6. À inclusão dos pacientes nas políticas de saúde e assistência social na perspectiva do reconhecimento e da garantia de seus direitos individuais e da promoção da cidadania.

Sistema Qualiaids é um sistema de avaliação e monitoramento da organização dos serviços de saúde do SUS que acompanham o tratamento da infecção pelo HIV. Foi desenvolvido e validado pela Equipe de Pesquisa Qualiaids, sob a coordenação da Professora Maria Inês Battistella Nemes do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Desde 2002, tem sido aplicado em parceria com a gestão federal do programa brasileiro de HIV/Aids.

7. A disponibilização aos usuários dos recursos institucionais e comunitários existentes.

8. A atualização em relação a leis municipais, estaduais e federais sobre benefícios sociais que podem ser disponibilizados aos que vivem com HIV.

9. O estímulo e a participação na construção de redes de referência e contra referência, incluindo as organizações não governamentais.

10. O desenvolvimento e a contribuição nas atividades de educação permanente dos profissionais de saúde com o objetivo de capacitar para prevenção, diagnóstico e aconselhamento em IST, HIV e hepatites virais.

CONCLUSÃO

Ao encerramento deste trabalho, torna-se possível fazer uma reflexão crítica acerca do tema abordado e seu contexto na sociedade. No que se refere às pessoas que vivem com o HIV/Aids, em relações sorodiscordantes, estas, parecem que lutam muito mais contra os preconceitos velados, estigmas e discriminações em nossa sociedade do que contra as limitações que a doença pode acarretar e os efeitos colaterais que o tratamento também pode ocasionar. Soropositivos, em pleno século XXI, ainda são apontados por 'aidéticos', rótulo que ainda não foi extinto em nossa sociedade.

O profissional do Serviço Social inserido na área da saúde com ênfase nas políticas do HIV/Aids é um importante mediador das políticas públicas de atenção às ações de educação, promoção, prevenção e tratamento; trabalhando com questões que vão além das demandas

espontâneas, fazendo-se necessário, em muitas vezes, na interação com a rede socioassistencial, promovendo o acesso dos usuários aos serviços, viabilizando a garantia de direitos, atuando diretamente no fortalecimento da adesão ao tratamento, na autonomia do usuário, na equidade e na superação das vulnerabilidades específicas, buscando a integralidade no cuidado e contato com a rede Inter setorial.

Em 2018, comemorou-se 30 anos do dia internacional da luta contra a Aids, e o Brasil registrou queda no número de óbitos por Aids. As ações de prevenção, a garantia do tratamento para todos e a melhoria do diagnóstico contribuíram para a queda, além da ampliação do acesso à testagem e redução do tempo entre o diagnóstico e o início do tratamento.

Através da educação e da informação, viveremos em uma sociedade mais justa e teremos indivíduos independentes conscientes de seus direitos e também deveres, contribuindo para uma visão de mundo mais humana.

O assistente social que atua nas políticas de combate ao HIV/Aids, é um profissional que perpassa as ações cotidianas pertinentes ao exercício da profissão, ele vai além, tendo seu olhar ampliado no que se refere à saúde e bem-estar do ser humano e também comprometido com a equidade da assistência, a acessibilidade, o respeito e a garantia da execução da política pública de saúde.

REFERENCIAIS

_____. AIDS.UNAIDS. Disponível em: <https://unids.org.br/2017/07/indetectavel-saude-publica-e-supressao-viral-do-hiv>. Acesso em: 02 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. Aconselhamento em DST, HIV e aids: Diretrizes e procedimentos básicos. Brasília, 2017.

_____.BRASIL. Ministério da Saúde. Qualiaids: Avaliação e Monitoramento da Qualidade dos Serviços Ambulatoriais que assistem adultos vivendo com HIV/AIDS do SUS, Brasília. Disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_qualiaids.pdf. Acesso em: 31 dez. 2019.

Casais Sorodiscordantes / ABIA Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – Rio de Janeiro, 2004.

Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

_____.CLEMENTINO. M. O. Serviço social e HIV/Aids: Uma análise da prática profissional no serviço de assistência especializada e HIV/Aids e Hepatites Virais (SAE) do município de Campina Grande-PB. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em serviço social). Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, Campina Grande, PB: 2014. Disponível em. www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/092.PDF. Acesso em: 02 jan. 2020.

_____.CLEMENTINO. M. O. O HIV/Aids como expressão da "questão social": demandas de intervenção para os/as assistentes sociais. Artigo (Graduação em serviço social). Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, Campina Grande, PB. Disponível em. https://editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV071_MD1_SA7_ID2168_15052017191854.pdf. Acesso em: 31 dez. 2019.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. Brasília, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. V. As dimensões Ético Políticas e Teórico Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. Ana Elizabete Mota [et. al.], (org.), São Paulo: Cortez, OPAS/OMS, Ministério da Saúde, 2006. pág. 176.

_____.IAMAMOTO, Marilda V. O Brasil das desigualdades: "questão social", trabalho e relações sociais, 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. apud MACHADO, Ednéia. Questão Social: Objeto do Serviço Social. . 1997, p. 14.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____.Lei Nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL LOAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acesso em: 02 jan. 2020.

Política Nacional de DST/AIDS: princípios, diretrizes e estratégias. Secretaria de Políticas de Saúde, CN DST/AIDS, Brasília, 1999.

PERCEPÇÕES SOBRE O PAPEL DO ERRO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA.

Gonçalves, Daniela Cristina *

RESUMO: A avaliação assume caráter essencial na prática docente, onde o erro deve adquirir um valor pedagógico rumo à aprendizagem e ao sucesso escolar. Objetivou-se, com esse estudo, identificar, compreender e criar estratégias a fim de desenvolver e estimular processos cognitivos fundamentais envolvidos na aprendizagem da criança. A metodologia contou com a pesquisa de cunho bibliográfico, que possibilitou o levantamento de informações necessárias para fundamentar o trabalho. Enfim, os professores percebem que o erro tem um importante papel na aprendizagem das crianças.

PALAVRAS-CHAVES: Avaliação. Erro. Aprendizagem. Crianças

INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem, na educação é de suma importância no processo de formação do conhecimento das crianças.

Em todo processo de avaliação, o foco deve ser na melhoria da aprendizagem. Dessa forma, o “erro” precisa ser utilizado como um recurso para o efetivo desenvolvimento da aprendizagem.

A avaliação passou por muitas fases desde a Escola Tradicional, onde os alunos não aprendiam de forma significativa, mas apenas memorizavam. Essa escola utilizava-se do erro apenas para classificar os alunos e indicar as inadequações. O erro, então, era caracterizado como uma forma de classificar, pois os alunos que obtinham sucesso recebiam premiações, e aos que erravam restavam os castigos e as humilhações.

Durante muito tempo, o papel da avaliação se resumiu à seleção e classificação de alunos. O “erro” foi considerado como determinante da incapacidade do aluno, quanto aos conhecimentos e comportamentos não assimilados, uma vez que o aluno não era considerado como parte integrante do processo de aprendizagem.

No entanto, no contexto atual, os professores devem procurar tirar proveito do erro, ou seja, ensinar a partir daquilo que o aluno revelou que ainda não sabe. Segundo Luckesi (2008), faz-se necessário ver o erro como fonte de aprendizagem e não como fonte de castigo.

A partir daquilo que o aluno erra, o professor deve fazer intervenções pedagógicas buscando garantir o maior desenvolvimento possível da aprendizagem, criando estratégias que garantam a compreensão, o questionamento, a participação e a reflexão crítica.

* Aluna do Curso de Pós Graduação do Instituto Souza

Jussara Hoffmann (2001) mostra que hoje, em pleno século XXI, a ação avaliativa deve ir além da função que tinha na escola tradicional, pois no contexto atual se deve conceber a avaliação como mediadora da aprendizagem.

Ação avaliativa mediadora é o “prestar muita atenção” nas crianças, nos jovens, eu diria, “pegar no pé” desse aluno, mesmo insistindo em conhecê-lo melhor, em entender suas falas, seus argumentos (...) fazendo-lhes novas e desafiadoras questões, “implicantes”, até na busca de alternativas para uma ação educativa voltada para a autonomia moral e intelectual. (HOFFMANN, 2001, p. 31)

Dessa forma, as questões investigadas por esse estudo foram norteadas pelas seguintes indagações: que análises são realizadas pelos professores sobre as questões que os alunos erram? Os professores têm observado os principais erros dos alunos? Quais os instrumentos avaliativos são mais utilizados pelos professores? Diante de erros constantes, os professores replanejam seu trabalho? Nesse sentido, o presente estudo objetivou aprofundar os estudos sobre a avaliação e a forma como o “erro” é tratado nas escolas e suas consequências no processo ensino-aprendizagem.

A escolha desse tema justifica-se pelo interesse em compreender como o erro pode ser utilizado como forma de aprendizagem, a fim de garantir uma avaliação concreta, a serviço da eficácia do processo ensino-aprendizagem e do bom desenvolvimento de todos as crianças.

Sendo assim, espera-se que, a partir do aprofundamento teórico decorrente dos estudos realizados para a execução desse trabalho, os profissionais da educação possam, assim, ter acesso a um material que lhes permitam refletir e implantar novas práticas pedagógicas no ambiente escolar a partir do erro, fazendo uma reflexão sobre o mesmo.

O objetivo geral, do presente estudo consistiu em identificar, compreender e criar estratégias a fim de desenvolver e estimular processos cognitivos fundamentais envolvidos na aprendizagem da criança. Os objetivos específicos, por sua vez, procuraram: identificar, compreender e criar estratégias a fim de desenvolver e estimular o aprendizado efetivo e a forma como o erro é tratado pelos professores; identificar a melhor forma de se avaliar visando à eficácia do processo ensino-aprendizagem das crianças, e, finalmente compreender os processos cognitivos fundamentais envolvidos na aprendizagem rumo à aprendizagem e ao sucesso desde o início de sua vida escolar.

Para a realização desse estudo, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, com materiais já publicados na literatura sobre a avaliação escolar, de forma especial naqueles autores que abordam a avaliação numa perspectiva formativa, a qual considera o erro como fonte de aprendizagem.

HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem percorreu um caminho longo até o que presenciamos hoje, início do século XXI. Todos os momentos foram essenciais para que hoje a avaliação tenha as características que apresenta.

Nos primórdios, a avaliação era o instrumento de medida por excelência utilizado pelos professores. Os testes eram padronizados, e elaborados para verificação do rendimento do aluno, onde o seu desempenho tinha um valor absoluto. Os resultados desses testes eram utilizados para selecionar e classificar, discriminando os alunos que “tinham inteligência” dos que não aprendiam.

Nesse sentido, Alfred Binet, em 1905 criou os testes de inteligência para medir o Q.I (Quociente Intelectual), pois avaliar se resumia a medir as capacidades de cada um. Se o aluno não se desenvolvesse o problema era só dele, era sua responsabilidade, sem participação da escola e do professor.

A partir da década de 1940 até os anos de 1960, a avaliação passou a se referir à ideia de descrição de comportamentos, estabelecidos por meio de objetivos comportamentais. Neste contexto, surge o termo Avaliação Educacional (Tyler, 1943). A avaliação passou a ter por finalidade verificar o desempenho do aluno confrontando-o com os objetivos do currículo escolar. O avaliador centra seu trabalho na descrição de padrões e critérios, a fim de verificar se os objetivos curriculares pretendidos se concretizaram na prática, se foram realmente alcançados.

Foi muito valiosa a contribuição de Tyler para o sistema de avaliação daquele momento, que passou a ter caráter mais sistemático, em que a verificação do conhecimento seria norteadada por padrões e objetivos do currículo escolar.

A avaliação nas décadas de 1960 e 1970 estava associada à ideia de julgamento de valor. Já nesse momento o professor julga o aluno e a sua conduta. A avaliação, assim, tem por finalidade verificar o mérito do aluno. Em 1980 a avaliação era entendida como um processo interativo e cheio de negociações, envolvendo preocupações, proposições, controvérsias em relação ao aluno e o processo de avaliação.

A reflexão sobre a avaliação passou a conter as preocupações com os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Começaram a acontecer momentos interativos entre profissionais da educação para identificação das concepções comuns, dos dissensos e das tomadas de decisões sobre a construção do conhecimento.

Por fim, a avaliação no contexto atual se mostra preocupada com o processo ensino-aprendizagem, com a metodologia dos professores, que deve ser diferenciada para alcançar o desenvolvimento integral de todos os alunos, e com as formas de avaliar, utilizando-se do

melhor tipo de avaliação que possibilite acompanhar o desenvolvimento da turma e de cada aluno em particular.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Segundo Méndez (2002) a avaliação da aprendizagem deve estar a serviço de quem aprende, ou seja, devemos avaliar para conhecer e garantir ao aluno o seu desenvolvimento. A partir dos erros, das dúvidas, da participação dos alunos durante as aulas são explicitadas informações que oferecem ao professor informações para que este proponha atividades significativas que garantam um processo contínuo de aprendizagem.

A Avaliação está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), de forma especial no seu artigo 24, inciso V, que determina que ela deve ser contínua e cumulativa, possibilitando o acompanhamento do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A referida Lei dispõe ainda que a avaliação deve proporcionar a reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela escola, integrando professores e profissionais da educação, pais e alunos e, assim, atingindo os objetivos de formação cidadã para uma educação democrática.

De acordo com Zabala (1998)⁶, a avaliação envolve os conteúdos factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais. Conteúdos factuais são avaliados de acordo com o conhecimento de fatos, situações, dados e fenômenos concretos presenciados ou não pelos alunos. Os conteúdos conceituais envolvem o conceito - conjunto de fatos, objetos, ou símbolos que tem características comuns. Ao avaliar os conteúdos conceituais deve-se apreciar a qualidade da resposta do aluno e o seu conhecimento e compreensão sobre determinado assunto. Os conteúdos procedimentais são avaliados a partir da ação (aprende-se a ler, lendo), do exercício contínuo (não basta fazer só uma vez), e da reflexão sobre a ação (tornar a ação consciente). E, por fim, os conteúdos atitudinais são avaliados a partir das atitudes, posicionamentos e participações em situações vivenciadas. A aprendizagem dos conteúdos atitudinais supõe conhecimento, reflexão, análise, tomada de posição, revisão e avaliação da própria atuação.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Ao longo do processo ensino-aprendizagem é pertinente considerar a existência de três modalidades de avaliação, ao saber: avaliação diagnóstica, formativa e somativa.

a) Avaliação Diagnóstica

Este tipo de avaliação deve ser realizada antes da introdução de um determinado assunto a ser trabalhado, no início de um processo de ensino-aprendizagem. O professor deve realizar essa avaliação com o objetivo de identificar os conhecimentos prévios, os domínios e dificuldades dos alunos na aprendizagem. A partir dos dados

⁶ <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>

decorrentes dessa avaliação, o professor pode escolher a metodologia mais adequada para o seu plano de ensino, obtendo mais êxito no desenvolvimento da aprendizagem de acordo com o que foi identificado nos alunos.

Para Luckesi (2003), a avaliação diagnóstica é um instrumento fundamental que auxilia cada aluno no seu processo de desenvolvimento e crescimento para a autonomia, o que garantirá sempre relações de reciprocidade, pois a partir desta avaliação o professor busca atender às necessidades dos alunos e adequar a sua prática de acordo com as características da turma.

b) Avaliação Formativa

Essa modalidade de avaliação ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem, com vistas à identificação das dificuldades e ao ajustamento da prática pedagógica. A partir dos resultados dessa avaliação, o professor deve adequar a sua metodologia com a finalidade de melhorar o desenvolvimento dos alunos.

A avaliação formativa é interessante, pois ela não tem o seu sentido em uma prova escrita final, ou ainda em um diagnóstico, o seu foco é o processo, a construção e a formação de aprendizagens. Essa prática é de grande importância, porém demanda muito tempo, atenção e dedicação para se observar como o aluno aprende, o que não aprendeu e o que ainda precisa aprender. No entanto, o diálogo entre professor e aluno se faz com muita naturalidade. Assim o aluno se sente à vontade para questionar, expor a sua opinião, fazer críticas, ou seja, o aluno participa mais da aula e aprende muito mais.

A finalidade da avaliação, ao desencadear estudos, não é assim, a de simplesmente observar se os alunos apresentam ou não condições de “dar conta” das propostas delineadas, ou perceber, de início, os que apresentam mais ou menos dificuldades em determinada área. Mas a de conhecê-los cada vez melhor, tateando em busca de questões que verdadeiramente os provoquem a agir, à escuta de suas próprias questões, propondo em conjunto situações que lhes sejam verdadeiramente problemáticas a ponto de lhes despertar a atividade, a curiosidade [...] (HOFFMANN, 1995, p. 86).

Podemos destacar a avaliação formativa como elemento primordial da avaliação escolar, pois o seu objetivo maior se situa no processo ensino aprendizagem, considerando os ritmos e processos de aprendizagem diferentes de cada aluno. Neste sentido, a avaliação é integrada, o aluno, o professor, a comunidade, a família, todos estão envolvidos no processo ensino aprendizagem.

c) Avaliação Somativa ou Classificatória

Essa avaliação acontece no final do processo de ensino-aprendizagem com a finalidade de selecionar ou classificar os alunos por meio de notas. São aplicadas provas escritas finais em que o professor avalia seus alunos quanto ao conteúdo acumulado e o conhecimento

adquirido classificando-os partindo da nota atingida por eles. O aluno no final do ano vai ser promovido de acordo com o seu aproveitamento e rendimento alcançados.

Temos sim que falar de resultados, de competências, de objetivos alcançados, no entanto, ao longo do ensino-aprendizagem devemos incentivar, animar e potencializar a autoestima, estimular os alunos a aprender cada dia mais.

OS DIVERSOS SENTIDOS DO ERRO

O erro pode ter um caráter de penalização, quando a criança não corresponde a um determinado padrão pré-estabelecido e não tem a chance de tentar outra vez, quando somente ele é responsável por seu erro e depois dele vem o castigo por ter errado e ser incapaz. Por outro lado, o erro pode ainda assumir um caráter de confiança do professor no aluno, e quando a criança erra o professor busca transformar o erro em acerto, os dois juntos trabalharão para que o aprendizado aconteça.

Quando um aluno, em uma prova ou em uma prática, manifesta não ter adquirido determinado conhecimento ou habilidade, através de uma conduta que não condiz com o padrão existente, então podemos dizer que ele errou. Cometeu um erro em relação ao padrão. (LUCKESI, 1988, p.138).

O erro só acontece quando se tem um padrão do que é correto. Há, no entanto, um esforço para se conseguir realizar alguma atividade com sucesso, podendo haver também o insucesso quando há dificuldade no processo.

Segundo Luckesi (1988), o erro pode ser usado como "fonte de virtude", e isso acontece quando o erro é identificado e compreendido, quando o professor observa os seus alunos de maneira a verificar onde ocorreu o desvio na aprendizagem. É preciso saber como é o erro e como ele aconteceu e ainda superá-lo utilizando recursos significativos. Através da reflexão por parte do aluno, juntamente com o professor, é possível que o erro seja um suporte para a construção do conhecimento.

A prática da avaliação deve proporcionar uma boa compreensão por parte do educando e do educador, ambos devem trabalhar juntos na construção de resultados satisfatórios da aprendizagem. O professor deve incentivar o crescimento através do reconhecimento do esforço do educando, e buscar possibilidades de melhorar o rendimento e o desenvolvimento dos alunos.

Precisamos saber o que os alunos estão aprendendo e o modo como o estão fazendo, as estratégias de raciocínio, de argumentação e de aplicação que utilizam. Precisamos saber se o que aprendem está relacionado com o que ensinamos e de que modo podemos ensinar com formas que estimulem e

potencializem suas próprias qualidades de aprendizagem(...).
(MÉNDEZ, 2002, p. 84).

Nesse sentido, se o professor observa como seus alunos aprendem, ele é capaz de organizar a sua metodologia para estimular o maior aprendizado possível, visando sempre o melhor desenvolvimento dos alunos. É preciso ter clareza quanto à informação que é dada aos alunos nas atividades, e também na correção dos seus trabalhos e das suas tarefas, contribuindo assim para encontrar as soluções a tempo, evitando a reprovação, melhorando e aperfeiçoando as aprendizagens.

Além disso, ao planejar a prática pedagógica, o professor deve levar em consideração cada aluno, para que todos tenham a oportunidade de aprender. A avaliação deve ter funções essencialmente formativas, para que contribua com o aperfeiçoamento da prática do professor e também da aprendizagem do aluno.

Para que assim aconteça, primeiramente é necessário avaliar para poder conhecer, entender como o seu aluno aprende para ajudá-lo, compreender seu ponto de vista e levá-lo em consideração no momento de planejar a sua prática pedagógica. O aluno aprende desde que o professor ofereça recursos necessários a esta aprendizagem, assim também como erra no processo de desenvolvimento do seu próprio pensamento, quando não compreende ou não aprende determinado conteúdo.

Dessa forma, a correção indicará o caminho adequado e o aluno poderá reelaborar sua resposta a partir das orientações e indicações dadas pelo professor. Pois, quando o aluno erra, está manifestando uma dificuldade de aprendizagem e indicando em que ele precisa de ajuda para aprender.

A nota baixa deve ser vista como uma oportunidade de reensinar e reorientar o aluno para que aprenda e supere o erro. Para isso, tanto os pais quanto a própria família devem se envolver na aprendizagem, buscando não apenas que o aluno tenha um bom desempenho, através de notas e elogios, mas que ele realmente aprenda.

Além disso, uma avaliação com qualidade, sem questões confusas, que realmente sirvam para identificar onde está a dificuldade dos alunos, vale muito para se exercer a prática consciente no processo avaliativo. Explorar exageradamente a memorização, não ter critérios de correção, utilizar palavras que confundem o aluno, não contribuem para que os alunos tenham um bom resultado.

É importante diferenciar as formas de avaliar para tornar a aprendizagem acessível a todos os alunos, pois a motivação proporcionada aos alunos tem papel ativo na construção da aprendizagem a partir do erro e assim torna-la mais eficaz. E para mudar as práticas de avaliação deve-se mudar a escola, pois a avaliação está no centro do sistema didático e do sistema de ensino.

De acordo com Perrenoud (1999), a avaliação está no centro de um octógono, devem-se considerar todas as relações envolvidas neste sistema, as interdependências e as complexidades da avaliação. As oito relações são: Família e escola; Organização de turmas, individualização; Didática, métodos de ensino; Contrato didático, relação pedagógica, ofício de aluno; Acordo, controle, política educacional; Planos de estudos, objetivos, exigências; Sistema de seleção e de orientação; Satisfações pessoais e profissionais.

Estas oito relações devem estar presentes nas propostas avaliativas dos professores, para que assim criem uma dinâmica favorável ao processo avaliativo.

Alguns professores têm dificuldades e angústias ao avaliar os seus alunos, pois sabem que nenhum instrumento é o suficiente perfeito para alcançar todas as aprendizagens dos alunos. No entanto, há aqueles que infelizmente gostam de usar a avaliação como recurso de repressão em vez de atuar como um bom orientador que leva o aluno a uma aprendizagem efetiva.

Um outro aspecto a ser observado é que muitos professores e pais acreditam que as notas traduzem toda aprendizagem, no entanto a verdadeira aprendizagem está mais explícita no comportamento e participação do aluno do que em avaliações escritas, às vezes aterradoras, deixando os estudantes nervosos e sem condições de fazer uma avaliação que mostre a sua verdadeira aprendizagem.

Nesse sentido Luckesi (2003) vem nos mostrar que a avaliação não se destina a um julgamento definitivo sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois não deve ser um ato seletivo. O autor deixa claro que a avaliação deve servir para melhorar o desenvolvimento do aluno a partir do processo de construção do conhecimento que se dá a partir dos erros e acertos.

A autora Hoffman (2003), ressalta que "o professor organiza momentos de estruturação do pensamento, favorecendo ao aluno a objetivação de suas ideias e a consolidação dos conceitos e noções desenvolvidos" (2003, p.70)

Na proposta de avaliação descrita pela autora acima, o professor deve propor momentos de estudo, em que o aluno dedica parte de seu tempo para organizar suas ideias e aprofundar seus estudos, tanto em casa quanto em sala de aula. Criando momentos como esses, o professor tem condições de melhor avaliar os alunos, analisar os seus avanços, suas etapas de desenvolvimento e assim fazer uma interpretação mais cuidadosa, de modo a refletir sobre as respostas dadas pelos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desse estudo observou-se que a avaliação da aprendizagem, se fazem presentes nos processos cognitivos fundamentais na aprendizagem da criança. Cabe ao professor lidar com os impasses presentes no seu trabalho com muito dinamismo e

atenção, criando estratégias, identificando e compreendendo as metodologias que são essenciais para a educação.

A avaliação requer estudo, reflexão e ação. Como educadores devemos buscar o conhecimento e inovar, fazendo um planejamento adequado, de forma a promover o desenvolvimento do aprendizado por meio das intervenções necessárias frente ao erro. Somos formadores de sujeitos e devemos fazer a educação de forma crítica e consciente; nesse sentido aproveitaremos melhor o tempo e garantiremos a aprendizagem de todos os alunos. É preciso um novo olhar em relação à avaliação e à aprendizagem de cada criança, tratando o erro como uma forma de promover o conhecimento.

REFERÊNCIAS

_____. **Avaliação**: Mito e desafio. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. 104 p.

_____. Avaliar para promover. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. 142 p.

Coleção veredas: formação superior de professores. Belo Horizonte: SEE-MG, 2002. Módulo 1, v 4. p. 131-143.

HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação mediadora**. 19. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 197 p.

JUNFLES, Daniela Elaine. Pedagogia Diferenciada. **Presença pedagógica**, Belo Horizonte, v. 17, n. 98, p. 15-21, mar./abr. 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 180 p.

MÉNDEZ, Juan Manuel Alvarez. **Avaliar para conhecer/examinar para excluir**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Os eixos organizadores da educação no Brasil**. In: MINAS GERAIS. Secretaria do Estado da Educação.

VIANA, Heraldo Marelím. Avaliação e objetivos. **Estudos em avaliação educacional**. Fundação Carlos Chagas, n.17, p.73-135, jan./jun.,1998.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 set 2012.

REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DA MULHER

Azevedo, Teresa Cristina Sousa ¹

RESUMO

O presente estudo objetiva-se elencar os impactos que a reforma trabalhista trouxe para o trabalho da mulher. Propõe-se conceituar o termo direito do trabalho, relatar a história da proteção do trabalho da mulher, analisando o cenário antes da reforma trabalhista de 2017, bem como, a análise da referida lei nº13. 467/2017 de forma detalhada e esmiuçada sobre as inovações trazidas no seu texto, o seu trâmite, a sua aplicação atual e consequências jurídicas, conjuntamente as minúcias sobre o impacto pós reforma trabalhista em relação ao direito das trabalhadoras. Visando atingir tais objetivos, se utilizará o método indutivo, de forma a alcançar os resultados do manifesto estudo científico, analisando a legislação, artigos publicados na internet, notícias jurídicas e fazendo referência as decisões judiciais bem como a aplicação no campo teórico e prático, balizando as normas protetivas da mulher no trabalho brasileiro.

PALAVRAS – CHAVE: Mulher, Reforma trabalhista; CLT

INTRODUÇÃO

Antigamente a mulher era vista como dona do lar, mãe, cuidadora. As convenções do início do século ditavam que o marido era o provedor do lar, inclusive a bíblia sagrada. A sociedade impunha que a mulher não precisava trabalhar e não deveria ganhar seu dinheiro, deveria ser totalmente dependente do homem. Ainda Segundo Silva e Araújo (2018) “muitas mulheres faziam doces por encomendas, arranjos de flores, bordados, costuras em geral, cuidavam de crianças para terem sua própria renda, mas eram pouco valorizadas”.

Mesmo sendo assim, com essa discriminação as mulheres aos poucos foram conquistando seu espaço no mercado de trabalho, vagarosamente as mulheres vão ampliando seu espaço na economia nacional. O fenômeno ainda é bem lento, mas constante e progressivo. A mulher deixou de ser apenas um membro da família e passou a ser comandante e exemplo em várias situações.

No Brasil, a Constituição de 1934 foi a primeira que trouxe garantias trabalhistas aos trabalhadores, que incluiu a fixação do salário mínimo, jornada não superior a 8 horas diárias, repouso semanal, férias remuneradas entre outros. Porém o marco da história do direito do trabalho, foi no ano de 1943, mais precisamente no dia 1 de maio onde houve o advento da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

A CLT de 1943, foi de suma importância no que tange a efetivação das leis trabalhistas. Após tal acontecimento até os dias atuais houveram muitas

adições de leis específicas como o fortalecimento da mulher no cenário do mercado de trabalho e regulamentação do trabalho doméstico, a exemplo a promulgada a CF/88 (Constituição Cidadã), que se estabeleceu um patamar de garantias consolidadas constitucionalmente, a partir da ideia do surgimento do Estado Democrático de Direito baseado no princípio da dignidade da pessoa humana, ideais de sociedade política livre e igualitária, justa e estruturada.

Dentre os direitos constitucionais assegurados aos empregados urbanos, rurais e domésticos, destaca-se a “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei”(art. 7º, inciso XX, da CR/88), proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, inciso XXX, da CR/88), e, ainda, a licença à gestante, “sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias” (art. 7º, inciso XVIII, CR/88).

Dentre os direitos especiais assegurados à mulher, de maneira a resguardar a igualdade e prevenir práticas abusivas e discriminatórias, o legislador celetista definiu uma série de medidas especiais e protetivas a seu favor, previstas no Capítulo 3, da CLT: Da Proteção do Trabalho da Mulher (art. 372 a 401).

Porém assim como outros tantos dispositivos da CLT foram alterados pelo legislador reformista, também as normas referentes à proteção da mulher sofreram alterações referentes ao exercício de atividade insalubre e a regra do intervalo especial concedido, para fins de amamentação, até que a criança complete 06 meses de vida.

A escolha da temática justifica-se pelo fato de que as alterações trazidas pelo legislador deveriam resultar em segurança e melhorias para as partes vulneráveis em uma relação jurídica, já que o Direito em si luta pela justiça e igualdade de forma legal. Entretanto, nem sempre é isso que acontece: em muitos dos casos, as modificações feitas pelo legislador vêm até para tirar os direitos que um dia foram garantidos a grupos desamparados.

O artigo tem como objetivo geral elencar os impactos que a reforma trabalhista trouxe para o trabalho da mulher e especificamente conceituar o termo direito do trabalho, relatar a história da proteção do trabalho da mulher e analisar o cenário antes da reforma trabalhista de 2017. Diante disso o estudo tem como seguinte problemática: Quais os impactos da reforma trabalhista no trabalho da mulher?

O estudo em questão conceitua o Direito do Trabalho na sessão 2, de modo que auxilia os leitores a entenderem a legislação trabalhista. Na sessão 3 será relatada a história da proteção do trabalho da mulher antes da lei 13.467/2017 e a última sessão de número 4 indicará como ficou a proteção do trabalho da mulher após a lei nº 13.467/2017.

DIREITO DO TRABALHO

O Direito do é o ramo da ciência do direito que tem por objeto normas jurídicas que disciplinam as relações de trabalho subordinado, determinam

os seus sujeitos e as organizações destinadas à proteção desse trabalho, em sua estrutura e atividade.

Segundo as Consolidações das Leis Trabalhistas, o Direito do Trabalho é definido por conjuntos de princípios cujas principais funções são instrutivas, interpretativas e normativas. Turolla (2017, p. 2) desenvolve esses conceitos em seu artigo:

Instrutiva: função de nortear o legislador para que este proponha leis que estejam alinhadas com os valores defendidos pelos princípios. Estas propostas devem sempre estar em concordância com os princípios constitucionais, além dos propostos em cada ramo do direito.

Interpretativa: auxiliar diretamente os aplicadores do direito e a magistratura no momento de tomar decisões em relação aos processos da justiça do trabalho.

Normativa (Integrativa – art. 8º, CLT) – os princípios também têm uma função integrativa. Isso significa que eles servem para preencher uma suposta lacuna em situação que não está prevista em lei. Nestes casos, pode-se usar um princípio para dar base à decisão do Judiciário.

Essas funções instrutivas têm como meta conduzir a validade dos princípios em casos concretos, auxiliando o judiciário ao garantir eficácia por meio de sua aplicação nos processos trabalhistas, e também servindo de amparo quando a lei for omissa.

Além disso, essa esfera é regida por regras que vinculam uma relação de subordinação entre empregado e empregador, visando sempre a melhoria das condições de trabalho aos prestadores de serviço.

Para Martins (2007, p. 3), Direito do Trabalho:

[...] é o conjunto de princípios, regras e instituições atinente à relação de trabalho subordinado e situações análogas, visando assegurar melhores condições de trabalho e sociais ao trabalhador, de acordo com as medidas de proteção que são destinadas.

Delgado (2005, p. 5), entende que conceituar esse ramo pode ser algo muito extenso, e relata em um de seus parágrafos:

O Direito do Trabalho é ramo jurídico especializado, que regula certo tipo de relação laborativa na sociedade contemporânea. Seu estudo deve iniciar-se pela apresentação de suas características essenciais, permitindo ao analista uma imediata visualização de seus contornos próprios mais destacados.

O Direito do Trabalho, como citado, é regido por normas, regras e, inclusive, princípios que asseguram o empregado. Conseqüentemente, seu objeto é o trabalho subordinado. A Consolidação das Leis Trabalhistas é uma asseguradora que trata do trabalhador que se enquadra em tal condição, sendo este a pessoa que presta serviços ao empregador.

O Direito do Trabalho se aplica tanto ao Direito Individual quanto ao Direito Coletivo. O Direito Individual é aquele que cuida dos princípios e regras jurídicas que zelam pelas relações empregatícias e as relações de trabalho individualizadas. Já o Direito Coletivo tem como escopo proteger

as relações coletivas, tal como os acordos coletivos e convenções coletivas de trabalho.

Uma das finalidades do legislador é a melhoraria nas condições de trabalho dos trabalhadores, proporcionando um ambiente salubre, com um salário que possa lhes trazer uma vida digna e que os capacite a desenvolver seu papel social.

Para que a lei seja cumprida corretamente, o Direito do Trabalho tem um princípio de suma importância que se aplica nas relações entre subordinado e subordinador, sendo ele o princípio da proteção. Juris Blog (2018, p. 6) expõe sobre tal conceito:

O princípio da proteção é o principal princípio orientador do Direito do Trabalho. Como ressaltado anteriormente, a relação formada entre patrão e trabalhador é desigual, na medida em que este está necessariamente subordinado àquele. O direito do trabalho, portanto, visa sanar essa desigualdade ao conferir algumas garantias ao empregado, que é a parte hipossuficiente desta relação.

Desse modo, o Direito do Trabalho tem como base o princípio à proteção, enquanto o Direito Privado defende o princípio da igualdade jurídica. Diante desse fato, ele será sempre aplicado de modo a favorecer o trabalhador e suas situações sociais.

HISTÓRIA DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER ANTES DA LEI 13.467/2017

Desde de antiguidade a mulher sempre foi vista como um ser inferior ao homem, principalmente no que engloba questões salariais e sobre jornadas de trabalho. Porém nas últimas décadas, houve uma crescente inserção da mulher no mercado de trabalho em diversas áreas que antes não ocupava, bem como uma crescente transformação das relações interpessoais e de hierarquização de poder entre os gêneros, neste contexto.

Segundo Meirelles (2016), “a associação do capital com o trabalho da mulher teve maior influência com a Revolução Industrial, quando as mulheres foram inseridas no ambiente das fábricas onde o trabalho feminino era explorado em jornadas altas, com salários inferiores aos dos homens, inclusive exercendo as mesmas funções e eram expostas a péssimas condições de trabalho sem quaisquer direitos e garantias”. Posteriormente, as Guerras Mundiais fortaleceram esse cenário, quando muitos homens foram convocados e precisaram ser substituídos no trabalho. Porém, de acordo com a autora, após a Segunda Guerra, as mulheres teriam voltado majoritariamente para o âmbito privado e familiar, pois o trabalho nas fábricas era visto como nocivo à dinâmica familiar e materna.

Não só o trabalho feminino era considerado inferior ao trabalho masculino, como o trabalho doméstico e de cuidado com a família era necessariamente responsabilidade da mulher. Este cenário contribuiu para

manutenção da cultura de subjugação na qual a mulher é dependente financeiramente do homem.

Pena (1981) cita trechos do Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1934, que ilustram este contexto. Dentre eles: "A fim de evitar conflito entre a mulher que trabalha e a sociedade, deve-se reconduzi-la à família, que abandonou por condições econômicas" e "o trabalho feminino diminui o apego familiar e destrói a unidade moral da família". Esses trechos deixam clara uma visão de que a mulher tem um dever com a família diferente daquele do homem, e que caberia somente a ela. Assim, o trabalho seria uma atividade que a coloca em falta com este dever.

No entanto, outro viés se desdobra a partir da Revolução Francesa (1789), onde surge ideais de igualdade, fraternidade e liberdade, ideias iluministas começam a influenciar toda a sociedade Francesa que se expande por todo o mundo com o passar dos anos. A partir de tais ideais, veio à tona a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na qual influenciou diversos movimentos sociais e que também ensejou a criação de diversas normas trazidas pela CF/88.

Thome (2015) explana que o primeiro documento oficial brasileiro a se referir ao trabalho da mulher é a Constituição Federal de 1934, a qual não tinha como objetivo tratar as condições de trabalho (precárias e discriminatórias), mas sim, reafirmar a segregação por conta da fragilidade da mulher perante o homem. Esta Constituição proibia a discriminação entre os sexos e também salientava que não poderia haver diferenciação de salário por motivo de sexo.

Andreucci (2014) relata que foi a partir da Constituição de 1934, que a mulher realmente pode ter voz, quando se instaurou o direito ao voto de ambos os sexos, uma conquista significativa para as mulheres, mas, nada mudou a condição de sexo frágil perante o trabalho do homem.

Já, na Constituição Federal de 1937, após ser reformulada a abordagem do trabalho e o gênero, o qual não fora tratado como na Constituição de 1934, mas sim, abrangeu apenas que todos são iguais perante a lei e, talvez, como uma forma de proteção à saúde da mulher, proibiu o trabalho delas em indústrias insalubres (THOME, 2015). Esta proibição resultou em restrição a determinadas atividades laborais, causando uma diferenciação de salários.

O Decreto-Lei N°2548 DE 1940, trouxe uma disposição na qual contemplava diferença salarial entre obreiros do sexo feminino e masculino, no percentual de 10% sobre o salário mínimo sob a justificativa de que as medidas utilizadas para segurança e higiene no trabalho já oneravam o trabalho feminino, ou seja, trazia um maior gasto para o empregador, uma justificativa pautada na discriminação pelo sexo. Adiante a Convenção n. 4 da OIT de 1937, incorporada posteriormente no Decreto-Lei N°2548 de 40, proibia o trabalho noturno das mulheres, com exceção a aquelas que trabalhavam apenas com membros de sua família,

ou seja, mais uma vez condicionando o trabalho da mulher à aceitação do marido.

Posteriormente, na Constituição de 1946, foi consolidada a proibição de diferenças salariais por questões de raça, idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. Ou seja, mais um avanço em questões garantistas, as mulheres que antes eram tratadas como seres não possuidoras de direitos e que não possuía capacidade plena de forma alguma. O que só veio mudar a partir da Lei nº 4.121 de 1962, o Estatuto da Mulher Casada estabeleceu que não havia mais obrigatoriedade de a mulher ter autorização do marido para trabalhar, bem como receber heranças e comprar imóveis

Segundo Andreucci (2014), após longo período ditatorial e de esquecimento da causa do trabalho da mulher, ocorreu uma mobilização social em busca do direito feminino que teve início em 1985, com a criação do Ministério da Justiça do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – tratou de assuntos femininos ineditamente. A autora discorre que mais de mil trabalhadoras, na ocasião, assinaram a Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte, em decorrência de uma grande mobilização em prol da não discriminação de gênero

Logo após na atual Constituição Federal de 1988, celebrou-se principalmente o princípio da dignidade da pessoa humana, na qual veda a distinção entre pessoas do sexo feminino e masculino, afirmando todos serem passíveis de ter uma vida digna, na qualidade de seres humanos. Além das garantias estendidas aos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos, a CF/88 proibiu a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (art. 7º, XXX e CLT/1943, art. 5º). Devido à grande discriminação e abusos cometidos contra as mulheres no mercado de trabalho, Legislação posterior proibiu a exigência de atestados de gravidez e esterilização e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho (Lei 9.029/1995).

Anos depois, foi sancionada legislação inserindo regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho na CLT (Lei 9.799/1999). Foi retirada, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a expressão “aborto criminoso” (Lei 8.921/1994) em referência a redução dos dias de férias motivada pelo licenciamento compulsório da trabalhadora por motivo de aborto (Art. 131, II). Entretanto, na Seção V – Da Proteção à Maternidade, ainda consta a expressão “aborto não criminoso” (Art. 395) quando se refere ao repouso remunerado e ao direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

A reforma trabalhista (lei 13.467 de 13 de julho de 2017), que entrou em vigor em 11 de novembro de 2017, complementada pela medida provisória 808/17 aprovada em 14 de novembro de 2017, trouxe importantes mudanças para o trabalho da mulher. Contudo Andreucci (2014, p. 113) explica que apesar do avanço na mão de obra feminina, bem como do fenômeno recente da “feminização do trabalho, ainda

persiste no país a desigualdade nas relações de trabalho”. A desigualdade é vislumbrada na forma de dominação masculina, em que a sociedade diminui as qualidades femininas em favorecimento da mão de obra masculina.

A PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER APÓS A LEI Nº 13.467/2017

Desenvolvida em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas, a Consolidação das Leis Trabalhistas, popularmente conhecida como CLT, dispõe sobre as relações trabalhistas e a criação do Direito Processual do Trabalho, tanto do trabalho urbano quanto do rural.

Zanluca (2018, p.1) expõe que “a CLT surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil.”

Seu principal objetivo é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas. A CLT é o resultado de 13 anos de trabalho - desde o início do Estado Novo até 1943 - de destacados juristas, que se empenharam em criar uma legislação trabalhista que atendesse à necessidade de proteção do trabalhador, dentro de um contexto de “estado regulamentador”.

A Consolidação das Leis do Trabalho, cuja sigla é CLT, regulamenta as relações trabalhistas, tanto do trabalho urbano quanto do rural. Desde sua publicação já sofreu várias alterações, visando adaptar o texto às nuances da modernidade. Apesar disso, ela continua sendo o principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores.

Diante disso a primeira alteração trazida pela reforma trabalhista em tratando dos direitos das mulheres foi em relação revogação do artigo que previa que a mulher tinha o direito de usufruir de 15 minutos de intervalo antes de iniciar a prestação de horas extras. Tal dispositivo, foi inserido na CLT em 1943 pois na época, as mulheres precisavam pedir autorização aos maridos para que pudessem permanecer até mais tarde no trabalho.

No que tange a diferença salarial existente entre homens e mulheres, a nova lei tenta estimular empresas à redução dessa desigualdade por meio da instituição de multa, no valor de duas vezes o limite máximo do Regime Geral da Previdência Social, em casos de discriminação por sexo, além do pagamento das diferenças salariais.

A Reforma estabeleceu no artigo 372 da CLT que todas as normas que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino sendo proibido anúncio com preferência de sexo; recusa de contratação por este motivo; diferenciar remuneração; promoção por sexo; exigir exame para comprovação de esterilidade ou gravidez para contratação ou permanência no emprego. Caso isso seja descumprido por motivo de sexo ou etnia, será aplicada uma multa de 50% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e ainda terá o empregado direito às diferenças de salário.

Após a reforma trabalhista passou a ser permitido o trabalho de gestantes e lactantes em lugares insalubres. De acordo com o site da Segurança do

Trabalho (2018, p. 1), compreende-se que “A insalubridade pode ser entendida como a exposição do trabalhador a determinados agentes físicos, químicos ou biológicos em circunstância que prejudica a saúde, e que por ventura possa existir nos ambientes de trabalhos”. A CLT completa o conceito de insalubridade (CLT, p. 837, artigo 189):

Art.189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Para o afastamento das gestantes de locais de insalubridade de grau médio e mínimo, exige-se agora na lei que a empregada apresente um documento médico que aprove seu afastamento. Já para a lactante, em qualquer grau de insalubridade, exige-se atestado, podendo o médico ser de sua livre escolha desde que conste no atestado a recomendação do afastamento. Caso a insalubridade for de grau máximo, não será permitido às grávidas exercerem atividade no local em questão, devendo ser trocadas de locais automaticamente pelo responsável da empresa.

Assunção (2017), relata sobre o fato de:

Segunda a nova lei, as mulheres grávidas deverão ser afastadas somente de locais insalubres de nível máximo. As lactantes poderão permanecer trabalhando em condições insalubres. Sua realocação dependerá de um atestado médico escolhido pela trabalhadora, solicitando o seu afastamento durante a gestação e/ou lactação. Ressalta-se que a mudança de local de trabalho não poderá causar prejuízo do salário, ou seja, não poderá ser retirado o valor correspondente ao percentual do adicional de insalubridade.

Na legislação anterior, a mulher não necessitava apresentar qualquer atestado médico que garantisse que sua permanência no local de trabalho insalubre traria riscos para ela e para o feto. O afastamento era automático pela presunção de que qualquer ambiente insalubre já por si só traz o contato direto com agentes físicos, químicos e biológicos que podem reduzir e causar os mais diversos agravos. Na alteração da Reforma Trabalhista a mulher é obrigada a trabalhar em ambientes insalubres nos graus mínimos e médio, exceto se apresentar um atestado específico que comprove riscos à saúde, o grande problema é encontrar profissional habilitado de confiança mulher que ateste tal situação frente às pressões do empregador para que a mesma permaneça no local de trabalho produzindo cada vez mais e com o medo de represálias diretas e indiretas advindas do seu Empregador.

Nesse caso em questão quando houver mulheres grávidas trabalhando em lugares insalubres de alto grau, fica de responsabilidade do chefe ou do patrão trocá-la de local de trabalho. Caso a empresa não possua lugar salubre que se adeque à trabalhadora no momento, o responsável tem o dever de determinar o afastamento até que a tal possa voltar a exercer seu trabalho no lugar insalubre. Dessa maneira, mesmo estando a

funcionária afastada, o empregador não poderá se ausentar de pagar seu salário e os demais adicionais.

Diante disso foi publicada em 14 de novembro de 2017 a medida provisória de nº 88 que determina que:

Art. 394-A. A empregada gestante será afastada, enquanto durar a gestação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres e exercerá suas atividades em local salubre, excluído, nesse caso, o pagamento de adicional de insalubridade. (Redação dada pela Medida Provisória nº 808, de 2017).

Outra importante alteração implementada pela Lei 13.467/2017, está associada à concessão do intervalo intrajornada especial, previsto no art. 396, da CLT. Antes da Reforma, era assegurado à mulher o direito a dois intervalos especiais (remunerados), de meia hora cada um, para fins de amamentação. Tais intervalos seriam concedidos até que a criança completasse 06 meses de idade. Se necessário, o período de 06 meses poderia ser dilatado, a critério da autoridade competente. Tais regras foram integralmente mantidas pelo legislador reformista. A novidade é que o momento de concessão dos dois intervalos especiais de meia hora cada será definido em acordo individual entre a mulher e o empregador, de forma a melhor atender aos interesses das partes

Além disso, também foi revogado o art. 389, parágrafo único, CLT, que previa, na ausência de creches, a obrigatoriedade de os estabelecimentos que trabalhassem pelo menos trinta mulheres, com mais de 16 anos de idade, lugares apropriados a deixar seus filhos, sob cuidados do estabelecimento, no período de amamentação. Parágrafo exposto a seguir:

Parágrafo único. Quando não houver creches que atendam convenientemente à proteção da maternidade, a juízo da autoridade competente, os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação. (Revogado pela Lei nº 13.467, de 2017).

Pode-se perceber que a em alguns pontos a lei retroagiu: em vez de trazer melhorias para aquele que mais dela necessita, dificultou o cumprimento de seus direitos. Torna-se, assim, desfavorável para a empregada grávida e lactante. Mesmo que apresentado o laudo, nada diz que o grau de insalubridade daquele ambiente de trabalho não irá fazer mal à criança. Isso sem mencionar que nem mesmo a legislação define o que seria grau alto, médio ou mínimo de insalubridade, sendo a lei omissa nesse aspecto. Vai na direção oposta de sua função principal: entende-se que a lei é para os mais frágeis, aqueles que realmente necessitam dela, não aos que já estão seguros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher antes encarada como fator de reprodução e objeto pela sociedade patriarcal e machista, agora é reconhecida como pessoa

detentora de garantias fundamentais e de participação na política, na economia, no trabalho e em todos os espaços de poder. Com a reforma trabalhista, encontra-se protegida pela legislação, mas padece a adversidade da norma, sendo assim a precarização nos postos de trabalho.

A reforma trabalhista alterou vários artigos pensando no bem-estar da mulher, nas condições em postos de trabalhos e do trabalhador em geral. Visto que a mulher tem várias jornadas e com a existência da discrepância no mercado, a escassez em contratações e altos custos para os empregadores traz à tona alguns dos motivos pertinentes à questão. Em função disso, reservam para a mulher espaços específicos que em sua maioria, são inferiores hierarquicamente, devido às atividades, adaptações e capacidades

Observa-se que muitas mulheres estão inseridas na informalidade e em empregos precários, sem garantia ou direitos trabalhistas assegurados, pois, devido à grande proteção na legislação, há conseqüentemente a eliminação de um vasto mercado de trabalho.

Muitos são os argumentos que utilizam para não contratarem as mulheres, devido à probabilidade de arcar com uma possível licença maternidade ou até mesmo alguns dias de atestados para levar os filhos a consultas médicas, reuniões e outros possíveis acontecimentos em uma rotina materna, além das condições insalubres para gestantes e lactantes e outras condições frágeis que acarretam danos e geram dificuldades quando se trata do sexo feminino.

Esse tipo de precarização na rede de proteção de direitos as torna mais vulneráveis por estarem inseridas em uma sociedade que considera a mulher como única responsável pelo cuidado dos filhos. Levando em consideração a responsabilidade, esta não seria somente da mulher e sim de ambos responsáveis, onde deveriam ter os mesmos direitos e deveres adquiridos e assim compartilhassem à responsabilidade.

Embora sejam estabelecidos padrões que possibilitem a igualdade entre homem e mulher no mercado de trabalho, este processo está iniciando, e a reforma trabalhista movimenta os primeiros passos para uma estrutura organizacional melhor.

Neste sentido, a superação da condição das mulheres neste vasto mercado de trabalho, dentro de uma sociedade esmagadora, só poderá ser realizada na medida em que seja superado uma nova forma de organização, estruturação e um novo sistema político e ideológico de individualização e não exclusão de uma classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, A. C. P. T. Igualdade de gênero e ações afirmativas: Desafios e perspectivas para as mulheres brasileiras pós Constituição Federal de 1988. São Paulo: Editora LTr, 2014

ASSUNÇÃO, Oclécio. Reforma Trabalhista: Gestantes. Disponível em: <http://www.acritica.net/mais/opiniaodostleitores/reforma-trabalhista-gestantes/229642/>. Acesso em: 19 dez. 2019.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho. CLT, consolidação das leis do trabalho: decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2018. 335 p.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 nov. 2019

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 16ª ed. São Paulo, LTr, 2017

MARTINS, Sergio Pinto. Comentários à CLT. 11 ed. São Paulo, Atlas, 2007

MEIRELLES, Valéria M. Feminino Superlativo: mulher, família e carreira. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016

PENA, Maria V. J. A revolução de 30, a família e o trabalho. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, n. 37, p. 78-83, 1981. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/484.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2020

TUROLLA, Rodolfo. 6 Princípios do direito do trabalho. Disponível em: <https://www.politize.com.br/principios-do-direito-do-trabalho/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

THOME, C. F. O Princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais. São Paulo: LTr, 2012.

ZANLUCA, Júlio César. A Consolidação Das Leis Do Trabalho – Clt. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/clt.htm>. Acesso em: 26 nov. 2019.